



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ- REITORIA ACADÊMICA- PRAC
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

LINHA DE PESQUISA EM PSICOPATOLOGIA
FUNDAMENTAL E PSICANÁLISE

A CRIANÇA EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL:
OS CUIDADOS AMBIENTAIS COMO MEDIADORES DA
RECONSTRUÇÃO DO VÍNCULO MÃE-FILHO

MARIANA SOARES DA PAZ

Recife

2017

MARIANA SOARES DA PAZ

A criança em acolhimento institucional: os cuidados ambientais como mediadores da reconstrução do vínculo mãe-filho.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação de Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica.

Área de concentração: Psicopatologia Fundamental e Psicanálise.

Orientadora: Prof. Dr^a. Véronique Donard.

Recife

2017

Dedico este trabalho às 5 crianças acolhidas que
viabilizaram o amadurecimento de minha leitura em
relação a este tema.

AGRADECIMENTOS

A Deus e à Espiritualidade pela presença constante em minha jornada.

Aos meus pais, pela dedicação de suas vidas à minha vida, pela presença à distância e por tornar meus sonhos possíveis.

Aos meus irmãos e sobrinhos, que souberam partilhar comigo os momentos de descontração, me trazendo a alegria necessária.

A Angélica, pelo cuidado, apoio e generosidade com que me acompanhou neste percurso.

Ao meu querido amigo Cristiano, por sua amizade, incentivo e amor recíproco que nos une.

A Edjane, amiga irmã que a vida me deu de presente, por todo apoio neste percurso.

A Leonarda, pela amizade e preocupação que teve comigo durante esses dois anos, e a Lincoln, pelo cuidado e por traduzir meus textos. A Ricardo, grande amigo.

A querida amiga Cinthia Urbano, pelo encontro na vida, trocas e reflexões sobre nossos percursos no mestrado.

A Sérgio, pelo carinho e companheirismo que partilhamos.

A “Turma da Miçanga”, amigos de sala que ficarão registrados nas memórias afetivas, em especial, a Rose, querida amiga e companhia para todas as horas.

A Luciene Paz, pelas inúmeras conversas produtivas, que me trouxeram inspiração, reflexão e flexibilidade para meu trabalho.

Aos mestres, professores deste curso de Pós-graduação, que com a paixão da transmissão conseguem perpetuar a Psicanálise, tornando-a ainda mais instigante. Com especial carinho e atenção, agradeço as professoras Cristina Britto e Elizabeth Siqueira, pela generosidade e cuidado que sempre me trataram.

A toda equipe que trabalha nas duas Casas de Acolhimento Institucional, local escolhido cuidadosamente para ser o campo de pesquisa, pela recepção, abertura, colaboração e transparência que trataram este trabalho. Minha gratidão vai de forma especial às cinco crianças que aceitaram participar da pesquisa e me receberam durante esses nove meses; e à primeira criança acolhida com quem tive contato, que proporcionou a germinação dessas ideias e do trabalho de especialização.

A Paula Cristina Monteiro de Barros, por aceitar me acompanhar neste percurso acadêmico desde 2012, pelo cuidado, atenção e gentileza que lhe traduz.

A Maria Consuelo Passos, pelas produtivas discussões em sala, pelos livros indicados, pela visão encantadora da vida que você construiu e consegue transmitir. Pela sua voz suave que acalma e convida à vida e ao conhecimento. Muito obrigada.

A Pablo Braz, pelo cuidado ao revisar essas ideias tão importantes.

A André Resende, por tudo que pode me fazer perceber e avançar nesses 5 anos.

A Véronique Donard, primeiramente por acolher minhas ideias e conseguir me acompanhar em meio aos acontecimentos que me acometeram durante o mestrado, porque o tempo não para. Você foi suficientemente presente e acreditou no meu trabalho a cada minuto, fazendo com que eu percebesse a sua confiança nele e em mim, e assim pudesse seguir. Foi uma experiência facilitada pelos seus cuidados que tornaram possível o amadurecimento deste trabalho.

As crianças, comumente, têm medo do escuro, e à noite chamam pelo adulto. Para elas, o outro ainda representa uma proteção. Estranha reviravolta do momento do medo.

O adulto se sente mais livre no meio da noite, e pode divagar sem medo. Com a chegada do dia, recalca suas ideias lunáticas, mas, contrariamente à criança, desconhece seu medo. Isso prova que a criança, mesmo na obscuridade da noite, é mais clarividente que um adulto de dia.

Radmila Zygouris

RESUMO

O acolhimento institucional para crianças como medida de proteção é uma das previsões fundamentadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como um direito a ser garantido à criança, quando for identificada uma situação que coloque sua vida em perigo/risco, ainda que essa situação possa advir do ambiente familiar. Após o acolhimento, a criança vivencia possibilidades de retorno à convivência com a família de origem, de acordo com a Lei Federal nº 12.010/09. Diante desse panorama, esta pesquisa apresenta como objetivo geral identificar de que modo as crianças expressam o vínculo com a figura materna, levando em conta a mediação institucional. Como objetivos específicos, pretende-se compreender como o trabalho de mediação institucional contribui nas situações em que há possibilidade de reintegração da criança à família de origem e analisar a vivência da criança com seu cuidador ou profissional de referência à luz dos conceitos de transicionalidade e uso do objeto. Utilizaremos como referência teórica alguns conceitos de Winnicott, como espaço transicional, uso do objeto, ambiente facilitador, *holding*, assim como a teoria sobre a formação de vínculos de John Bowlby. Entrevistaremos esses profissionais ou cuidadores no intuito de compreender a contribuição da mediação institucional nas situações em que há possibilidade de retorno da criança ao ambiente familiar. A técnica projetiva do H-T-P (House-Tree-Person) foi escolhida por estimular na criança a projeção da experiência de conflitos vivenciados na relação com os outros no ambiente em que vive e, nesse sentido, pretendemos que ela expresse seus afetos, sobretudo em relação à figura materna. Pretende-se, ao fim deste estudo, poder contribuir com formas de intervenção clínica – como proposta de mediação institucional – para crianças acolhidas institucionalmente por medidas de proteção.

Palavras-chave: Criança; Medida Protetiva; Mediação Institucional; Vínculo Materno; Winnicott;

ABSTRACT

Institutional sheltering for children as a protection measure is one of the predictions based on the Child and Adolescent Statute (ECA) and is a right to be guaranteed to the child, when a life-threatening situation is identified, even though this Situation is coming from their homes and families. After the reception, the child experiences possibilities to return living with the family of origin, in accordance with Federal Law no. 12.010 / 09. Given this panorama, this research intends to identify how children express the bond with the maternal figure even when had passed by the institutional mediation. As specific objectives, it is tried the understanding of how the work of institutional mediation contributes in situations in which there is possibility of reintegration of the child into the original family and to analyze the child's experience with his / her caregiver or reference professional in the light of the concepts of transitionality and use of the object. We will use as theoretical reference some concepts of Winnicott, such as transitional space, object use, facilitator environment, holding, as well as John Bowlby's theory of bonding. We will interview these professionals or caregivers in order to understand the contribution of institutional mediation in situations where there is a possibility of the children return to their family. The projective technique of the HTP (House-Tree-Person) was chosen because it stimulates in the children the projection of the experience of conflicts lived in their relationship with others in the environment in which it lives and, in this sense, we intend that it expresses their affections, especially in Relation to the maternal figure. At the end of this study, we will contribute with forms of clinical intervention - as a proposal for institutional mediation - for children institutionally supported by protective measures.

Keywords: Child. Protective Measure. Institutional Mediation. Maternal bond. Winnicott.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
I. PERSPECTIVAS TEÓRICAS	17
1.1 Medida protetiva em acolhimento institucional: face e verso de uma estratégia de cuidado	17
1.2 Embasamento psicanalítico da pesquisa	24
1.1.2 O desenvolvimento emocional em Winnicott	24
1.1.3 A teoria de Bowlby sobre o apego e os primeiros vínculos interativos	30
1.1.4. A criança em situação de acolhimento institucional e as falhas ambientais	34
1.3 A reintegração familiar: uma proposta de qualidade	46
1.4 No ambiente institucional: vivências transitórias, espaços transicionais	60
1.5 pertencer de novo: reflexões sobre reintegração da criança via afiliação	69
II. APRESENTAÇÃO DO MÉTODO E DOS INSTRUMENTOS DA PESQUISA	75
2.1. População e campo de pesquisa	76
2.1.2 Coleta de dados	78
2.1.3 Instrumentos de coleta de dados	80
2.1.4 Procedimento de análises dos dados	82
III. DESENHOS: ANÁLISE, RESULTADOS E DISCUSSÃO	87
1. Paula	88
1.1. Entre Saídas e Partidas: um pouco da história de Paula	88
1.2. O desenho da família	92
1.3. Os desenhos do HTP	95
2. Júlia	103
2.1. Em busca de uma família desconhecida?	103
2.2. O desenho da família	106
2.3. Os desenhos do HTP	109
3. Ana	117

3.1. Quem acolhe Ana?	117
3.2. O desenho da família	120
3.3. Os desenhos do HTP	123
4. Vinícius	131
4.1. A história de resistência de Vinícius	131
4.2. O desenho da família	134
4.3. Os desenhos do HTP	137
5. Olívia	145
5.1. Mãe e filha	145
5.2. O desenho da família	148
5.3. Os desenhos do HTP	152
6. Discussão	158
IV. ENTREVISTAS COM OS CUIDADORES	169
1. Análise das entrevistas	169
2. Discussão	181
CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
REFERÊNCIAS	193
ANEXOS	
Parecer substanciado do Comitê de Ética em Pesquisa	196
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para o representante da instituição	197
Termo de Assentimento para a criança	200
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para os profissionais	202
Modelo da entrevista	204

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como referência inicial a realização de um estudo feito anteriormente, oportunizado pela conclusão do curso de Pós-graduação em Psicologia e Direitos Humanos, em 2012. A escrita deste trabalho percorreu uma pesquisa bibliográfica por temas que abordam tanto o acolhimento institucional de crianças, em função da violação de seus direitos fundamentais, quanto as estratégias de cuidado e proteção construídas ao longo da história. A possibilidade de realizar tais leituras abarca ainda outras temáticas significativas em relação ao campo das políticas públicas de atenção à infância, que visam garantir os direitos de crianças acolhidas em instituições por medida protetiva, e que viabilizaram a reflexão e discussão sobre alguns pontos dessa ampla temática. Desse modo, como produto final, foi escrito um trabalho intitulado “Medida Protetiva: dispositivo de cuidado e atenção à infância”.

Dos pontos discutidos no referido trabalho, partindo de uma visão geral, o afastamento da criança de sua família de origem ocorre mediante a identificação de situação de ameaça ou direitos violados, conforme aponta o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, legislação criada através da Lei Nº 8.069/1990 para assegurar, promover e garantir os direitos conquistados para a infância e adolescência no Brasil. Ambas, segundo o ECA, gozam de todos os direitos fundamentais que são inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que o Estatuto trata. Dentre eles, está o direito ao desenvolvimento físico, mental e social que deve ser promovido em quaisquer espaços em que a criança esteja, regido pelos princípios de liberdade e dignidade, conforme aponta o Artigo 3º da referida Lei.

Essa condição de proteção integral à criança cria uma espécie de ambiente específico em que, para recebê-la, faz-se necessário o interesse pela sua existência. Essa especificidade, presente no ambiente em que a criança será inserida, fará a sutil diferença no curso do seu desenvolvimento no tocante às dimensões que são propostas pelo Estatuto, sobretudo, se pensarmos no campo da constituição psíquica da criança em desenvolvimento. Sendo assim, essa visão geral nos permitiu compreender quais são os critérios propostos pelo Estatuto que apontam para o afastamento da criança de sua família de origem, ou seja, faz-se necessário que um ambiente que promova seu desenvolvimento físico, mental e social associe-se à promoção de segurança, liberdade e dignidade da criança, como uma das formas de possibilitar o seu direito à vida e à saúde.

Desse modo, as situações que envolvem violação ou ameaça aos direitos da criança no seu ambiente familiar merecem atenção e acompanhamento dos órgãos responsáveis pela observância dos direitos de crianças e adolescentes. Dentre as medidas que podem ser aplicadas visando à proteção integral da criança, o acolhimento institucional é concebido como uma das alternativas possíveis e excepcionais. Para tanto, recomenda-se que seja feito um estudo que avalie as condições psicossociais da família e da criança e neste se considere os aspectos relevantes que indiquem a necessidade de a proteção à criança ser realizada noutro espaço. Quando os pais ou responsáveis pela criança são identificados como produtores das ameaças e violações (maus-tratos, opressão ou violência sexual), a autoridade judiciária poderá determinar o afastamento do agressor da moradia comum, como medida cautelar (ECA, Art. 30, p. 66).

Em 2011, o Instituto Brasileiro Pró-Cidadania, em parceria com o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pernambuco (CEDCA) e com a Petrobrás, realizaram em Pernambuco uma pesquisa em instituições que executam acolhimento institucional para crianças e adolescentes que necessitam desse serviço. Os dados apresentados pela pesquisa trazem reflexões e informações de relevância acerca da realidade institucional vivenciada por esse público. Dentre essas, destacamos o que se refere ao crescente número de crianças acolhidas em Pernambuco, que no ano de realização da pesquisa era de 1.245 entre crianças e adolescentes acolhidos. Outro dado relevante apresentado pela pesquisa refere-se ao quantitativo desse público com famílias de origem e com vínculos: 50,3%. Ademais, outra informação importante diz respeito aos motivos do acolhimento de crianças nas instituições. Elencaremos aqui os três mais citados, que são: o abandono pelos pais ou responsáveis (23,7%); a negligência (16,6%) e a violência doméstica (maus tratos físicos e psicológicos) (13,1%).

Inicialmente, esses dados apresentados pela pesquisa possibilitam alguns questionamentos em relação ao crescente número de crianças inseridas em acolhimento institucional, ou seja, é possível questionarmos se as demais possibilidades apontadas pelo Estatuto como meios para proteger integralmente a criança estão sendo executadas ou o afastamento da criança da família vem sendo acionado como primeira alternativa. Se confrontarmos os motivos do acolhimento que se referem à negligência ou à violência doméstica, questionamos: após a identificação do(s) agressor(res) da criança, foi priorizado o afastamento da criança do ambiente familiar ou a medida cautelar para o agressor?

Outros questionamentos podem ser construídos a partir desses dados, porém ficaremos apenas com os que se referem à medida protetiva como excepcionalidade, conforme já

iniciamos essa reflexão. De acordo com o estatuto, a convivência familiar e comunitária constitui-se como um direito fundamental a ser garantido para todas as crianças em caráter prioritário. Todavia, contrariando o ECA, o direito ao acolhimento institucional, alternativa última em casos de ameaça à vida da criança, costuma ser a primeira medida adotada e perpetuada nos referidos casos.

Esses foram alguns dos questionamentos que orientaram, em 2012, a escrita do trabalho, bem como compuseram algumas das reflexões a que ele se propôs. Objetivou-se compreender, de um modo geral, como as instituições poderiam garantir, através de suas práticas profissionais, o direito de crianças que estão sob sua proteção. Dentre os objetivos específicos, trago um deles que serviu de base para formularmos a questão que impulsionou a presente pesquisa: havíamos buscado identificar a contribuição da psicologia na construção dos vínculos estabelecidos entre a criança e a instituição, uma vez que a medida protetiva requer o afastamento da criança do convívio com sua família de origem. Tratando-se de um trabalho de levantamento bibliográfico, e que esse objetivo fora verificado através das leituras de autores que intervêm nesse campo, pensamos que essa questão merecia uma atualização e, por conseguinte, uma contextualização com o campo a ser pesquisado.

A conclusão do trabalho trouxe alguns apontamentos referentes ao objetivo específico. Verificou-se que os profissionais da instituição poderiam criar um espaço que acolhesse as expressões psíquicas da criança, em relação ao sofrimento decorrente do afastamento da família, e que também fosse priorizada a circulação da palavra da criança nesse espaço; que nele pudesse ser incluído o brincar da criança, do modo como lhe seja possível, possibilitando a criação de um espaço próprio de subjetivação, de troca e de afeto com o outro. Essa também seria uma forma de garantir os direitos de crianças através de práticas profissionais. Como referencial teórico, utilizamos o livro de D. W. Winnicott intitulado *O Brincar e a Realidade* (1971/1975). Chegamos à conclusão de que o brincar, como modo de intervenção institucional e a possibilidade de criação de um ambiente propício ao cuidado e desenvolvimento da criança, podem conferir à medida protetiva a ressignificação do momento de vivência no espaço institucional.

Pensar mais detidamente sobre as questões que envolvem a criança afastada da família nos fez pensar tanto na dificuldade quanto no sofrimento dela na sua relação com a figura materna, enquanto permanece sob os cuidados institucionais. Em 2009, algumas reformulações foram acrescidas ao Estatuto através da Lei Nº 12.010. Dentre elas, destacamos a que tem relevância para este trabalho e que diz respeito à reintegração da criança à família de origem como primeira possibilidade a ser trabalhada. Diante dessa reformulação, o

trabalho da instituição ganha relevância frente à criança e sua família, ou seja, além de tentar fornecer proteção à criança, a instituição passa a ser responsável também pela mediação que envolve a reintegração familiar.

Foi necessário refazer todo esse percurso em relação ao estudo anterior, para demarcarmos de onde partem as questões que motivaram a escolha desta temática para compor o presente estudo. A partir dessas reflexões, pensamos em relançar a questão abordada no trabalho anterior, buscando, conjuntamente com a pesquisa de campo, compreender outras nuances que permeiam essa questão. Assim, a presente pesquisa teve como objetivo geral identificar de que modo as crianças representam e expressam o vínculo com a figura materna, levando em conta a mediação institucional. Como objetivos específicos, compreender como o trabalho de mediação institucional contribui nas situações em que há possibilidade de reintegração da criança à família de origem; e analisar a vivência da criança com seu cuidador de referência, baseada no conceito de espaço transicional e uso de objeto de Winnicott. Ainda iremos utilizar outros conceitos postulados por esse autor, haja vista sua significativa contribuição para a Psicanálise, pertinente ao tema proposto neste estudo. A discussão teórica que envolve os conceitos de privação e deprivação, de ambiente e *holding*, subsidiaram as argumentações que dizem respeito ao tema em questão.

Encontramos ainda uma forte sustentação nos estudos de Bowlby (1976), que nos apresenta, através de suas pesquisas e teorizações, a incidência dos cuidados maternos sobre a saúde mental da criança. Esse autor alega que, quando esses cuidados são prestados com qualidade à criança, a importância para sua saúde mental futura será vital. Outros pontos são enfatizados pelo autor, cujos estudos tematizam também sobre a formação e rompimento de vínculos afetivos, crianças que sofreram privações quando pequenas e assistência de emergência destinada a crianças que sofrem súbitas rupturas familiares.

Destarte, todos os temas acima citados oferecem uma base temática e pontos em comum que possibilitam articulá-los à proposta de estudo aqui apresentada, por mencionarem, de certa forma, as condições que permeiam as histórias que antecedem alguns dos pedidos de acolhimento como medida protetiva. Para Bowlby, os comportamentos de ligação que o ser humano desenvolve têm sua origem na convivência, e a proximidade que viabiliza as trocas e os contatos entre duas pessoas torna possível que algo se processe entre elas. Esses contatos e trocas permitem que sentimentos intensos sejam constituídos, processados nesse “entre”; de um para o outro, existe um envolvimento emocional que pode persistir, nutrindo-se pela sua manutenção e constante renovação, caracterizando a formação de um vínculo afetivo.

Para atender aos objetivos da pesquisa, utilizamos, no campo a ser pesquisado, alguns recursos metodológicos qualitativos em acordo com Minayo (1999), dos quais elegemos: a entrevista semiestruturada que, segundo essa autora, é uma categoria fundamental que compõe o trabalho de recolher as informações através das falas dos sujeitos pesquisados; e a observação participante, como momento a ser articulado tanto aos referenciais teóricos adotados para nortear a pesquisa quanto aos fatos a serem coletados e ao modo de recolhê-los (Minayo, 1999). Além de utilizar os recursos metodológicos que caracterizam essa pesquisa como de referencial qualitativo, utilizamos as técnicas projetivas do desenho da família e do H-T-P (*House-Tree-Personal*), traduzida como o desenho da casa, árvore e pessoa.

Ambas possuem um questionário complementar ao desenho, aplicado ao final do teste. A proposta de utilizar o teste do H-T-P em sua versão completa é fundamentada na perspectiva dessa técnica projetiva incluir aspectos do mundo interno da criança, sendo possível obter informações sobre como ela vive sua individualidade em relação aos outros e os conflitos existentes com os familiares no ambiente do lar (Buck, 2003). Já o desenho da família foi escolhido por poder revelar, através da produção gráfica, a/as problemática/as da criança em situações afetivas no meio familiar (Brito Dias, 2015). A linguagem simbólica, trazida através do desenho, pode ser considerada elemento que constitui o mundo interno da criança, projetado na folha em branco e que passa a revelar a problemática por ela transmitida. Nesse sentido, esse instrumento foi escolhido para investigar a questão norteadora da pesquisa, posta aqui como objetivo geral.

A entrevista semiestruturada foi escolhida porque, enquanto técnica, possibilita ao pesquisador obter mais informações a respeito do objeto estudado e permite ao entrevistado que ele discorra sobre seus sentimentos, valores e comportamentos que estão subjacentes à sua própria fala. O modelo de entrevista utilizado incluiu questões de perguntas abertas pertinentes à função desempenhada junto às crianças acolhidas e em consonância com os objetivos específicos propostos neste estudo.

Aos dados coletados através da entrevista semiestruturada com os cuidadores das crianças participantes da pesquisa, iremos utilizar o método da análise de conteúdo que, por estar em constante aperfeiçoamento, aplica-se a estudos extremamente diversificados. Essa técnica busca ainda empreender interpretações, oscilando entre dois polos: o da objetividade e o da subjetividade (Bardin, 1977).

A discussão teórica proposta neste estudo, e articulada com a análise dos dados obtidos através da pesquisa de campo, foi estruturada em quatro capítulos. O primeiro deles discorre sobre as perspectivas teóricas que estruturam a medida protetiva de acolhimento

institucional e as estratégias de cuidados que este trabalho requer. Abordamos pontos relevantes da proposta de reintegração familiar como um trabalho a ser pautado na qualidade das relações vividas. Refletimos também sobre o caráter transitório do ambiente institucional para a criança e de como este espaço pode possibilitar que a vivência dela ocorra com características de um processo de ‘transicionalidade’, tal como postulado no conceito trabalhado por Winnicott. A proposta do trabalho de reintegração da criança à família de origem via afiliação também foi destacada neste primeiro capítulo como essencial para as reflexões deste trabalho. Além disso, o embasamento psicanalítico da pesquisa, no qual utilizamos alguns conceitos teóricos de Winnicott e reflexões sobre o trabalho de Bowlby, compuseram o campo através do qual nos possibilitaram reflexões e articulações com o tema do trabalho em questão.

O segundo capítulo apresenta a metodologia utilizada para a realização da pesquisa e a análise dos dados, detalhando a população, o campo de pesquisa, os caminhos que viabilizaram a coleta de dados, os instrumentos utilizados e os procedimentos adotados para a análise dos dados obtidos. No terceiro capítulo, parte fundamental deste trabalho, apresentamos alguns pontos das histórias de vidas das cinco crianças, cujos desenhos e interpretações foram cuidadosamente analisados e discutidos em um texto único, que busca voltar à teoria e buscar articulações. Ao quarto capítulo coube à análise e discussão das entrevistas realizadas com os cuidadores.

I. PERSPECTIVAS TEÓRICAS

1. Medida protetiva em acolhimento institucional: face e verso de uma estratégia de cuidado

A medida de proteção em acolhimento institucional que destacamos neste estudo diz respeito àquelas executadas por instituições nas quais as crianças são acolhidas por determinação legal e em tempo integral. É importante esclarecer que a medida protetiva em instituição é caracterizada como uma medida excepcional e transitória. Isso significa que essa medida deve ser a última adotada em relação às outras formas de proteção à criança; e transitória como um lugar temporário para a criança permanecer quando afastada da convivência familiar. Esse período compreendido como transitório permite também à instituição realizar a mediação entre a criança e a sua família. Além disso, a medida protetiva em instituição representa o lugar em que a criança irá residir, até se verificarem as possibilidades dela poder retornar para casa, através do trabalho de reintegração familiar.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.609/90 – aponta para esse trabalho de reintegração familiar da criança como medida preferencial em relação a qualquer outra providência, respeitando o caráter excepcional e transitório da proteção em instituição conferida à criança quando a ameaça provém do seu meio familiar. Devido a isso, o Estatuto destaca que o período de permanência da criança no espaço institucional não poderá se prolongar por mais de 2(dois) anos, exceto quando existe uma necessidade comprovada de a criança permanecer naquele espaço por mais tempo (ECA, Art.19, p. 21, 2005).

A proteção conferida à criança no espaço da instituição está entre as modalidades específicas de protegê-la, que deverá ser aplicada somente em situações de grave risco¹ à integridade física e psíquica da criança. Apesar dessa medida objetivar assegurar a vida da criança, ainda que de forma excepcional e provisória, acredita-se que o afastamento da criança do meio familiar traz profundas implicações para ela, sobretudo quando não são cumpridas as prerrogativas das quais as crianças nessas condições têm direito, a exemplo da garantia da convivência com seus familiares no espaço institucional. Quando se decide pelo seu

¹ Situações de risco ou grave risco a crianças e adolescentes são caracterizadas como afetando seus direitos fundamentais e suas potencialidades de desenvolvimento físico e psicológico, conforme aponta o Estatuto da Criança e do Adolescente. O conceito de vulnerabilidade implica a exposição da criança a riscos constantes, sejam eles relacionados ao ambiente familiar – pessoas que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas, ambientes pouco afetivos e que a violência física e psicológica é constante em desfavor da criança – ou ainda o ambiente social – a precariedade da oferta de condições dignas de moradia, lazer, educação, sociabilidade e etc.

afastamento da família, deve-se tentar preservar os seguintes princípios: o melhor interesse da criança e o menor prejuízo ao seu processo de desenvolvimento. Destaca-se que a proteção em instituição ocorre quando não é possível realizar intervenções junto à pessoa que convive com a criança e que representa para ela alguma ameaça. Assim, não é possível que a criança partilhe desse mesmo espaço com quem lhe profere a ameaça, e com isso a mudança de ambiente, ainda que temporária, faz-se necessária (Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, 2009).

Essa intervenção, que é externa à relação da criança com o/os autor/autores da ameaça, precisa ser ágil e eficaz em favor da vida da criança. A decisão de afastar a criança do convívio de risco, ainda que este seja proferido por um familiar, deve considerar que o melhor para a criança está sendo realizado a partir da referida intervenção. A decisão e a manutenção do afastamento da criança são de competência da autoridade judiciária, também responsável por acompanhar a criança no período em que se encontra acolhida na instituição. O Ministério Público também tem sua função frente às crianças nessas condições, que vai desde o acompanhamento ao monitoramento da execução da medida. Isso não impede que outros órgãos (Conselhos Tutelares, Órgãos Gestores da Assistência Social e Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente) possam agir frente à situação, após serem identificados os riscos para a vida da criança, e adotarem medidas que visem a efetivar e promover os direitos que lhe são conferidos (ECA, Art. 100, 2005).

Após haver a deliberação pelo afastamento da família, de algum modo a vida da criança é afetada, pois ela enfrentará o longo percurso que envolve tanto o afastamento do convívio familiar quanto a possibilidade de retorno. Mesmo considerando que o afastamento da criança do ambiente familiar pode se dar em virtude deste último se mostrar em um determinado momento como um lugar ameaçador, cabe salientar que esse mesmo afastamento pode representar para a criança outro risco: o de ser afastada das figuras parentais com as quais ela constituiu os vínculos afetivos primários. Todavia, quando permanecem no mesmo ambiente que lhes oferecem alguma forma de risco ou de ameaça, as crianças estão sujeitas a mais variadas formas de violência, que podem lhes causar danos físicos, sobretudo psíquicos, sendo estes os motivos pelos quais elas passam a necessitar de um ambiente protetor livre de riscos de violência variáveis.

Em 2003, o Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas – IPEA – realizou uma pesquisa em abrigos do Brasil, cujos recursos para sua manutenção eram repassados pelo

Governo Federal, por meio da Rede de Serviços de Ação Continuada do Ministério do Desenvolvimento Social. Essa pesquisa buscou conhecer a estrutura de funcionamento, as características e os serviços que eram prestados às crianças e adolescentes encaminhados para esse local. Dentre os dados coletados, constatou-se que os principais motivos que levavam crianças e adolescentes a serem acolhidos eram: o abandono (18,9%), a violência doméstica (11,7%) e a dependência química dos pais ou responsáveis (11,4%) (IPEA, 2003). Muitas dessas formas de violência praticadas contra a criança ocorrem dentro do seu ambiente familiar, e os efeitos sentidos por ela podem inscrever-se de inúmeras formas, advindas do sofrimento decorrente da maneira como o ambiente passa a relacionar-se com a criança. Diante da exposição à situação de risco à qual a criança passa a ser submetida, a intervenção externa faz-se de suma necessidade, em detrimento da convivência familiar.

A instabilidade do ambiente familiar da criança faz com que a sua mudança, ainda que temporária, seja o meio encontrado como forma de protegê-la. Acredita-se que o afastamento da criança de uma ambiência familiar que lhe oferece risco constante colabora tanto para assegurar a sua proteção quanto para buscar identificar quais os fatores que podem contribuir para a estabilidade desse mesmo ambiente, habilitando-o para um futuro retorno da criança. Os dados descritos acima indicam que a variação da manifestação da violência no ambiente familiar cria para a criança uma instabilidade na relação entre ela e os adultos que inviabiliza a continuidade dessa convivência.

Quando se delibera pelo afastamento da criança do convívio familiar e decide-se por encaminhá-la ao acolhimento institucional, evidencia-se, por um lado, a efetivação dos seus direitos. Por outro lado, a criança é colocada numa condição de impossibilidade de ser ouvida quanto ao seu desejo frente a essa mesma decisão, pois, diante da grave ameaça, busca-se, sobretudo, preservar o seu direito fundamental à vida.

Ainda que o ambiente familiar se apresente para a criança como de risco, foi nele que possivelmente houve a constituição de suas relações vinculares com as figuras parentais. Contudo, é desse mesmo lugar que a criança precisa ser retirada, quando, passam a utilizar-se da violência de forma recorrente como meio para relacionarem-se com ela. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que a medida protetiva em instituição possibilita à criança uma proteção imediata, ela pode vulnerabilizar o seu vínculo com as figuras parentais.

Outro dado trazido pela referida pesquisa faz o recorte em relação ao tempo em que as crianças permanecem acolhidas, o qual ultrapassa o estipulado pelo Estatuto. Das instituições que foram pesquisadas, constatou-se que 20 mil crianças são atendidas. Destas, 55,2% estão acolhidas por um período que varia entre sete meses a cinco anos, ao passo que a parcela mais significativa (32,9%) está em acolhimento há um período que varia de dois a cinco anos (IPEA, 2003, p.4). O levantamento desses dados leva-nos a refletir sobre a aplicação da medida protetiva como paradoxal à condição de proteção que a criança necessita, pois quando sua permanência se estende por longos períodos na instituição, isso pode fragilizar ainda mais os laços familiares e, como consequência, desintegrar a vida familiar pela privação mútua da convivência por que passam tanto a criança quanto a sua família. Ademais, esse longo tempo de permanência no espaço institucional vai de encontro aos princípios estabelecidos pelo Estatuto. Perde-se o sentido de transitoriedade que é característico dessa modalidade de proteção, na medida em que esse longo período ao qual a criança é submetida a passar na instituição minimiza gradualmente as possibilidades de investimento em um trabalho de reintegração familiar, visto que, na sua família de origem, essas possibilidades tornam-se cada vez mais reduzidas.

Mesmo assim, o conjunto de medidas protetivas elencadas pelo ECA visa, por um lado, atender às previsões legais nele dispostas, que conferem proteção integral à criança. Por outro lado, também prevê atribuir aos pais ou responsáveis pela criança a “responsabilidade parental”, ou seja, os deveres paternos e maternos devem ser mantidos para com a criança (ECA, Art. 100, p. 54). No entanto, quando os cuidados necessários para que ela seja cuidada não estão mais disponíveis na dinâmica familiar, e a violência, em suas mais variadas formas de manifestação, passa a compor de forma ostensiva essa relação, os cuidados substitutos diante dessa situação são apontados como uma saída momentânea para a criança. Nesse sentido, a instituição pode construir junto à criança outras referências de cuidado, articulando o desafio de mediar entre a criança e sua família a possibilidade de retomada ou constituição de um vínculo.

Diante disso, conforme destacamos, quando a criança passa a residir em acolhimento, a provisoriedade e a excepcionalidade que envolvem a aplicação da medida protetiva não devem anular a responsabilidade parental frente à criança, mesmo que o período em que ela permaneça na instituição ultrapasse o estipulado no Estatuto. Quando não há destituição do poder familiar, a família deverá manter contato com a criança para que os vínculos não sejam rompidos após a inclusão da criança na medida protetiva. Por isso, imediatamente após o

acolhimento da criança, a instituição deve ocupar-se de, junto a sua família, identificar quais as possibilidades de reintegração que podem ser trabalhadas, para que se cumpra o caráter excepcional e de transição da medida. Caso não exista ordem judicial contrária, esse trabalho deve avançar buscando estabelecer uma conexão em conjunto que envolva a criança, a família e a instituição.

Consideramos ainda que existem casos de crianças acolhidas cujo vínculo com a figura materna foi constituído de forma muito precarizada, ou seja, o ambiente inicial não lhe proporcionou as adaptações suficientemente necessárias para seu desenvolvimento, fazendo com que essa condição repercutisse no desenvolvimento emocional da criança. Nesse sentido, a instituição acolhedora se depara com alguns desafios: oferecer à criança um ambiente saudável para o seu desenvolvimento; operar como mediadora junto à possibilidade de criar condições para a (re) constituição do vínculo com a figura materna; ou ainda, para a impossibilidade de reconstrução desse vínculo.

Nessa perspectiva, Rizzini (2006) menciona a importância de o acolhimento institucional ser realizado com a premissa fundamental da convivência familiar e comunitária, independentemente de essa transição da criança ocorrer para a família de origem, famílias provisórias ou adotivas. Essa autora concebe ainda o atendimento institucional como uma postura de acolhimento a ser adotada frente à criança, o que significa que os profissionais devem se voltar a cumprir uma função temporária de suporte para a criança, bem como a reservar a ela um lugar na instituição, ainda que passageiro. Para a autora:

No Brasil, a avaliação da necessidade de suspensão de guarda ainda é calcada em interpretações do que está preconizado pelo Estatuto, dando margem a equívocos por vezes irreparáveis na relação de vínculo das crianças e/ou adolescentes com suas famílias. Além disso, esse entendimento, mesmo quando necessário, muitas vezes extrapola sua função inicial e mantém o acolhimento por tempo demasiadamente longo. Isso é exatamente o que precisa ser evitado. (Rizzini, 2006, p.89).

O equívoco que a autora menciona pode estar em diálogo tanto no que se refere ao afastamento da criança de sua família – quando não é avaliado de forma criteriosa e se configura como a única forma de mantê-la segura – como em relação à avaliação que leva a criança a passar um longo período na instituição. E isso de alguma forma institucionaliza a

criança, ou seja, ela passa a adotar os referenciais da instituição como a convivência, a dinâmica que a compõe e a hierarquização das relações como substitutas às referências familiares adquiridas anteriormente. Todavia, cabe considerar que, por vezes, são esses mesmos referenciais, no caso os da instituição, que vão possibilitar a construção de outras referências familiares.

Diferentemente do entendimento adotado antes da implementação do Estatuto, tempo em que a criança passava longos períodos “abrigada” e era compreendida como uma criança institucionalizada, hoje as unidades de acolhimento visam superar essa cultura da institucionalização, especialmente nos casos em que a família da criança é economicamente vulnerável e não dispõe de meios para prover o seu sustento. Para tanto, o poder público é alçado à responsabilidade de buscar alternativas para que a criança tenha o direito de permanecer no contexto familiar, conforme postulam diversos artigos no ECA.

Para visualizarmos melhor as mudanças das quais estamos tratando, no que concerne aos moldes de acolhimento institucional para crianças, cabe destacar a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente na concepção de criança como sujeito de direitos. O estatuto foi implementado nos anos 1990, através da Lei Federal nº 8.069, e buscou promover mudanças significativas na assistência à infância no Brasil, bem como regulamentar o atendimento prestado às crianças que necessitavam do suporte estatal.

Considerada uma legislação avançada à época, o Estatuto traz uma ideologia que pressupõe a ruptura com os modelos assistencialistas e repressores praticados nos “orfanatos” que prestavam atendimento às crianças, sobretudo àquelas consideradas como crianças pobres (Negrão & Constantino, 2011). Em 2009, houve algumas modificações no Estatuto, através da Lei nº 12.010, buscando um aperfeiçoamento no que se refere ao sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes, especialmente no tocante a questões ligadas ao acolhimento institucional.

Antes do ECA, contávamos com o Código de Menores (1979), cujas prerrogativas permitiam que crianças em situação de abandono, vítimas de violência doméstica, entre outras situações, incluindo as afastadas temporariamente das famílias de origem, fossem arbitrariamente adotadas ou mantidas por tempo indeterminado nas instituições. Nesse sentido, mesmo que atualmente o contexto brasileiro ainda apresente esse tipo de situação, ao menos contamos com uma legislação para fazer enfrentamento a essa problemática.

No entanto, ao mesmo tempo em que se busca superar a cultura da institucionalização de crianças, provendo as famílias economicamente desfavorecidas o acesso às políticas públicas assistenciais, para que possuam condições mais adequadas no sustento de seus filhos, ainda assim, o acolhimento institucional, dentre as outras medidas, é a modalidade mais utilizada para conferir proteção às crianças (Gulassa, 2010).

Essa ponderação aponta para alguns paradoxos existentes na política de atendimento à criança, pois, ao mesmo tempo em que se buscam alternativas à institucionalização de crianças, a prática do acolhimento em instituição mantém-se como a principal alternativa para protegê-la contra uma ameaça. Destacamos que, embora o objetivo das mudanças implementadas pelo Estatuto vise minimizar o tempo da criança nas instituições e assegurar o direito de convivência com a família enquanto permanece acolhida, esse direito não consegue ser atendido quando a criança é encaminhada para uma instituição distante do seu território ou do município em que reside.

Quando isso acontece, as dificuldades da medida protetiva se configuram como um espaço protetor pode sofrer algumas distorções, pois se torna dificultoso para a criança acolhida compreender que o afastamento de sua família significa algo protetivo e provisório. Isto porque a distância e a descontinuidade dos cuidados acarretados pelo afastamento da família podem afetar as referências simbólicas que o grupo familiar representa para a criança. As dificuldades financeiras da família também podem ser um ponto de fragilidade para se manter o elo com a criança, quando esta é levada para um lugar distante da família. Ainda assim, a responsabilidade parental da família frente à criança acolhida, ressaltada pelo Estatuto, não garante que essa condição se converta no desejo da família pela convivência com a criança. Para que isso se torne possível, deve advir na família um desejo de investir afetivamente na criança, reservando a ela um lugar de filho em sua dinâmica, criando a possibilidade do retorno à convivência.

Enquanto isso se processa, a criança necessita de um espaço que lhe assegure os cuidados necessários para a continuidade de sua vida e, sendo a unidade de acolhimento institucional considerada como esse lugar, a partir dos referenciais legais que o apontam e o legitima.

1.2 Embasamento psicanalítico da pesquisa

Neste capítulo, faremos uma breve apresentação das principais teorias psicanalíticas às quais vamos nos referir durante a pesquisa, iniciando um primeiro diálogo das mesmas com a situação da criança em acolhimento institucional, tal como ela aparece nos escritos referenciados acima.

2.1 O desenvolvimento emocional em Winnicott

Para Winnicott (1958/1997), o primeiro ano de vida do bebê tem uma importância significativa em relação ao seu desenvolvimento emocional, porque a provisão ambiental, fornecida através dos cuidados da figura materna, lança as bases futuras para sua saúde psíquica. As condições favoráveis que se oferecem como cuidado para o bebê viabilizam a experiência de integração entre o corpo e a psique cuja qualidade com que esses cuidados são fornecidos pela figura materna passam a ser recebidos pelo bebê como vivências subjetivas que geram registros físicos e psíquicos satisfatórios.

A provisão ambiental, enfatizada por Winnicott (1962/1982) ao longo de suas obras, remete, inicialmente, aos cuidados que a relação mãe-bebê requer e à necessidade de continuidade desses cuidados, com vistas ao desenvolvimento do amadurecimento pessoal do bebê. Dessa forma, a criança vai demandar do ambiente uma provisão ambiental cujos cuidados envolvem atenção, proximidade, presença e dedicação.

Quando o bebê nasce, implica dizer que esse acontecimento marca um importante começo tanto para a figura materna quanto para o bebê, pois é a partir daí que se inicia uma série de cuidados que precisam ser suficientemente bons para que o bebê alcance o estado de integração. A figura materna precisa estar presente, física e psiquicamente, e, além disso, identificar-se com ele. Com efeito, o nascimento de um bebê pode potencializar a sensibilidade da pessoa que representa a figura materna, a tal ponto de atingir a condição especializada de ocupar-se somente dele, de forma, a saber, do que ele necessita a cada momento, tornando-a qualificada para protegê-lo nessa fase de dependência que caracteriza os primeiros meses de vida.

O início da relação do começo entre a mãe e o bebê é apontada por Winnicott (1960/1997) como uma relação de parceria, baseada numa relação de identificações; a princípio, da mãe para com o bebê, por ela conseguir desviar o interesse do seu próprio *self*

para o bebê, por intermédio do estado de preocupação primária. Essa capacidade confere à mãe uma competência especial de fazer a coisa certa pelo bebê, possibilitando-lhe boas experiências que lhe permitam caminhar rumo à integração, alcançando o estado de unidade. Assim, considera-se que o ambiente facilitador – que a princípio é a mãe – proporciona um começo para ser.

A suficiência materna inclui, a princípio, os cuidados mais simples, porém vitais para o bebê: protegê-lo mediante a sua sensibilidade inicial, do que para ele possa ser sentido como excesso ou agressão de estímulos físicos vindos do ambiente. Essa vivência, que é ao mesmo tempo física e simbólica, expressa o acolhimento dado à criança pela figura materna. A esse conjunto de cuidados, Winnicott nomeou-os de *holding*², que inclui os cuidados físicos dirigidos ao bebê, que vão desde a proteção e controle dos fatores externos que podem vir a causar desconforto no bebê até os cuidados de como a figura materna o segura.

No início, porém, é o ato físico de segurar a estrutura física do bebê que vai resultar em circunstâncias satisfatórias ou desfavoráveis em termos psicológicos. Segurar e manipular bem uma criança facilita os processos de maturação, e segurá-la mal significa uma incessante interrupção deste processo, devido às reações do bebê às quebras de adaptação (Winnicott, 1988/2013, p. 54).

Segundo ele, o manejo com esses cuidados também possibilita que o bebê, quando é bem segurado, adquira gradativamente o sentimento de segurança física e simbólica. A manutenção e a continuidade desses cuidados trazem, no decurso do desenvolvimento dos bebês, sinais de que o ambiente pode se adaptar às suas necessidades, já que, na medida em que crescem, suas necessidades mudam. Dessa forma, quando o ambiente atende às suas necessidades, o sentimento de segurança vai se edificando no bebê como um “produto” da qualidade da relação com a figura materna.

A confiabilidade ambiental torna-se primordial para o amadurecimento do bebê porque, na medida em que esse sentimento é constituído, a criança cresce confiante nas relações e torna-se capaz de defender-se frente às situações onde a insegurança se encontra mais presente. No decorrer do seu crescimento, após sentir-se segura, numa tentativa de verificar se ainda pode confiar naqueles que lhe proporcionaram esse sentimento, a criança irá

² Conceito encontrado na obra de Winnicott (1960/1982) que se refere aos cuidados que a mãe dedica ao bebê, levando em conta toda a sensibilidade e as necessidades que ele possui e a forma como ela prepara o ambiente para se adequar ao bebê.

testá-lo de forma constante, pois esse sentimento não é estático. Quando esse sentimento não se desenvolve, ela não consegue amadurecer e nem lidar com seus próprios impulsos, ou seja, não consegue integrar-se.

As funções da figura materna não se restringem apenas aos cuidados, conforme citamos anteriormente. Por intermédio da continuidade de cuidados, a “função ambiental materna” também se ocupa em lhe “apresentar o mundo”, pois é a partir desse processo que também é proporcionado um sentido de vida psíquica ao bebê. No entanto, o sentido da vida psíquica é atribuído pelo bebê quando, através de sua criatividade originária, se lança a descobrir o mundo, criando-o, atribuindo sentidos aos objetos descobertos, tornando-se estas partes integrantes de sua capacidade subjetiva de criar aquilo que encontra.

Esse fenômeno ocorre numa área intermediária da experiência, que Winnicott (1971) denominou de espaço potencial, compreendido como um espaço entre a mãe e o bebê, existente entre a fantasia e a realidade, no qual o bebê aprende a fazer a separação entre o eu – não-eu. Nesse espaço, se dá toda a produção criativa do bebê em relação a si mesmo e ao mundo. Os cuidados que a figura materna exerce, criando no entorno do bebê um ambiente suficientemente bom, lhe possibilita experimentar que existe alguém que está ali presente, de forma constante, percebendo-o, sustentando sua existência através de um investimento afetivo contínuo.

Ao observar as primeiras relações do bebê com seu corpo, Winnicott (1971/1975) percebe que o ele efetua uma transição do seu corpo – ao utilizar punho e dedos para estimular e satisfazer a zona erógena – para alguns objetos que no decorrer do seu desenvolvimento, os bebês o tomam para brincar. Nesse intervalo de tempo, ocorrem alguns processos psíquicos em relação à percepção dele que estão além da sensação de satisfação de uma zona erógena.

Essa terceira área da vida do indivíduo ou uma região de experimentação denominada intermediária, para a qual contribuem tanto a realidade interna quanto a vida externa do bebê, representa, em termos psíquicos, a primeira possessão que seja não-eu, ligada à capacidade do bebê de simbolizar objetos, ou seja, é um momento de travessia do bebê do aspecto da subjetividade para o de experimentar e relacionar-se com os objetos percebidos. A criação dirigida ao objeto transicional se deve ao fato do bebê atribuir-lhe características de sua

realidade psíquica e disso pertencer, segundo Winnicott, ao campo do brincar e da criatividade.

Quando esse autor fala da capacidade do bebê em usar objetos, refere-se a uma etapa mais sofisticada do que a fase anterior, na qual ele apenas relaciona-se e experimenta os objetos. Para usar um objeto, o bebê precisa destruí-lo permanentemente em sua fantasia inconsciente e esse objeto precisa sobreviver às investidas do bebê; isso lhe atribui fundamental importância ao seu crescimento emocional, pois assim o bebê passa a usá-lo e isso o coloca fora do campo de controle onipotente sobre o objeto. Outro aspecto fundamental da sobrevivência do objeto para a dinâmica psíquica do bebê é ligado ao fato de ele estar criando o objeto, e, com efeito, a sobrevivência do objeto implica em não contra-atacá-lo. A capacidade de um bebê em usar um objeto está relacionada com aspectos do seu processo de amadurecimento, uma vez que o objeto deve fazer parte de uma realidade compartilhada e não de uma projeção do bebê.

Winnicott (1950/2002), em seus estudos sobre crianças e privação, na tentativa de buscar uma melhor forma para ajudá-las, destacou o quão é fundamental, inicialmente, saber se fora propiciado para a criança no começo de sua vida um ambiente suficientemente bom, em relação aos cuidados que recebeu na relação mãe-bebê, pois quando tais cuidados não foram ofertados, esse autor considera que a criança sofreu privação. Por outro lado, também é preciso avaliar quando a criança teve um ambiente suficientemente bom e por algum motivo esse ambiente foi desfeito, ou seja, a criança viveu a experiência de um bom ambiente e quando este é desfeito, a criança passa a sofrer de deprivação.

A aflição que envolve a criança por compreender que é ameaçada quanto à perda da relação com a figura materna pode lhe sobrevir, tanto em virtude da instabilidade com que a convivência familiar pode se dar, quanto em relação à reintegração familiar, pois a instituição não pode lhe dar garantias de efetivá-la, mas sim uma possibilidade. Em decorrência disso, a criança pode iniciar um sentimento de luto por compreender que perdeu seu objeto amado. Ao estar sujeita à perda desse objeto, a criança o introjeta, fazendo com que ele permaneça vivo, ao menos internamente. A relação com esse objeto introjetado também passa por uma ambivalência quanto aos sentimentos, sendo odiado enfaticamente pela criança quando esse objeto falha ou fracassa (Winnicott, 1956/2002).

A falha ou fracasso desse objeto, tal como postulado por Winnicott, pode levar a criança a sentir que a figura materna não consegue sustentar a continuidade pelos seus cuidados. Nessa perspectiva, é importante assinalar que em alguma medida, as falhas ou fracassos por parte objeto introjetado, no caso, a figura materna, fazem parte do processo de adaptação do bebê ao ambiente. No entanto, a criança exposta às falhas de forma continuada poderá evidenciar para ela uma forma de fracasso do ambiente em relação ao atendimento de suas demandas.

Essas dificuldades podem refletir na formação de sua saúde psíquica, na medida em que o ambiente é o responsável por fornecer os subsídios para a continuidade de seu amadurecimento pessoal. Winnicott (1956/2002) alerta que o esquecimento dos pais pela criança se faz às custas de efeitos à saúde emocional. Essa afirmação nos leva a refletirmos se há relação direta do tempo em que a criança é exposta à ausência do contato com as figuras parentais com certo “aumento” dos efeitos da privação quando a ela foi possível fornecer um ambiente suficientemente bom.

Considera-se também como uma forma de privação de crianças nessas condições quando gradativamente se limita a sua capacidade de manterem vivas as referências subjetivas da figura materna e das experiências satisfatórias que se processaram entre elas, a partir das quais se constituiu num vínculo afetivo. O tempo de afastamento pode exercer uma influência significativa para que a privação seja sentida e até mesmo potencializada pela criança, uma vez que não lhe é assegurada a continuidade dos contatos com a figura materna. Com efeito, a sua capacidade de mantê-la viva, ainda que internamente, é afetada pelas falhas contidas no ambiente.

Relatou-se anteriormente que o afastamento da criança do seu ambiente familiar poderá ocasionar-lhe consequências para o seu desenvolvimento emocional; que a privação ocorre quando da criança é retirada a continuidade dessa vivência de um bom ambiente e isso lhe causa certa instabilidade emocional. Winnicott (1956/2002, p. 199) nos fala que, na criança que sofreu privação, faz-se necessário atentar-se para o seu desenvolvimento emocional, visto que “instalam-se organizações defensivas na personalidade da criança”. Um exemplo trazido pelo autor sobre a forma de defesa psíquica encontrada pela criança é a regressão que ela faz às fases anteriores do desenvolvimento emocional, que, por sua vez, são apreendidas pela criança como mais satisfatórias, em detrimento da que vivencia no momento presente.

Não raro, observa-se que as crianças que sofrem de privação e encontram-se afastadas do seu ambiente primário, procuram estabelecer alguma forma de contato, principalmente com adultos. Essa movimentação da criança em direção ao adulto pode ser o início ou a retomada de uma busca por um envolvimento.

Winnicott (1963/2002, p.111) aponta para o fato do desenvolvimento da capacidade de envolvimento ser algo complexo, por implicar uma vivência paradoxal no ego do bebê quando “retém a imagem do objeto bom ao lado da ideia de destruição”. Isso significa dizer que a existência do bebê que alcançou essa capacidade é ligada a uma soma de experiências saudáveis, resultantes da criação e manutenção de um bom ambiente para o bebê. Essa capacidade, segundo o autor, se processa na díade mãe-bebê, quando a criança já se constitui como unidade integrada. Para que a criança alcance essa capacidade, fez-se necessária uma base para que os seus potenciais de maturação viessem a se concretizar. Essa base, conforme já mencionamos, é fornecida pela figura materna que oferece ou constrói esse primeiro ambiente adequado em que o bebê viverá suas primeiras experiências. O envolvimento é uma capacidade elaborada, porque diz respeito a uma organização complexa ocorrida anteriormente, estabelecida continuamente na intimidade da mãe ambiente, que se oferece através da sua presença confiável, para o bebê.

A busca por envolvimento significa que a criança conseguiu um nível de desenvolvimento e organização do ego, graças a esses cuidados ambientais recebidos que, mais uma vez, têm sua vital contribuição à saúde psíquica do bebê. Esses cuidados ambientais desdobram-se em processos de crescimento interno do bebê, favorecendo sua maturação na relação com o objeto.

Quando criança, o alcance dessa experiência capacita-a a vivenciar a ambivalência de sentimentos diante do mesmo objeto, o que a promove a relacionar-se cada vez menos com fenômenos subjetivos e cada vez mais com elementos objetivamente percebidos. Para Winnicott (1963/2002, p.113), “quanto ao aspecto erótico, há busca de satisfação e busca de objeto; e, quanto ao aspecto agressivo, há um complexo de raiva, empregando erotismo muscular e ódio, envolvendo a retenção de uma imago do objeto bom para comparação”.

Portanto, quando a criança busca por envolvimento, isso implica dizer que houve uma integração no ego individual que permitiu a retenção da imago do objeto bom. Segundo Winnicott (1963/2002, p. 114), “a vivência simultânea do sentimento de ambivalência amor -

ódio, em relação ao mesmo objeto, leva o bebê a enriquecer e aprimorar a capacidade de envolvimento”.

O alcance dessa capacidade pela criança impulsiona-a a resgatar essa experiência com o objeto que, mesmo sendo vivenciada de modo paradoxal, fornece uma prova dessa experiência para compor os seus registros subjetivos satisfatórios, impulsionando-a, de algum modo, a querer vivenciá-los sempre de novo. Desse modo, a criança acolhida na proteção, quando inicia um contato com um adulto, pode significar que ela esteja em busca da relação ora estabelecida com o objeto; isso pode ser um sinal de esperança na criança, cuja busca ainda anseia por uma relação com um objeto.

2.2. A teoria de Bowlby sobre o apego e os primeiros vínculos interativos

É necessário saber que os cuidados disponibilizados ao bebê podem ser aprendidos na medida em que são oferecidos, visto que suas demandas são gradativamente mutáveis em relação ao tempo, em função de seu crescimento inato. Embora essas necessidades sejam mutáveis, tais cuidados precisam ser contínuos, acompanhando as pequenas mudanças que ocorrem, especialmente porque o bebê passará a exigir diferentes formas de ser cuidado no decurso de sua vida. A fase inicial da vida comporta uma importância fundamental para o funcionamento da personalidade adulta, sendo esse período estudado por vários autores que buscaram a correlação entre a vida emocional adulta e os cuidados recebidos pelo bebê nos seus primeiros meses de vida.

O bebê possui uma série de necessidades que precisam ser satisfeitas por outra pessoa, sobretudo as necessidades de alimento e conforto, em virtude de sua extrema dependência e vulnerabilidade incapacitarem-no de satisfazê-las sozinho. Essa busca por satisfação levará o bebê ao contato físico e interação com a figura materna que, buscando atendê-lo, oferece o seio para alimentá-lo.

Para Bowlby (1969/1990), o bebê possui uma tendência para relacionar-se com o seio, e, no decorrer dessa interação, descobre a figura materna por trás do seio, e passando a relacionar-se com ela. Para esse mesmo autor, essa descoberta ocorre de forma gradual no bebê e orienta-o a também buscar na figura materna – com quem os contatos são mais frequentes – o alimento e a alimentação, muito embora se destaque que, no decorrer do desenvolvimento do bebê, essa busca por alimento se torne secundária. Esse conjunto de ações que a figura materna desenvolve junto ao bebê, em virtude das necessidades dele, cria

uma proximidade entre ambos, derivada dos sistemas comportamentais que são ativados no bebê no decorrer dessa relação.

O apego ou o comportamento de apego manifestado pelo bebê é originado da interação com a figura materna, dos contatos físicos, e possui uma função protetora e instintiva à medida que o bebê precisa do outro para sua sobrevivência frente a sua extrema dependência do outro e da sua condição de vulnerabilidade. Com isso, Bowlby acredita que:

[...] os próprios sistemas comportamentais se desenvolvem no bebê como resultado de sua interação com o seu meio ambiente de adaptabilidade evolutiva e, em especial, de sua interação com a principal figura nesse meio ambiente, ou seja, a mãe”. (Bowlby, 1969/1990, p. 194).

As características que constituem uma relação de apego remetem inicialmente à ideia da interação que a figura materna estabelece com o bebê para alimentá-lo e cuidar dele. O contato físico tem uma importância fundamental para que o bebê desenvolva o comportamento de apego, seja ele no intuito de alimentá-lo ou relacionado ao exercício dos cuidados com o bebê que pode, nessa ocasião da proximidade, gerar uma interação afetuosa e prazerosa para ambos.

Portanto, o desenvolvimento do comportamento de apego depende dos contatos que se processam entre a figura materna e o bebê e também da qualidade com que eles ocorrem. A qualidade do apego está relacionada com a maneira pela qual ambos interagem, e essa relação produz registros psíquicos, sobretudo para o bebê, gerados pelo cuidado e pela aproximação que vão caracterizando essa relação.

Ao desenvolver o comportamento de apego ligado à figura materna, o bebê buscará manter a proximidade com ela, expressando, conforme suas possibilidades, gestos, olhares, sorrisos e sons. Há uma variedade dessas manifestações quando ela, a figura materna, se afasta dele. Nesse sentido, durante o primeiro ano de vida, o bebê irá protestar através do choro e tentar segui-la, acompanhando com o olhar. Na medida em que o bebê cresce, a busca por proximidade também evolui, podendo engatinhar ou balbuciar, chamando-a para perto dele (Bowlby, 1969; Ainsworth, 1963/1967).

Em seus estudos, Bowlby propõe bases biológicas e etológicas para observar o comportamento de apego, que partiram da observação de animais em seu ambiente natural, onde também se identificou a presença do contato físico para a manifestação desse

comportamento, embora em humanos o desenvolvimento do vínculo possa apontar algumas nuances que distinguem os homens dos animais.

As considerações feitas por Bowlby para pensar a respeito da constituição do vínculo entre humanos tomam como referencial a discussão anterior sobre o comportamento de apego entre a mãe e o bebê. Vimos que, nos primeiros meses de vida de um bebê, a presença de um outro torna-se de extrema importância para a sobrevivência dele em função de sua condição de dependência. Desse modo, os cuidados oferecidos pela figura materna, a princípio, levam inicialmente o bebê a buscar nela o alimento, que é a fonte de sua sobrevivência física.

Ao mesmo tempo, a interação e a proximidade destacadas anteriormente vão se constituindo como vivências significativas, tanto para a figura materna quanto para o bebê que, através dessas condições, criam registros psíquicos satisfatórios, experimentados e atualizados no decorrer dessa relação. Na medida em que a relação é vivenciada, a figura materna ganha um lugar significativo nas experiências do bebê que, no decurso do seu desenvolvimento, caracteriza-a como uma figura de apego. Nesse sentido, podemos considerar que a sobrevivência psíquica do bebê tem como fonte a construção dessa relação.

O crescimento do bebê implica, além do desenvolvimento do comportamento de apego, a criação de modelos internos de funcionamento mental que terão como base tanto o registro das experiências precoces com a figura materna, ou seja, a forma com que ela esteve disponível para essa interação, quanto as demais experiências relacionadas ao ambiente, as quais contribuíram para efetuar tais registros. Esses modelos de funcionamento baseados nas experiências com a figura materna são internalizados pela criança, que cria modelos de apego – que dependem da forma como foi cuidada – e, posteriormente, esse protótipo servirá para a criança como fundamento para as demais relações que estabelecerá com outros cuidadores e consigo (Dalbem & Dell’aglio, 2006; Bowlby, 1989).

Para Bowlby, os cuidados maternos também fornecem uma base para a saúde mental futura da criança, visto que a continuidade dos cuidados oferecidos está ligada com as relações que a figura materna estabelece com o ambiente – com o pai do bebê e irmãos – que também viabiliza o cuidado que ela oferece ao bebê. Ao contrário do bebê, que precisa de outro alguém para sobreviver, a figura materna não apresenta a necessidade de dependência do bebê para garantir a sua sobrevivência, no entanto, as vivências, os cuidados dispensados

ao bebê vão gradativamente constituindo experiências significativas e formam um vínculo com ele.

A demonstração do comportamento de apego por parte do bebê para a figura materna começa em torno dos seis meses de idade; por volta dos três anos de idade, a criança consegue demonstrar o apego com a figura materna de forma mais evidente. Bowlby (1969/1990) e Ainsworth (1982) consideram que, no decorrer da relação, as interações que envolvem os cuidados iniciais com o bebê conduzem à formação do vínculo entre a figura materna e o bebê, cujos fatores envolvem a qualidade dos cuidados oferecidos e a sensibilidade desenvolvida pela figura materna para adaptar-se às demandas dele.

No entanto, nem todos os contextos permitem que relações de apego sejam estabelecidas, o que traz consequências para o desenvolvimento emocional da criança, na medida em que as características que compõem essa relação não conseguem ser vivenciadas por ela, enquanto bebê, e no decurso do seu crescimento. Considera-se que, a partir do instante em que o bebê não consegue experimentar essa forma de relação, há uma situação de “privação da mãe” que, de acordo com Bowlby (1976/1988):

[...] uma criança sofre privação quando, vivendo em sua casa a mãe (ou substituta permanente) é incapaz de proporcionar-lhe os cuidados amorosos de que as crianças pequenas precisam. E ainda, uma criança sofre privação se, por qualquer motivo, é afastada dos cuidados de sua mãe. Esta privação será relativamente suave se a criança passar a ser cuidada por alguém em quem ela já aprendeu a confiar e a quem já conhece, mas pode ser acentuada se a mãe substituta em questão, embora amorosa, for uma estranha. Contudo, estas situações ainda dão à criança alguma satisfação; representam, portanto, exemplos de “privação parcial” (Bowlby, 1976/1988, p. 14).

Os efeitos da privação parcial podem ter como consequência culpa e depressão, fortes sentimentos de vingança e uma exagerada necessidade de amor. Para o autor, quando crianças muito pequenas vivenciam situações de privação parcial, a imaturidade emocional não lhes permite lidar psicologicamente com esses afetos, resultando, doravante, numa personalidade instável. A criança também pode experimentar uma condição de privação total, cujos efeitos futuros sobre o seu desenvolvimento emocional podem torná-la inábil a estabelecer relações com outras pessoas.

Bowlby também se ocupou em estudar os efeitos da privação em crianças mais velhas, cujas relações primárias que abarcam a condição de cuidado e afeto necessários à sua saúde

psíquica não foram possibilitadas pela figura materna. Associado a essa condição, as crianças observadas tinham longas passagens por instituições ou ainda viveram situações em que os cuidadores substitutos eram constantemente modificados. Cabe destacar que há a necessidade de se avaliar caso a caso, visto que cada criança irá responder de uma forma singular às questões da privação de cuidados maternos. Porém, Bowlby identifica que há, em crianças nessas condições, algumas características típicas das quais destacamos: estabelecerem relacionamentos superficiais; uma estranha falta de preocupação ou nenhuma reação emocional em situações que o esperado seria tê-las; incapacidade de se interessar pelas pessoas e demonstrar sentimentos verdadeiros; e, por fim, incapacidade de amar ou de sentir culpa.

O sofrimento da criança com o fato de estabelecer relações e perdê-las quebra o sentimento de confiança nas relações, o que faz com que ela resista em estabelecer novos contatos com esse fim. A resistência também pode ser compreendida pelo medo que a criança sente em voltar a relacionar-se com alguém e ter que odiá-la por mais uma vez por a confiança ter sido quebrada; e esse é um dos motivos que levam as crianças a fecharem-se em si mesmas (Bowlby, 1976/1988).

Por fim, esse mesmo autor enfatiza que os cuidados maternos são essenciais à saúde psíquica da criança podendo inclusive vir a evitar problemas de cunho emocional no seu desenvolvimento emocional, visto que, quando se estabelece uma relação humana viva e calorosa de forma contínua com a criança, ela sente-se segura. Logo, quando na relação com a figura materna a criança sente que é desejada, cuidada e fonte de orgulho para ela e, do mesmo modo, a figura materna sente prazer em cuidar e testemunhar o desenvolvimento da criança, há um sentimento de identificação entre ambas que nutre a existência e a continuidade dessa relação.

2.3. A criança em situação de acolhimento institucional e as falhas ambientais

A responsabilidade institucional frente à criança defronta-se com situações das mais complexas, pois a própria medida abarca esse caráter. Privá-la da vida em família quando essa convivência se caracteriza como uma ameaça potencial é uma das primeiras complexidades que essa medida comporta. No que se refere ao vínculo afetivo com a família, a separação instituída para proteger a criança tem como propósito preservá-la ao máximo, o que só não

ocorreria nos casos de destituição do poder familiar. Todavia, as repercussões da separação, mesmo que temporária, serão sentidas e manifestadas pela criança no espaço institucional.

A mudança de ambiente, o distanciamento de suas referências significativas e a descontinuidade da proximidade com as figuras parentais lhe causarão repercussões psíquicas. Prontamente, ao mesmo tempo em que a instituição se depara com o estranhamento da criança frente ao desconhecido – a instituição – esta precisa acolhê-la. A separação da criança de seu ambiente primário pode suscitar nela comportamentos de protesto quando se encontra na companhia de estranhos e distantes daquelas figuras parentais com quem constituiu um vínculo constante, embora esse vínculo passe a representar uma ameaça à sua vida (Bowlby, 1997).

Os comportamentos de protesto manifestados pela criança variam entre o choro, o isolamento e a agressão. A compreensão da criança de que a instituição seria a responsável pelo afastamento de sua família pode repercutir em ataques de destruição contra a própria instituição. Em meio a isso, os cuidados que a instituição ofertará podem não ser aceitos pela criança, em função do sofrimento que esse afastamento lhe causa. Bowlby (1997) considera que tanto a formação quanto o rompimento de relações de ligação constituem-se como momentos de intensas emoções. Portanto, para a criança em condições de acolhimento institucional, a ameaça ou até mesmo a percepção de que pode vir a perder a ligação afetiva com as figuras familiares é uma fonte constante de ansiedade e instabilidade emocional.

A ansiedade da criança encontra pontos de ancoragem no ambiente institucional quando, porventura, a criança passa a atentar-se para as falhas da instituição. Pontos estes que também se localizam na incerteza da garantia ou do retorno à convivência familiar, enquanto reside na instituição. A recorrência das irregularidades das visitas familiares potencializa a ansiedade sentida pela criança e, possivelmente, leva-a a fantasiar o abandono pelos familiares. Com efeito, a criança poderá compreender que, com o rompimento do vínculo, rompe-se também a continuidade de cuidados dos quais necessita, prejudicando a construção de futuros vínculos no espaço institucional. Por um lado, a percepção da criança em relação às falhas do ambiente no qual está inserida avigora sua ansiedade em relação à ameaça de perda do vínculo com as figuras parentais. Por outro, essa percepção pode reforçar a sua compreensão sobre o ambiente no qual está inserida, no sentido subjetivar aquele espaço como representante simbólico de sua ruptura com seu meio familiar.

Enquanto isso acontece, outros processamentos subjetivos ocorrem na criança em relação às percepções sobre o espaço institucional. A confiança ambiental que a criança adquire para continuar a amadurecer pode ser afetada e interfere no modo como ela irá se relacionar com o ambiente. A perda dessa confiança é dada, como dissemos, pelo ambiente no qual a criança está inserida quando a submetem a uma continuidade de falhas. Estas, por sua vez, podem se apresentar das mais diversas formas, considerando esse contexto institucional.

Quando o Plano Nacional de Promoção e Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006) ressalta que a prestação de cuidados alternativos à criança deve ser oferecida em locais que possam atendê-la com vistas ao seu desenvolvimento saudável e que lhe ofereça as condições favoráveis para tal, isso contempla que sejam construídos espaços que possam suportar a carga de sofrimento que a criança irá exprimir naquele espaço em decorrência da situação em que se encontra.

Quanto à instituição, Winnicott (1971/1975) diz que sobreviver aos ataques da criança de uma forma não reativa pode significar a criação de uma estratégia de cuidado institucional que vise atender ao sofrimento da criança, que, de algum modo, pode ser tão significativa como atender às demandas mais ordinárias, ligadas à alimentação, higiene pessoal e cuidados com a saúde. Esses cuidados oferecidos pela instituição apontam não apenas para uma estratégia de acolhimento, mas também para uma postura de acolhimento que envolve o cuidado, do discurso de sofrimento, que decorre de todo o processo de maus tratos e violência que resultou na saída da criança do meio familiar. As expressões do sofrimento da criança que decorrem desse processo necessitam de um espaço diferenciado que a compreenda diante dessa situação e que lhe ofereça os recursos necessários à elaboração dessa situação. Isso remete a uma postura de escuta a ser disponibilizada para a criança, tanto de seus sofrimentos passados quanto dos atuais.

Portanto, ao se adotar essa postura perante a criança no período em que ela se encontra protegida na instituição, estabelece-se junto a ela um olhar de reconhecimento de suas vulnerabilidades, tanto as que são causadas em função da separação das figuras parentais, quanto as que poderão surgir no decorrer do período protetivo. Faz-se necessário que algumas dessas vulnerabilidades, potencializadas pelo período em que a criança se encontra na instituição, sejam cuidadas para que ela consiga, naquele espaço, elaborar a situação que atravessa.

Por diversas vezes, mencionamos que a medida protetiva em abrigo institucional deve oferecer à criança que dela necessita um espaço propício à continuidade do seu desenvolvimento, em consonância com as noções de cuidado ressaltadas tanto pelo ECA quanto por outros documentos que orientam as práticas interventivas nesse campo. Devido a isso, constrói-se a noção de que o espaço de acolhimento institucional é um lugar que se presta a oferecer à criança os devidos cuidados, dada a condição que a levou àquele espaço; assim, compreende-se que a característica principal que compõe essa prática de atendimento e acompanhamento fundamenta-se nessa construção.

Mencionamos anteriormente que a medida protetiva, ao instituir a separação da criança do seu ambiente familiar, abarca dimensões complexas de um mesmo ponto: ao mesmo tempo em que visa proteger a criança contra a ameaça, afasta-a de suas referências familiares e afetivas mais significativas. Para a criança, essa experiência pode ser desproporcional à sua capacidade de compreensão sobre a função que a medida protetiva exerce diante de um contexto familiar que atua com violência e maus tratos em seu desfavor. Quando as práticas interventivas no espaço institucional não operam sob o campo do cuidado, podem dificultar que a criança possa atribuir sentido à experiência de separação familiar. Nesse sentido, reportamo-nos novamente ao acolhimento que é dado à criança no decorrer de sua permanência na instituição, tanto no sentido discursivo quanto no sentido prático do cuidar. Para tanto, ao longo desse período, deve-se adotar e promover essa postura frente à criança de forma contínua e estável, oferecendo-lhe um espaço que disponha dessas características.

Figueiredo (2012), numa perspectiva winnicottiana, explicita que as práticas de cuidado que são dirigidas ao outro se fundamentam na capacidade de poder lhe proporcionar a construção de um sentido para sua existência ao longo do tempo. E isso envolve a capacidade de compreender, elaborar e estabelecer conexões diante dos acontecimentos de sua vida. O autor ainda destaca que, quando é ofertado ao outro essa capacidade prática de possibilitar a construção de sentido para a vida, isso minimiza os excessos traumáticos que as situações da vida comportam.

As instituições de acolhimento dispõem, em sua estrutura de funcionamento, da figura do cuidador, responsável por acompanhar e atender às necessidades da criança enquanto ela permanece integrada a esse espaço. Ao cuidador é atribuída a responsabilidade de ofertar à criança os cuidados substitutivos para que ela possa, de algum modo, ao ser inserida na

instituição, prosseguir com a sua dinâmica de vida. As circunstâncias que antecedem a chegada da criança na instituição, não raras vezes, envolvem-na em situações que lhe causaram, no mínimo, alguma forma de dor física ou psíquica. O cuidador, que se faz presente na vida da criança durante a vigência da medida protetiva, visa auxiliá-la na elaboração dessas experiências que antecederam a sua chegada, com ações em formas de cuidar que serão dirigidas à criança.

Quando a instituição recebe no seu espaço a criança vinda de condições que envolvem separações familiares e violências, a criança pode apreender que está sendo submetida a uma espécie de violência continuada, tendo em vista que a separação da convivência do ambiente familiar é algo com que a criança precisa lidar. Nesse aspecto, a figura do cuidador pode representar alguém que pode auxiliá-la nessa jornada, criando junto a ela um anteparo com duplo sentido: ser alguém que auxilie na elaboração dos sofrimentos e na mediação que envolve o afastamento, a vivência na instituição e a possibilidade de retorno; também pode significar alguém que mobilize o ambiente ao ponto de a criança perceber que pode estabelecer uma relação com o cuidador e elegê-lo como alguém capaz de exercer a função do representante dos cuidados substitutos dos quais ela necessita.

O cuidador pode atentar-se para as singularidades que compõem a história da criança, na tentativa de estabelecer alguma forma de contato com ela. Uma vez estabelecido, o contato poderá de desdobrar em trocas e vivências que sejam processadas pela criança como formas de cuidado, visto que devem atender às suas demandas. Essa experiência da criança com o ambiente, que inclui os cuidados que recebe, favorece ainda a sua elaboração e compreensão sobre a separação instituída pela medida protetiva. Em paralelo a isso, a criança passa a perceber no ambiente institucional os elementos de referências necessários à criação e sustentação dos sentidos que viabilizam a sua transformação e, por vezes, a retomada da experiência de cuidados. Essa forma com que o acolhimento pode ser realizado na instituição, o qual está intimamente associado à forma de cuidado que é possível ofertar à criança através do cuidador, implica um modo de criar, em torno dela, uma mobilização do ambiente a tal ponto que ele se torne adequado às demandas da criança, que passa a sentir-se acolhida e a perceber que é possível entre eles estabelecer uma relação.

Dessa forma, alguma dimensão da continuidade está sendo oferecida à criança para que assim ela seja capaz de experimentá-la, uma vez que, com o distanciamento da ambiência familiar, ela chega a romper concretamente com essa experiência. Para Figueiredo (2012),

outros grupos ou até indivíduos isolados podem oferecer esse *holding* quando ele nos falta naquele lugar oferecido forma contínua. Diz ele:

Não existimos, não nos sentimos existir, não conquistamos um senso de realidade se alguma continuidade não estiver sendo oferecida e experimentada[...] ao longo da existência, outras dimensões de continuidade – envolvendo as referências identitárias e simbólicas – tornam-se decisivas. Diante dos percalços da vida – das necessidades e desejos, e das relações com os outros – a continuidade não está sendo assegurada e precisa ir sendo construída e reconstruída a cada passo, tarefa do agente de cuidados que dá sustentação: ele, para usar uma linguagem coloquial, ‘segura a barra’. (Figueiredo, 2012, p. 136).

O *holding*, oferecido à criança por um grupo distinto do seu grupo primário, pode tornar-se capaz de reconstruir junto a ela o sentido de existência que ela necessita para sentir-se vivenciando uma situação transitória na medida protetiva, e não percebê-la como uma experiência ameaçadora. Para tanto, basta não somente a criança ser capaz de perceber as nuances que envolvem o cuidado e o acolhimento prestado, mas também que o sentido de segurança possa ser alicerçado nessa relação com o cuidador; que esse sentimento ganhe vida e se torne presente nas ações que permeiam essa relação, para que a criança possa desfrutar dessa confiança adquirida mesmo quando ela estremeça ou até mesmo se quebre.

Winnicott (1960a/1997), em seus estudos sobre a segurança, destaca que esse sentimento emerge numa relação dual quando conseguimos singularizá-la, ou seja, quando podemos nos adaptar especificamente às necessidades apresentadas por cada criança. A presença disponível sinaliza para a criança uma estabilidade não rígida, mas humana, da qual pode se edificar uma relação viva e pessoal. Nesse sentido, o autor ainda destaca que, quando a criança consegue estabelecer uma relação de confiança com o ambiente no qual está inserida, isso pode ajudá-la a proteger-se dos próprios impulsos e dos efeitos que a estranheza e incompreensão de ser inserida num novo contexto podem produzir.

A função de mediação pela qual o cuidador se torna responsável reserva-lhe, conforme pudemos expor, algumas atribuições junto à criança, para as quais o cuidado está constantemente permeado como função primordial. A sustentação simbólica do cuidado, que implica proporcionar experiências de transformação frente aos sofrimentos atuais e passados da criança, reconstruindo com ela passo a passo o sentido de sua existência, requer do

ambiente uma adaptação gradativa e uma presença – de quem irá cuidar da criança – capaz de reconhecer a complexidade com que a medida protetiva marca a vida psíquica da criança.

O direito violado da criança pode não estar subscrito no Estatuto ou nos demais documentos que norteiam e orientam como e o que se deve fazer diante da violência perpetrada contra ela, mas sim pode estar localizado quando não se consegue atentar em cada criança o que ela tem de próprio e singular na sua composição familiar e os sofrimentos que compuseram a evolução emocional de cada família da qual ela é herdeira.

No contato, cuidado e acolhimento prestado a cada criança no espaço institucional, nesse intervalo de tempo que compreende o afastamento e a proposta de reintegrá-la à família de origem, o passado e o presente que compõem a história da criança se encontram e se misturam à violência, que, de algum modo, passam a compor o ambiente familiar. Num outro território, não é possível deixar de fora essas outras histórias que compõem a vida psíquica da criança, cujas formas de expressão, que derivam tanto do sofrimento pelo afastamento como das violências às quais foi submetida, necessitam ser escutadas e compreendidas no espaço institucional, a partir das possibilidades que lhe são dadas para expressá-las.

Nessa perspectiva, a medida protetiva visa cumprir a função de oferecer à criança um espaço protetivo para além da normatividade contida nos documentos e leis que regimentam esse serviço. Acolher a criança, mesmo que de forma transitória, numa perspectiva que disponibiliza preservar o seu direito de desejar a retornar ao convívio familiar no qual as relações não lhe oferecem cuidado, implica compreendê-la numa dimensão que considere a sua realidade psíquica como a que fornece, nesse período, a sustentação simbólica da qual a criança necessita.

Entretanto, a medida protetiva em instituição abarca uma complexidade quando se atenta para o percurso que a criança atravessa, que vai desde o afastamento até a possibilidade de retorno, pois sendo esse percurso não linear, mas sim sinuoso, as curvas percorridas implicam as possibilidades de, nesse caminho, algo de muito sutil e valioso se perder ou até mesmo ser esquecido com o passar do tempo, quando as possibilidades de serem restauradas perdem-se no instante da curva.

O afastamento temporário ou permanente de uma criança do seu ambiente familiar e do convívio parental e, por conseguinte, sua chegada a uma instituição de acolhimento, podem suscitar, num primeiro instante, inúmeras indagações sobre os motivos que

ocasionaram tal afastamento. Para acolher essa criança que chega, é imprescindível aos profissionais que irão acompanhá-la obter o conhecimento da história da criança, o que inclui, além dos motivos que levaram a tal afastamento, o conhecimento da dinâmica familiar e o lugar ocupado pela criança entre os personagens que compõem sua cena familiar.

A adoção dessa postura de buscar a compreensão da história e do lugar ocupado pela criança na trama familiar pode revelar alguns fragmentos sobre o acolhimento dado pela família a essa criança quando de sua chegada à família: quais os investimentos, reconhecimentos e afetos que lhe foram dirigidos no decorrer do seu amadurecimento pessoal. É a partir desse modo de receber a criança e do lugar psíquico que a família partilha e acolhe sua recém-chegada nesse ambiente que são lançados os fundamentos da constituição psíquica e a inserção da criança na cadeia familiar.

Ao falarmos de acolhimento, agora no âmbito familiar, estamos nos referindo ao modo como a criança é inserida na família por intermédio dos seus genitores. Esse modo diz respeito ao reconhecimento recíproco que se instaura entre mãe e criança, que pressupõe a troca gradual de afetos e de investimentos subjetivos que ocorrem de forma dinâmica nessa relação. Embora o bebê, nos primeiros dias de vida, ainda não esteja suficientemente amadurecido para ter afetos e direcioná-los à sua mãe, a sua capacidade de senti-los como uma experiência que lhe proporciona conforto ou desconforto vai lhe fornecendo minimamente as condições para registrar o que o ambiente lhe fornece em termos de cuidados externos.

Nesse sentido, a frequência com que o bebê é afetado pelas ações advindas do ambiente anuncia, de certo modo, o grau de cuidado que a ele está sendo direcionado; e essas sensações podem lhe servir como o protótipo inicial de suas primeiras experiências de satisfação ou não, e assim integradas à psique como referências a partir das sensações que o ambiente lhe suscitou.

Por outro lado, quando nessa relação a criança não é desejada pelos genitores, esses sinais também se tornam evidentes na relação. Ferenczi (1929/1992) destaca que a criança, na relação com a mãe, consegue captar e registrar psiquicamente os sinais de repugnância ou impaciência emitidos por ela, de modo consciente ou inconsciente quando estão em contato; essas filigranas contidas na relação entre a mãe e a criança, quando são estabelecidas a partir de um acolhimento pouco afetivo e indesejado, com escassos gestos de ternura e cuidados,

ecoam na criança de modo a adulterá-la diante da vida, ou seja, potencializando sua capacidade de adoecimento e de algum modo vindo a deslegitimar a sua existência.

Desse modo, o acolhimento inicial dado pela família, sobretudo pela figura materna que dispensa cuidados ao bebê, tem uma função estruturante em relação aos posicionamentos que serão adotados pela criança diante das distintas situações que lhe sucederão durante sua vida e no decorrer do seu amadurecimento, como afirma Ferenczi:

Os menores acontecimentos, no decorrer da vida posterior, eram bastante para suscitar nelas a vontade de morrer, mesmo que fosse compensada por uma forte tensão da vontade. Pessimismo moral e filosófico, ceticismo e desconfiança tornaram-se os traços de caráter mais salientes desses indivíduos [...] inapetência para o trabalho, incapacidade para sustentar um esforço prolongado, portanto, um certo grau de infantilismo emocional, naturalmente, não sem algumas tentativas de consolidação forçada do caráter. (1929/1992, p. 49).

Portanto, estamos nos referindo, de algum modo, a uma ligação existente entre o movimento realizado pelo ambiente para receber um bebê e inseri-lo numa relação familiar e os efeitos que resultam dessa ação para as diferentes etapas de sua vida. Ferenczi (1929/1992) enfatiza a questão do acolhimento dado ao bebê quando conduzido com tato, ternura e entusiasmo como certo reservatório de forças que lhe fornece segurança básica. Esse sentimento de segurança funciona como uma espécie de fonte nutridora diante da vida e de suas próprias pulsões destrutivas. Na criança, ele funciona como se pudesse fazer um retorno psíquico a uma fonte segura existente em si e que nela habita a sua força vital para não sucumbir às adversidades impostas pela vida e pelo processo maturacional.

Quando falamos no ambiente em que o bebê está inserido, cabe mencionar que esse termo abrange múltiplas funções que envolvem as características físicas que compõem a inclinação da figura materna para as necessidades do bebê, onde a constituição dessa relação dá início ao processo de amadurecimento, acompanhado de um outro que pode auxiliá-lo ou até mesmo trazer desafios.

Conforme foi mencionado anteriormente, o bebê consegue captar e registrar psiquicamente os sinais emitidos pelo ambiente que o circunda, e isso também ocorre mediante o contato físico estabelecido entre ele e a figura materna. Nessa interação, o toque da figura materna é também fonte de reações corporais que se processam psiquicamente e resultam na produção de sensações físicas satisfatórias ou não. Assim, quando a mãe segura

bem o bebê em seus braços, e isso ocorre inúmeras vezes nessa relação, nesse ato ela também viabiliza, gradativamente, o amadurecimento do bebê. Para Winnicott:

Segurar e manipular bem uma criança facilita os processos de maturação, e segurá-la mal significaria uma incessante interrupção destes processos, devido às reações do bebê às quebras de adaptação. Neste contexto, facilitação significa a existência de adaptação às necessidades básicas [...] a partir daí eles adquirem confiança em um mundo mais amigável, mas, o que é ainda mais importante, por terem sido segurados suficientemente bem se tornaram capazes de atravessar bem todas as fases de seu desenvolvimento emocional (Winnicott, 1968/2013, p. 54).

Portanto, na constância desse contato físico entre a mãe e o bebê, irá se constituir os primeiros registros de satisfação que este tem quando é sustentado nesse e pelo ambiente, ou seja, a circunstância que envolve segurá-lo fisicamente formará, doravante, as bases de sua confiança básica em relação ao mundo. As bases de sua personalidade estarão sendo bem firmadas se o bebê for segurado de forma satisfatória (Winnicott, 1968/2013, p. 54).

O sentimento geral de insegurança, ocasionado pela experiência de terem sido mal segurados, pode ser revivenciado ainda quando criança ou posteriormente em sua fase adulta. O registro psíquico adquirido pelo bebê por intermédio dessa experiência aproxima-se da lógica descrita por Ferenczi (1929/1992) em relação à criança mal acolhida, cuja postura diante da vida remete a uma constante descontinuidade, adoecimento ou quebra diante do prazer de viver.

O fato desses bebês não serem bem recebidos ou acolhidos significa dizer-lhes, por intermédio dos cuidados mantidos, que o ambiente não está disponível e equipado para lhes transmitir os componentes mínimos em termos de condições que envolvem a sua chegada.

À medida que o bebê cresce e vai experimentando outras fases de seu desenvolvimento, suscita, de certo modo, uma atualização dessa provisão ambiental com o propósito dessa relação acompanhá-lo nesse processo e não estagnar numa determinada fase. Ao afirmar que o crescimento de cada criança é proporcionado pelo ambiente que a circunda, Winnicott aponta, como elemento fundamental, a presença implicada de um adulto no sentido de estabelecer junto à criança uma relação viva com componentes de estabilidade flexíveis, cujo sentido de segurança esteja presente nessa interação, como afirma:

[...] esperamos que cada uma aos poucos adquira um sentido de segurança. É necessária que se edifique, no interior de cada criança, a crença em algo que não seja apenas bom, mas seja também confiável e durável, ou capaz de recuperar-se depois de se ter machucado ou mesmo perecido. (Winnicott, 1960c/1997, p. 44).

No entanto, para que isso ocorra, a criança deve estar segura de que alguém, além dela, habita essa relação, ou seja, alguém a ofereça de forma constante e gradual uma presença interessada pela sua existência.

Porém, quando esses cuidados dispensados às crianças são realizados de maneira fria e distante afetivamente, ou quando as famílias as acolhem com rudeza, maltratando-as, corre-se o risco de impor-lhes uma difícil tarefa: a de sobreviverem psiquicamente quando a qualidade dessa relação primária não lhes assegura uma continuidade para o seu desenvolvimento. A função materna, quando exercida junto à criança de forma não suficientemente boa, torna-a, segundo Winnicott (1960c/1997, p. 24) um “acumulado de reações à violação”. Nesse sentido, a criança foi atingida por uma falha que ecoará em sua forma de subjetivar os acontecimentos da vida.

Para o bebê, o olhar materno é uma fonte de reconhecimento e um aspecto fundamental nessa fase, pois, ao conferir-lhe legitimidade, torna-o capacitado e seguro para caminhar pela vida, sabendo que é alguém separado de sua mãe, mesmo estando, de algum modo, relacionado a ela.

Para a criança que é separada de sua família, como no caso de crianças que necessitam da proteção em acolhimento institucional, esse olhar de reconhecimento sofre algumas alterações, sobretudo quando o afastamento decorre de sucessivas demonstrações, por parte dos seus genitores, da falta de cuidado e desprezo pela criança. As demonstrações de se estar indisponível aos cuidados sobrevivem de forma desfavorável à criança de distintas maneiras: a violência física ou psicológica irrompe um desequilíbrio no ambiente, causando um estado de tensão e insegurança constantes para a criança.

A complexidade que envolve a condição de gerar um estado de tensão para a criança em virtude da presença da violência física, psicológica ou da condição de negligência pode ser considerada como multifatorial, sobretudo se pensarmos em que contexto vivem as famílias de crianças acolhidas. Nesse sentido, há de se pensar caso a caso, considerando a singularidade que compõe a história de cada criança, que está intimamente relacionada à história de seus genitores.

O rompimento da “atmosfera” familiar torna-se um fator a mais quando pensamos na condição que envolve o afastamento da criança de sua família. A violência presentificada no cotidiano da família conduz a uma fragmentação das figuras familiares, anulando a

possibilidade da própria família encontrar meios próprios de saída de uma condição que precariza as relações familiares. Nesse sentido, a saída da criança da ambiência familiar pode reforçar a percepção dela da indisponibilidade da família em tê-la como membro daquele núcleo.

De certo modo, afastar-se da família diante de condições impostas pode comportar, no modo de subjetivar da criança, além da quebra na relação de confiança com a família, algum componente traumático para ela. Ao nos referirmos a esse conteúdo traumático, não o atribuímos somente ao afastamento da criança de sua ambiência familiar, mas sim aos sucessivos acontecimentos que representam para a criança algo que lhe causa certa comoção, ultrapassando a sua capacidade de compreensão. Nesse sentido, o afastamento repentino da família pode representar um evento traumático na vida da criança que poderá repercutir negativamente na vivência de outras relações. Em suma, o traumático para a criança torna-se um somatório de ocorrências que a excluem de um lugar afetivo que ela constituiu junto às figuras parentais, formando uma espécie de acúmulo de situações que impactam nessa esfera afetiva, traduzindo-se em ocorrências traumáticas para a criança.

Para Ferenczi (1934/1992), o traumático ou a comoção psíquica ocorre de modo súbito, inesperado e desarticula o sentimento de confiança que se tem em si e no mundo circundante. O inesperado do acontecimento repousa sobre a crença do sujeito na impossibilidade ou no descrédito que tal fato viesse a acontecer. Assim, a criança vinda de um grupo familiar cujo reconhecimento não lhe fora ofertado pelo mesmo, quando surpreendida pelo acolhimento em medida protetiva, compreende esse fato como mais uma ocorrência que a exclui da dinâmica familiar, reforçando a sua percepção de não se sentir acolhida pelo seu ambiente primário. A desproteção psíquica e o desprazer que essa condição lhe causa caracterizam um acontecimento súbito que desarticula a representação simbólica das figuras parentais. Esse fato revela à criança mais uma evidência da indisponibilidade do ambiente em sustentar a sua existência.

Algumas vezes, a situação que envolve o afastamento familiar se caracteriza por situações de dificuldades momentâneas na família. Essas dificuldades conseguem ser superadas após um período de afastamento temporário da criança, que representa a resolução da situação que impulsionou o afastamento e, por conseguinte, a convivência da criança na família é estabelecida. Noutras vezes, esses percursos que envolvem a saída da criança do

núcleo familiar são vividos como experiências que representam uma espécie de descompasso às expectativas da criança construídas junto à família.

3. A reintegração familiar: uma proposta de qualidade

A reintegração não é um evento único, mas um processo mais longo envolvendo extensiva preparação e acompanhamento de apoio. O tempo adequado deve ser dedicado a cada etapa do processo para permitir que a reintegração aconteça em um ritmo que se adapte às necessidades de cada criança e suas famílias (Diretrizes para Reintegração das Crianças, 2016).

O trabalho de reintegração da criança à sua família pode ser compreendido, a princípio, como uma ação institucional que visa integrar novamente a criança afastada à sua família de origem, quando essa possibilidade é identificada pelos profissionais que a acompanham no período de vigência da medida protetiva. A palavra “reintegrar” significa fazer uma recondução de algo ou alguém que foi afastado de seu lugar a retomá-lo, ocupá-lo novamente, ou seja, é promover um encontro com o que foi rompido e, a partir disso, algo pode se reestabelecer.

Nesse sentido, a proposta de reintegração familiar inclui um processo longo com diferentes fases, que começa a ser pensada a partir da identificação da ou das causas do rompimento; posteriormente, iniciam-se as possibilidades de se constituírem os passos rumo à reintegração familiar da criança. Alguns anos atrás, a Lei nº 12.010 de 2009, conhecida como Lei Nacional da Adoção (LNA), trouxe algumas contribuições que visam fortalecer a garantia de direitos de crianças que necessitam de acolhimento institucional, e, dentre essas contribuições, a proposta de reintegrar a criança acolhida à sua família de origem é destacada como medida prioritária frente a quaisquer outras. Recentemente, a Lei nº 13.257 (2016), que dispõe sobre políticas públicas para a primeira infância, ratifica o sistema de garantia de direitos previsto no Estatuto, assegurando à criança em condições de acolhimento ser criada no seio de sua família, que por sua vez garanta o seu desenvolvimento integral (ECA, Art. 19).

A partir dessas recomendações legais, a proposta de reintegração familiar ganha um reforço positivo, ou seja, uma alternativa para que se possa minimizar o tempo em que a

criança permaneça acolhida e, ao mesmo tempo, respeita os princípios que regem o acolhimento, os quais versam sobre a provisoriedade da medida e a condição de transição da criança na instituição.

É necessário um período para que se construa a proposta de reintegração, pois ela precisa contemplar as partes que serão reintegradas: criança e figuras parentais. Entrementes, a criança permanece acolhida na instituição e o Estatuto prevê, enquanto direito, a convivência familiar e comunitária nesse período. Contudo, deve-se considerar e avaliar as recomendações judiciais que restringem a determinados familiares o direito a essa convivência, em função do risco que podem representar para a criança. Porém, o exercício do direito à convivência familiar passa a ocorrer no ambiente institucional, que, por sua vez, possui um arranjo físico e simbólico distante do modelo do qual a criança constituiu e personalizou suas relações com as figuras parentais. Nesse sentido, além de afastar-se da convivência com as figuras parentais, a criança distancia-se de suas referências simbólicas de proteção que constituiu no seu ambiente primário, quando, na dinâmica desta relação, foi possível para a criança reconhecer no ambiente essa condição de cuidado.

No instante em que a criança vivencia os cuidados suficientemente bons em seu ambiente primário e este, por sua vez, consegue adaptar-se ao desenvolvimento da criança, esse movimento do ambiente inscrevem nela registros singulares sobre uma relação permeada pelos cuidados: a princípio, o olhar de reconhecimento para a criança constitui-se como um elemento fundamental para uma relação íntima e viva, e através dele a criança também se constitui psiquicamente.

Quando a situação de risco é identificada nas relações que se estabelecem entre a pessoa que representa a figura materna e a criança, a intervenção que se faz necessária aponta para o afastamento da criança do meio familiar. Esse afastamento pode não significar uma ruptura para a criança, quando, de algum modo, os contatos com o ambiente familiar são mantidos em acordo com a disponibilidade dessa família. Todavia, a criança pode vivenciar o sofrimento decorrente do afastamento e sentir-se desprotegida por não identificar no espaço institucional os referenciais de proteção que constituiu na família, quando, de algum modo, essa construção foi possível. As perdas às quais a criança está sujeita ao ser acolhida ligam-se aos acontecimentos e trocas diárias que a relação no ambiente familiar lhe ofereceu, como forma de sustentação e pertencimento simbólico àquela dinâmica, ainda que esse ambiente seja permeado por alguma forma de violência. Portanto, existe a possibilidade de, quando se

afasta a criança de uma dinâmica familiar, para ela essa condição de afastamento também pode significar uma forma de violência, embora o objetivo principal seja tentar protegê-la desse ambiente familiar.

O acolhimento institucional ainda se configura tanto como um meio protetivo para a criança quanto um meio transitório que visa garantir que ela seja reintegrada. Assim, concebe-se o acolhimento institucional como uma forma alternativa ou substituta de cuidados, quando estes não estão mais disponíveis nas relações familiares. Perder, ainda que momentaneamente, a convivência com o meio familiar, pode gerar na criança algumas dificuldades relacionadas ao seu desenvolvimento emocional, como aponta Winnicott (1956/2002). Isto porque, a partir do momento em que é inserida na instituição, a criança passará a receber os cuidados de forma não exclusiva. Com efeito, os cuidados institucionais serão diferentes dos cuidados providos anteriormente pela figura materna, seja pelo fato de a criança não ter recebido nenhum tipo de cuidado, ou por ter percebido o cuidado a ela dedicado como insuficiente.

Embora essa exclusividade de cuidados possa não ocorrer de modo satisfatório para a criança acolhida, visto que a instituição dispõe às crianças cuidados numa perspectiva coletiva, em outro momento, fora da instituição, a criança, de algum modo, pode ter desfrutado de cuidados exclusivos na relação com a figura materna, se considerarmos que o momento da amamentação pode representar alguns exemplos desse período de exclusividade de cuidados, além de poder significar uma experiência satisfatória para o bebê quando as condições necessárias para propiciar esse momento são congruentes com as demandas que ele apresenta.

O conjunto de cuidados que a figura materna passa a oferecer ao bebê nos seus primeiros meses de vida também constitui um modo singular de estabelecer uma comunicação entre esse par. A sensibilidade que a figura materna desenvolve, ao se estabelecer esse contato íntimo com o seu bebê, capacita-a a desenvolver junto a ele as tarefas mais sutis em que ele necessita ser atendido. Esse *holding* do qual o bebê necessita é uma forma de proteção, ainda inicial, frente a sua dependência total da figura materna. Esses contatos próximos possibilitam também essa dimensão do contato físico que a mãe institui, seja quando ela precisa atender às demandas do bebê ou quando simplesmente passa a investir afetivamente nele. Nesses instantes, constitui-se uma via de um cuidado original que se funda entre dois seres. Para Rocha (2012), essa relação constrói um ambiente fértil para que no futuro cada ser humano possa atualizar suas potencialidades.

Existem algumas possibilidades de intervir junto à criança ao inseri-la no acolhimento institucional, em função de vivenciar em sua dinâmica familiar situações que caracterizam um ambiente pouco acolhedor ou afetivamente insuficiente às demandas que a criança apresenta. Quando a criança não vivenciou um bom ambiente, ou seja, quando não foi cuidada de forma suficientemente boa pela figura materna, as consequências para o seu desenvolvimento emocional possivelmente irão afetar suas futuras relações. Ao considerarmos essa condição, as possibilidades de se intervir, a partir da experiência da criança no espaço institucional, podem construir junto a ela alguma referência de cuidado, visto que os cuidados disponíveis no espaço institucional podem se caracterizar como sua primeira experiência de cuidado. Se assim for, a partir dessa experiência, a criança pode, em algum momento, fazer um confronto necessário com sua história.

Winnicott (1956/2002) considera que a criança tem uma limitada capacidade de manter vivo e ativo o afeto por uma figura que ama quando lhe restringem as possibilidades e oportunidades de estar com a pessoa. A partir do instante em que essa afirmação é pensada no contexto da instituição articulada ao trabalho de reintegração familiar, consideramos que esse trabalho possa incluir ou mediar a possibilidade da criança (re)construir ou identificar-se a essa dinâmica familiar da qual fora afastada.

Para que o trabalho de reintegração possa ter uma sustentação tanto prática quanto discursiva, ou seja, para que ele possa se constituir enquanto uma possibilidade para a criança retornar ao convívio familiar, faz-se necessário que o desejo de investimento de ambas as partes sobreviva ao período de afastamento, porque é ele que dará sustentação a esse trabalho institucional, nutrindo e orientando as etapas que compõem o reestabelecimento dessa relação.

Em relação à pesquisa que citamos anteriormente, realizada pelo IPEA em 2003, ela aponta para outro recorte em relação às crianças acolhidas. Verificou-se que, do total de crianças atendidas, 86,7% têm famílias e 58,6% mantêm os vínculos familiares. O principal motivo, segundo foi colocado pelos coordenadores participantes da pesquisa e que dificulta o trabalho de reintegração da criança à família de origem, gravita em torno da situação econômica da família, ou seja, da insuficiência financeira desta em prover o sustento da criança. Todavia, a lei que versa sobre as políticas públicas para a primeira infância destaca que “a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a suspensão do poder familiar” (ECA, Art. 23).

Esse ponto comporta a complexidade de um grave problema socioestrutural no país, que atinge, sobretudo, as famílias que sobrevivem com poucos recursos e enfrentam dificuldades concretas para atender às necessidades mais básicas de seus filhos. Embora não tenhamos a pretensão de caminhar com a discussão balizada por esse foco, temos que considerar que essas famílias, sujeitas a inúmeras vulnerabilidades decorrentes da desproteção e precariedade, contam com uma série de privações decorrentes da desigualdade social. Com isso, não estamos querendo concluir que a situação de pobreza ocasiona risco à criança, mas sim a condição de vulnerabilidade à qual está exposta potencializa vivenciar situações de risco. Esse motivo ainda faz com que a criança seja afastada de sua família e acolhida em instituições, contrastando com o que postula o Estatuto.

Uma vez afastada de casa, o retorno da criança à mesma família não ocorre de forma simples, tampouco imediata. Antes mesmo de a criança ser afastada de casa, deve-se buscar alternativas para a família acessar as políticas públicas e a rede de serviços públicos, no intuito de fortalecerem as condições socioeconômicas dessa família em oferecer à criança um ambiente mais seguro nesse aspecto. Conforme discutido anteriormente, em acordo com o que postula o ECA, o afastamento é concebido como uma medida excepcional, ou seja, quando não houver outra alternativa disponível na família de origem ou extensa em manter a criança no seu convívio.

Quando o afastamento da criança de sua família de origem está relacionado a motivos ligados à violência, negligência ou formas de maus tratos, essa família, por sua vez, passa a receber investimentos por parte das políticas públicas para que possa dispor das condições necessárias de oferecer à criança uma convivência familiar segura. O ECA estipula para a criança, a partir das novas reflexões que concebem o acolhimento institucional como provisório, o período de 2 (dois) anos para que a criança permaneça nesse espaço. Nesse ínterim, o convívio familiar, conforme já dissemos anteriormente, deve ser garantido para a criança, em paralelo ao investimento que a família deve receber para que a criança retorne ao âmbito familiar. Desse modo, mesmo afastada de casa, a criança passa a ter o convívio com a família assegurado no espaço institucional, o que caracteriza o início do processo de reintegração familiar.

Em 2013, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) realizaram um levantamento nacional sobre as crianças e adolescentes que vivem em serviços de acolhimento. Essa pesquisa contemplou

vários aspectos quantitativos ligados à dinâmica do acolhimento e, dentre eles, buscou-se identificar as principais razões para que crianças e adolescentes fossem desligados das unidades de acolhimento. Dentre os motivos citados, o retorno para a família de origem ficou com 93,2% das instituições pesquisadas, sendo que no Nordeste do país o percentual é de 22,7%. Em acordo com os dados divulgados, o Nordeste é o segundo estado em termos de desligamento da unidade de acolhimento pelo retorno das crianças à família de origem. A natureza da referida pesquisa – quantitativa – possibilita-nos apenas tecer alguns questionamentos em relação ao percentual apresentado. Seria esse número justificado em função da impossibilidade do retorno da criança? Todas as possibilidades que se apontam nos documentos de referência estão sendo postas em curso? Ou ainda, estaria a criança impossibilitada de retornar em função de algum impasse na família?

Os documentos que orientam e refletem sobre o trabalho de atendimento à criança acolhida em medida protetiva apontam para a preservação dos vínculos familiares por meio da convivência da criança com a família no espaço da instituição. Essa convivência se caracteriza por dispor, tanto para a criança quanto para sua família, de algumas horas de convivência no espaço da instituição, autorizadas previamente pelo poder judiciário e monitoradas por alguns profissionais que trabalham na instituição. Enquanto o retorno da criança à família não se efetiva, essa medida, a da convivência pontual na instituição, pretende minimizar os impactos que a criança sente em virtude do afastamento; é uma maneira de evitar que o sofrimento causado pelo afastamento se desdobre no rompimento total dos vínculos entre a criança e a família, sobretudo com a pessoa que representa a figura materna.

Na impossibilidade de retornar de imediato para casa, conforme a emergência de seus sofrimentos angustiantes causados pelo afastamento, a criança busca identificar, no ambiente ou em algum outro objeto, uma correlação com as vivências satisfatórias já experienciadas, quando pôde vivenciar um bom ambiente primário; quando esse bom ambiente nunca existiu para a criança, faz-se necessário oferecê-lo, no entanto deve-se compreender que somente isso não irá capacitá-la a fazer uso desse bom ambiente, pois à criança privada dessa experiência deve-se permitir que ela sinta e expresse o ódio advindo das privações passadas. Ainda assim, quando sucede à criança a ameaça de não recuperar ou perder a lembrança das experiências boas que tivera, pode ocorrer que

Essa ameaça de perda de sentimentos, que sobrevêm em crianças que estão há muito tempo distantes de tudo o que amam, frequentemente acabam em brigas. As crianças

começam a rondar em busca de confusão e quando alguém se zanga ocorre verdadeiro alívio; mas esse alívio não é duradouro [...] (Winnicott, 1956/2002, p. 45).

O convívio diário da criança com esse sentimento de perda da convivência com seu ambiente familiar não se compatibiliza ao tempo que a reintegração levará até ser construída. O sofrimento da criança em decorrência do afastamento a leva a querer retornar ao seu lar o quanto antes, mesmo que aquele ambiente lhe ofereça algum risco de vida. E quando esse retorno não vem no tempo em que a criança demanda, a instituição passará a representar o substituto de sua casa, podendo, essa condição, ser motivo para que a criança sinta mais ódio por esse espaço, impossibilitando que ela compreenda que o respectivo espaço pretende cuidar dela.

Winnicott (1950/2002) aponta para o fato de a vida familiar ser, para a criança, o fundamento de sua saúde psíquica. Para tanto, é primordial que esse ambiente que o circundou enquanto bebê ainda esteja em pleno funcionamento. Isso quer dizer que lhe fora oferecido, quando bebê, cuidados que foram dos mais básicos até os mais sofisticados, exercidos pela figura materna, quando esta se volta para o bebê, oferecendo-lhe, de forma contínua e estável, uma provisão ambiental suficientemente boa. Ao vivenciar essa experiência contínua e gradual com a figura materna, a constituição psíquica do bebê se processa com base nessa experiência satisfatória, da qual dão alguns dividendos. Ele adquire um sentimento de segurança nessa relação, que se edifica em seu interior, sendo, assim, essencial para seu amadurecimento.

Em virtude dos motivos que levam crianças ao acolhimento institucional, comumente associados à violência ou a distintas formas de negligência, as condições ambientais em que vivem colaboram para que elas tenham vivenciado em algum momento ambientes pouco afetivos ou acolhedores em relação às suas necessidades. Essa característica do ambiente, conforme já foi mencionado, torna o trabalho de reintegração mais delicado e complexo, visto que se torna um desafio à instituição operar junto à família e à criança, se considerarmos as tramas emocionais que envolvem a história dessa relação.

Os sentimentos da criança acolhida em medida protetiva, sobretudo em relação à figura materna, podem perpassar por uma ambivalência – ódio e amor – que é reforçada pelo próprio contexto institucional, quando a afasta dos cuidados maternos, submetendo-a a um outro ambiente que dispõe de outros modos de relação e proteção. Ao chegar à instituição, a criança pode não compreender os motivos objetivos que a levaram ao acolhimento, uma vez

que ela pode estar conectada à representação subjetiva da sua relação com a figura materna, dificultando o entendimento do contexto que passa a vivenciar. Esse afastamento, ainda sem prazo determinado quanto ao seu fim, pode significar para a criança, inicialmente, um fato trágico cujas consequências não são vistas num primeiro momento.

Esse contexto pode favorecer à instituição oferecer possibilidades de atendimento à demanda da criança com elementos que caracterizem um ambiente de cuidados contínuos ou permita que a criança acolhida possa expressar-se naquele espaço em função do seu sofrimento.

Sendo assim, o cuidado com a criança pode ser iniciado a partir da identificação dos fatores que podem viabilizar a reintegração dela à sua família de origem. Trata-se de um trabalho delicado, porque exige, de quem o faz, disponibilidade para estar com a criança e tempo para acompanhá-la nessa ação, visto que a criança não está em condições de compreender o que esse afastamento objetivou prevenir.

Quando a proposta de reintegração é posta como uma possibilidade para a criança, a trama que envolve os afetos dela com a figura materna pode ser inconscientemente ativada, exercendo sobre ela certo conflito quanto à dinâmica que envolve sua permanência na instituição: ora está em contato com a figura materna, mas não pode conviver com ela; ora passa períodos sem estabelecer nenhum contato com essa mesma figura. A alternância com que esses contatos ocorrem pode ser compreendida pela instituição como uma etapa que compõe o processo que segue rumo à reintegração da criança. Já para a criança, a percepção sobre esses encontros pode levá-la a sentir as pequenas rupturas que ocorrem devido ao longo tempo de espera que envolve tanto as visitas quanto o seu retorno para casa; e isso pode impactar na relação com a própria figura materna, pois esse movimento pode levar a criança a construir a fantasia de abandono.

Quando a criança vivenciou, nos seus primeiros meses de vida, uma relação com a figura materna de forma satisfatória, registros psíquicos advindos dessas experiências permanecem ativos no bebê e o leva, doravante, quando criança, a querer atualizá-los nas relações que irá estabelecer. Esses registros indicam para a qualidade do vínculo estabelecido na relação mãe-bebê, podendo ser utilizados como importantes elementos para a reintegração à família de origem.

Tal consistência, oferecida pela figura materna por intermédio dos seus cuidados, quando experimentada pelo bebê de forma contínua no decorrer do seu crescimento, torna a criança capaz de aceitar o que é bom no ambiente, na medida em que reconhece como um cuidado ambiental, ao mesmo tempo em que os atualiza junto aos seus registros psíquicos satisfatórios.

A elaboração psíquica a ser feita pela criança, que foi afastada da dinâmica que envolve a sua convivência familiar, refere-se, necessariamente, ao modo como a sua história é dada em um lugar tanto de fala quanto de escuta no ambiente institucional. Os afetos experimentados pela criança frente a esse momento conflitivo podem deixar marcas indeléveis em sua subjetividade, à medida que não se reconhece a necessidade de se disponibilizar esse espaço para ela ser acolhida. Portanto, do ponto de vista da criança, falar e ser escutada em relação à história que envolve seu afastamento da figura materna significa ordenar essa experiência trágica e possibilitá-la estabelecer conexões associativas a partir de suas projeções e fantasias internas. A figura do cuidador, disponibilizada pela instituição para exercer o papel de cuidado substitutivo junto à criança, pode representar esse elo com que a criança vai estabelecer essas conexões associativas. É junto ao cuidador que a elaboração psíquica da criança se processa, à medida que ela revive e atualiza a relação com a figura materna, com todas as falhas e satisfações que esta fora capaz de lhe proporcionar.

Dado o tempo em que a criança permanece no acolhimento, ela terá de relacionar-se, nesse espaço, tanto com outras crianças quanto com o cuidador. Com esse último, torna-se possível que ele perceba, gradativamente, na criança: a história de suas vivências com a figura materna, os cuidados que pôde receber e como se constituiu subjetivamente a partir dessa relação. Esses sinais, trazidos pela criança para a instituição, remetem a um período anterior do seu desenvolvimento, cujas bases psíquicas começaram a se constituir a partir da relação do começo com a figura materna. É a partir dessa relação do começo, entre a figura materna e o bebê, que os primeiros passos de um vínculo inédito passarão a ser construídos. Esse vínculo tem início desde a concepção do bebê, no entanto iremos nos deter a partir do seu nascimento.

Quando o bebê nasce, torna-se fundamental que a figura materna possa desenvolver junto a ele um estado de identificação, pois é a partir desse estado que ela pode cuidar do bebê de forma mais sensível, reconhecendo, mesmo sendo um recém-nascido, que ele já é um ser humano. Ao tratá-lo dessa forma, a figura materna inicia junto ao bebê uma relação na qual

busca adaptar-se às necessidades que ele apresenta, visto que, tratando-se de um bebê humano recém-nascido, a dependência do outro nessa fase da vida é total para que ele sobreviva; embora essa sobrevivência não deva ser oferecida ao bebê de qualquer modo.

Portanto, esse modo pelo qual a figura materna oferece essa sobrevivência ao bebê é significativamente importante para ele, pois sua sobrevivência psíquica é atrelada à não retaliação por parte do objeto quando este o ataca. Como já mencionamos, a figura materna, ao adaptar-se ativamente às necessidades do seu bebê, lhe oferece uma relação humana e não mecânica, por meio da qual sua sensibilidade materna a capacita para essa função. Nesse sentido, o bebê, que também é ativo nessa relação, associa as experiências físicas satisfatórias à relação com a figura materna, cujos cuidados e dedicação estão voltados com certa exclusividade para o bebê; este, por sua vez, efetua esse registro psíquico advindo dessa experiência. Nesse instante, outros registros internos estão sendo processados conjuntamente a essa experiência: a confiança, que se constitui através das experiências relacionais e também a qualidade na relação com o objeto, a qual buscará, no decorrer do seu desenvolvimento, atualizar e consolidar tanto com a figura materna como também buscará reviver esse registro satisfatório original nas demais relações que estabelece ao longo da vida.

Do mesmo modo, enquanto bebê, ele experiencia uma relação com a figura materna com qualidade, e isto lhe serve como sustentação ou base para os estados excitados que enfrenta. É nesse sentido que a sobrevivência psíquica do bebê, de um modo saudável, está associada à sobrevivência do objeto. Para Winnicott (1965/1982):

Esses temores são de natureza primitiva e baseiam-se na expectativa de severas retaliações. O bebê fica excitado, com impulsos ou ideias agressivas ou destrutivas, que ele revela por gritos ou desejos de morder, e imediatamente o mundo parece ficar cheio de bocas que mordem, dentes e mandíbulas hostis e toda espécie de ameaças. Dessa maneira, o mundo do bebê seria um lugar aterrador, se não fosse o papel protetor da mãe que esconde esses enormes medos pertencentes às primeiras experiências da vida do bebê. (Winnicott, 1965/1982, p. 106).

Quando o ambiente responde ao bebê de forma não retaliadora e consegue sobreviver aos seus ataques destrutivos, o autor considera que para o bebê isso faz toda diferença, pois quando ele pensa em ser retaliado e o ambiente responde sobrevivendo e acolhendo-o, o bebê compreende que o objeto sobrevive, reforçando seu sentimento de confiança, que é derivado da qualidade da relação que se estabelece entre ambos. O mesmo autor ainda acrescenta que,

nessas fases iniciais de relação com o bebê, as experiências satisfatórias vividas por ele com o ambiente se “acumulam” em seu repertório com uma qualidade própria, que está relacionada, a princípio, com o funcionamento saudável do bebê. Winnicott ainda destaca que a acumulação dessas boas experiências constitui um processo que é dissociado da consciência do bebê.

Portanto, embora essas marcas estejam registradas fora da consciência do bebê, isso não exclui a possibilidade desses registros satisfatórios buscarem ser atualizados ou consolidados por ele ao longo do seu desenvolvimento. Através do modo como o ambiente vai se adequando e respondendo às suas demandas, os registros satisfatórios estarão se acumulando em sua experiência, na relação com o ambiente. Essa maneira de se relacionar com o ambiente lhe serve como um protótipo para as futuras relações que estabelecerá no decorrer do seu amadurecimento. Esses registros psíquicos satisfatórios são consolidados ao longo de sua vida, quando a resposta do ambiente é análoga às suas primeiras experiências infantis, levando a criança a revivê-la no presente. Nesse sentido, ela está em busca de reviver a qualidade com que a relação com o ambiente foi constituinte do seu psiquismo, na relação com a figura materna.

Se pensarmos na criança como um ser em desenvolvimento, é fundamental também pensarmos no ambiente em que ela está inserida como meio favorecedor desse processo. Crianças que são afastadas de seus respectivos ambientes familiares e passam a viver em instituições, de um modo geral, precisam de condições suficientemente boas que se atentem para as necessidades que apresentam. Para Winnicott (1948/2002), algumas crianças experimentam um ambiente familiar que as frustra, não apenas pelo fato desse ambiente ter sido desfeito, mas por nele não ter sido ofertado à criança uma base para o seu desenvolvimento. Nesse sentido, a própria instituição pode, enquanto responsável pelos cuidados com a criança, tentar oferecer-lhe os cuidados ambientais necessários à continuidade de seu desenvolvimento, sobretudo quando existe a possibilidade de reintegração à mesma família.

A qualidade com que o vínculo foi construído entre a criança e a figura materna pode ser um elemento mediador para o trabalho de reintegração entre as mesmas, pois se trata de um trabalho que envolve uma múltipla ação: tanto a família precisa reintegrar a criança a ela, quanto a criança precisa fazer o movimento semelhante, ou seja, reintegrar a família na continuidade de sua história. Porém, quando, de algum modo, não foi possível oferecer à

criança essa base de cuidados, ou até mesmo quando foi interrompida, como é o caso de crianças que passaram a residir em instituições, esses cuidados precisam ser construídos e oferecidos a elas, como uma forma de reparação.

Para tanto, trata-se de um trabalho que, nas palavras de Winnicott (1950/2002), envolve um tipo de engrenagem humana, para além de ocuparem-se com as questões de cunho administrativo ou legislativo. Tal engrenagem é formada por pessoas nomeadas como intermediárias. Essas pessoas precisam ser disponíveis, tanto para o diálogo como para dedicá-las a esses cuidados, pois:

Essas condições precisam ser suficientemente boas, dado que a inteligência da criança se torna cada vez mais apta para ter em conta a possibilidade de fracassos e para dominar a frustração mediante uma prévia preparação. Como se sabe, as condições que são necessárias para o crescimento individual da criança não são estáticas, assentes e fixas em si mesmas; encontram-se num estado de transformação qualitativa e quantitativa, em relação à idade da criança e às necessidades em constante mutação. (Winnicott, 1965/1982, p. 203).

Portanto, faz-se necessário adquirir junto à criança, fragmentos de sua história de vida, que representem os momentos em que ela pode testemunhar e subjetivar os cuidados recebidos pelas figuras parentais. Esse trabalho só é possível quando há, por parte de quem cuida dela, a possibilidade de compreender as expressões da criança como formas de linguagem, mesmo que não sejam postas em palavras. Se a criança teve uma boa experiência prévia, ou seja, se foi cuidada de forma suficientemente boa, a instituição terá condições de ser reconhecida por ela quando é capaz de lhe ofertar um bom ambiente, através dos cuidados mais básicos nele disponíveis, visto que a criança será capaz de identificar e responder ao que está sendo oferecido. Nesse sentido, ela também poderá ser capaz de redescobrir algo que teve e foi bom em sua experiência e, por conseguinte, veio a perder em função do afastamento da ambiência familiar. Cabe destacar que a função da instituição não é operar como um substituto da vida familiar da criança, nem quando essa instituição pode ofertá-la cuidados suficientemente bons, nem quando o que ocorreu foi o inverso disso. Mas compreendemos que a instituição também pode dispor de uma estrutura humana que pode operar junto à criança, disponibilizando-lhe estabilidade ambiental: reconhecendo que cada criança necessita de um espaço psíquico singular onde possa expressar sua ambivalência de sentimentos, e essas pessoas possam acolhê-las tanto no sentido de viabilizar essas expressões como de possibilitar que algo possa se construir a partir desse lugar. Desse modo, podem surgir possibilidades de a criança externar e usar o espaço da instituição.

A partir do instante em que a instituição se mostra interessada pela história da criança, e, por conseguinte, pelo sofrimento que ela traz consigo, esse movimento pode estar relacionado a uma característica que compõe um ambiente facilitador, cuja contribuição dada pode facilitar à criança integrar essa experiência, levando-a a amadurecer. Por outro lado, ao sentir-se reconhecida pelas pessoas que cuidam dela na instituição, o ambiente passa a lhe oferecer a experiência de continuidade de cuidados. A elaboração dos sentimentos da criança vai ganhando lugar a partir dessa postura institucional não reativa às suas tentativas de destruição. Assim, quando Winnicott afirma que “os cuidados com a criança necessitam de uma engrenagem, além de humana, disponível”, podemos compreender o seguinte: humana, no sentido de compreender as dificuldades que envolvem esse peculiar momento que a criança atravessa, estando acessível para oferecê-la ordem em vez de caos. E disponível, no sentido de poder criar as condições adequadas e suficientes para que esse momento não represente outra forma de fracasso ambiental para a criança.

A disponibilidade com que as pessoas se ocuparão em executar esse trabalho, o que compreende a vivência de situações como essas, compõe o que discutimos até então como fazendo parte de um trabalho de reintegração da criança. Tal trabalho não se restringe às pontuais visitas familiares que são estabelecidas; momentos de encontro que talvez traga à criança, na mesma medida, alívio e confusão.

Ao ir à busca dos fragmentos da história da criança acolhida por medida de proteção, a instituição inaugura também a sua função de mediadora junto a ela. Através dessa ação, a instituição poderá oferecer-lhe a possibilidade de elaborar a situação que causou o acolhimento, ao mesmo tempo em que constrói junto com ela uma versão dessa mesma situação que possa ser integrada à história de vida da criança. Se, ao acolhê-la, a instituição acolhe também as várias versões que essa história pode conter ou ser contada em conjunto, a ação reparativa que caracteriza os cuidados ambientais pode ser integrada à experiência da criança a partir desse esquema.

A vertente do trabalho de reintegração da criança à família se refere à importância atribuída à recapitulação de sua história, associada ao período de vigência do acolhimento institucional por medidas protetivas. Enquanto medida protetiva provisória, compete à instituição possibilitar momentos de interação e mediação com a criança para que ela possa criar para si uma narrativa possível de ser integrada e reintegrada, a partir da elaboração. Isso a ajudará no sentido de consolidar as experiências vivenciadas, tanto as boas quanto as ruins,

auxiliando-a a distinguir o vivenciado do fantasiado. A importância dessa ação reside no fato de ser simples, porém quando não colocada em curso, isso implica sérias perdas para a criança (Winnicott, 1950/2002).

A transitoriedade que caracteriza a condição da criança no acolhimento institucional, que é ao mesmo tempo um princípio estabelecido pelo Estatuto, desloca a criança entre duas realidades: da familiar para a institucional, em função da imposição com que o afastamento se apresenta para a criança. Ao transitar entre esses espaços, as crianças que acumularam boas experiências ambientais ou as que tiveram e as perderam, devem poder, no espaço institucional, reencontrar o objeto que represente ou simbolize a experiência subjetiva que tiveram nas relações primárias, possivelmente com a figura materna. Para Winnicott:

É preciso que exista alguém que esse objeto represente ou simbolize, o que significa que a condição dessas crianças não pode ser curada simplesmente dando-lhes um novo objeto. Uma criança pode, entretanto, adquirir tanta confiança na pessoa que cuida dela, que aparecerão objetos profundamente simbólicos dessa pessoa. Isso será considerado um bom sinal, como ser capaz de recordar um sonho, ou sonhar com um acontecimento real. (Winnicott, 1950/2002, pp. 211-212).

Para o autor, os objetos e fenômenos transicionais são objetos e acontecimentos que auxiliam a criança numa espécie de ensaio para as relações posteriores que estabelece com a realidade externa, sem, contudo, perder o protótipo dessa primeira relação construída tanto com os objetos apresentados pela figura materna como com os objetos que foi capaz de criar na interação com essa figura. Essa conexão entre o subjetivo e o objetivo possibilita à criança a capacidade ativa para o vigor da criação, da imaginação, da autocriação. Esse vigor de vida na criança pode ser comprometido quando, de algum modo, a realidade imposta a ela não lhe permite mais nenhuma possibilidade de reparação dessa inter-relação entre o subjetivo e o objetivo, ou seja, não lhe permite restaurar a qualidade da relação obtida ao longo da interação com a figura materna.

Por isso, a compreensão do espaço de acolhimento institucional é perpassada por várias nuances que compõem o trabalho que busca a reintegração da criança à sua família de origem. Para além de reagrupar a família num mesmo espaço, esse trabalho reúne uma delicada (re) construção de lugares, relações e posições subjetivas, a partir da qual a criança e a sua possibilidade de elaboração, (re)construção e uso do espaço institucional orientarão os momentos em que se farão necessários aproximar-se e afastar-se de sua família.

4. No ambiente institucional: vivências transitórias, espaços transicionais

As características que definem, de modo objetivo, a transitoriedade da medida protetiva institucional, estão definidas no ECA e nos documentos técnicos que orientam as ações nesse campo. Por outro lado, torna-se fundamental compreender o que acontece nesse espaço com a criança que caracterize a sua experiência como um momento de transição, sendo este definido por um momento de passagem, onde a criança transita entre sua casa, a instituição e, por conseguinte, retorne àquele primeiro espaço. Nesse sentido, propomos-nos a refletir sobre quais são os elementos que podem dar sustentação à criança para que ela vivencie um momento subjetivo de transição com vistas à reintegração ao mesmo espaço familiar.

A medida protetiva em acolhimento institucional é executada sob o princípio da transitoriedade, o que significa dizer que a instituição deve ser caracterizada, a priori, como um local de passagem e não de permanência, em razão do entendimento contido nos documentos de que, ao ultrapassar o período de 2(dois) anos, acumulam-se danos psicológicos à criança, em função do afastamento do ambiente familiar e dos possíveis benefícios que essa dinâmica transmite para o desenvolvimento da criança (Brasil, 2006). Sendo sua permanência na instituição, a priori, concebida como passageira, muito embora também como tempo indefinido, esse tempo em que a criança permanece na instituição compreende suas vivências e experiências anteriores, as relações no espaço do acolhimento institucional e a possibilidade de reintegração à família de origem.

Quando se identifica que a alternativa mais viável para proteger a vida da criança é a medida protetiva em instituição, eis a primeira transição que ela precisa enfrentar, ainda que de modo imposto: a da separação do seu ambiente familiar à instituição. Podemos supor o quanto essa troca de ambientes para a criança é vivenciada com sofrimento subjetivo, expressada por ela no espaço da instituição das mais variadas formas de consternação emocional (Bowlby, 1997).

Esse deslocamento de ambientes retira a criança da sua convivência habitual e das relações primárias, constituídas através da dinâmica diária, muito embora, por vezes, tais convivências familiares são permeadas por uma constante violência contra a própria criança, motivo que enseja seu afastamento. Mesmo assim, pensamos, ainda que a violência esteja presente na dinâmica da família com a criança, de algum modo, sua remoção de seu ambiente

primário de cuidados para um ambiente estranho para a criança provoca nela algum sofrimento subjetivo, pois, passará a residir em um lugar desconhecido. A depender dos motivos que demandam o afastamento da criança de sua dinâmica familiar, a medida de proteção em acolhimento institucional a conduz de modo quase “instantâneo” a transitar entre duas realidades que, de certo modo, lhe trazem sofrimento.

Winnicott (1951/1971) faz uma descrição sobre uma forma de transição entre duas realidades e essa passagem não ordena algo ligado ao sofrimento ou à imposição para o bebê. Os fenômenos transicionais mereceram a atenção especial deste autor por lhe apresentar possibilidades de observar e aprofundar-se sobre o início das relações de objeto para o bebê e a constituição da capacidade imaginativa e de criação que estão implicadas nessas relações. Inicialmente, o autor observa que, nos primeiros meses de vida do bebê, ele usa partes de seu corpo como forma de estimulação e satisfação das zonas erógenas ativadas, através da autoestimulação. Nesses primeiros meses, sua capacidade sensorial encontra-se sensivelmente ativada. Alguns meses depois, a autoestimulação vai sendo transferida para outros objetos do seu entorno: alguns destes lhes são oferecidos e outros criados por ele.

Nesse sentido, Winnicott encontrou uma ligação entre a relação autorreferente do bebê e as que são estabelecidas com os objetos do entorno que dizem respeito a questões que vão além da excitação e satisfação ali encontradas. Essa ligação revelou que algo a mais pode ser encontrado quando o bebê passa a se relacionar com objetos externos a ele, ou seja, objetos não-eu; a capacidade dele criar, imaginar e até de produzir um objeto estão sendo processadas, dando início às relações afetuosas com outros objetos. Há uma capacidade de inter-relacionar as realidades internas e externas, as quais, quando em contato, podem produzir algo autoral, que é:

[...] a terceira parte da vida de um ser humano, parte que não podemos ignorar, constitui uma área intermediária de experimentação, para a qual contribuem tanto a realidade interna quanto a vida externa. Trata-se de uma área que não é disputada, porque nenhuma reivindicação é feita em seu nome, exceto que ela exista como lugar de repouso para o indivíduo empenhado na perpétua tarefa humana de manter as realidades internas e externas separadas, ainda que inter-relacionadas. (Winnicott, 1951/1971, p. 15).

Winnicott compreende que há para o bebê um intervalo de tempo entre a tomada do próprio corpo e a tomada dos objetos externos como objetos de satisfação. E nesse intervalo ocorrem fenômenos que estão ligados ao amadurecimento que possibilita a vida. A estes, o autor nomeou de fenômenos transicionais, que acontecem numa área da experiência que

intermedia essa passagem, a qual lhe chamou a atenção por conter algo de suma importância: a soma das realidades, tanto interna quanto externa, faz com que o bebê desenvolva um padrão de comportamento que pode persistir na infância propriamente dita. Segundo Winnicott (1951/2000, p. 320), “[...] pode ainda, este padrão, desenvolvido na primeira infância, reaparecer quando a deprivação a ameaça”.

Winnicott percebeu ainda que tais fenômenos ocorrem ligados a um objeto especial que é adotado pelo bebê e, via de regra, não faz parte do seu corpo, por tratar-se da descoberta de um objeto externo a ele. É um objeto que “serve” ao bebê como um modelo a ser usado perante o surgimento da ameaça de humor depressivo, servindo-lhe como um tranquilizador. Contudo, ele estabelece com esse objeto uma relação afetiva que por vezes também se torna alvo de ataques de mutilação por parte do bebê. Essa relação com o objeto transicional pode ser compreendida como uma importante etapa do seu amadurecimento pessoal, no que diz respeito ao campo da experimentação, pois o bebê progride do que foi subjetivamente concebido ao objetivamente percebido; e isso envolve a sua criatividade primária e a capacidade de perceber e relacionar-se com os objetos, a partir do que fora subjetivamente concebido.

Os objetos transicionais, conjuntamente aos fenômenos transicionais, compõem o campo das experiências iniciais do bebê, originando o que esse autor chamou de realidade compartilhada, ou seja, uma terceira área criada pelo bebê, onde o encontro das realidades interna e externa gera algo próprio, único, espontâneo e exclusivo de quem o produz. Sendo assim, para que esse encontro seja possível, faz-se necessário que, na relação com a figura materna, esta tenha lhe possibilitado a experiência da ilusão em relação ao objeto, ou seja, de que o objeto que ele cria seja legitimado na relação com ela (Winnicott, 1951/2000).

Os apontamentos teóricos winnicottianos sobre objetos e fenômenos transicionais servem-nos de subsídios para pensarmos a criança que transita entre os espaços casa – instituição – casa; sendo que, num primeiro tempo, a circunstância que envolve a saída de sua casa à instituição é uma ação imposta à criança e não um movimento espontâneo dela em transitar voluntariamente para esse espaço. Para refazer esse percurso, ou seja, da instituição para sua casa, a criança precisa permanecer por um período na instituição enquanto aguarda pelo retorno.

O segundo tempo desse percurso abarca o retorno desse caminho, ou seja, da instituição para casa. Os elementos que estão em cena para que esse retorno possa ser trabalhado junto à criança envolvem o tempo próprio da criança para a elaboração das circunstâncias que abrangem essa situação. A experiência de vivenciar um espaço até então desconhecido para a criança e sem as figuras parentais presentes em seu cotidiano e o próprio afastamento colocarão a criança em contato tanto com a realidade objetiva como com a subjetiva; a realidade objetiva com a qual a criança entra em contato comporta os dois tempos desse percurso.

Os motivos que causaram o afastamento, o distanciamento em si, a sua inserção num novo local de morada e permanência enquanto aguarda a possibilidade de retorno à sua família ser sinalizada e os acontecimentos que sucedem no espaço institucional são condições que podem caracterizar os elementos para um trabalho subjetivo que possibilitam uma vivência transicional. Tais elementos podem afetar a realidade subjetiva da criança e levá-la a fazer um confronto com sua história de vida, sobretudo confrontar-se com as relações familiares. Nesse sentido, consideramos que a história de vida que leva muitas crianças a necessitarem de acolhimento institucional não favorece que o sentido de segurança – constituído na criança com base num ambiente estável afetivamente e suficientemente atento a sua existência – tenha sido construído, e assim consideramos o quão desafiador é para os cuidadores estabelecer uma relação com crianças cujo sentimento de confiança é frágil ou sequer existe nela.

Muito embora esse sentimento seja a base para as relações humanas, sobretudo enquanto se é criança, é no espaço da instituição que ela precisa permanecer enquanto aguarda o término da medida protetiva; é nele onde a criança vai vivenciar a confluência entre a objetividade percebida e as suas experiências subjetivas. Se considerarmos que é a partir da relação com a figura materna e dos objetos internalizados derivados dessa relação e do potencial criativo do bebê em tê-los criado, que caracterizará e servirá como base para uma vivência transicional, como a criança, nesse espaço, poderá viver uma experiência transicional se, em suas relações primárias, supomos que as condições ambientais não foram favoráveis para que essa experiência subjetiva pudesse ocorrer?

Nesse sentido, propomos que a transicionalidade em termos winnicottianos pode vir a ocorrer com a criança acolhida a partir do instante em que nesse intervalo de tempo – nesse espaço entre a instituição e a sua casa – o trabalho de reintegração aposte na possibilidade de

criação da criança, ou seja, no potencial subjetivo de poder operar uma integração entre os elementos que compõem a sua história. A partir dos elementos subjetivos e objetivos que fazem parte das relações que a constituíram: as falhas ambientais, a ambivalência de sentimentos em relação às figuras familiares, o ódio sentido pelas privações passadas, o sentimento de abandono que permeia suas fantasias, as quais, quando expressadas pela criança, podem significar uma possibilidade de integrá-los a sua história.

O espaço institucional, ao considerarmos como um lugar transitório reservado para proteger a criança contra a ameaça objetiva do ambiente familiar, pode vir a funcionar também como um espaço de experiência transicional a partir da possibilidade da criança poder criar uma realidade que ela compartilha e elaborar as vivências de sofrimento que fazem parte de sua história passada e presente, e poder, a partir disso, ressignificar a sua relação com a figura materna. Tal processamento só se torna possível quando a criança encontra, nesse espaço intermediário, a possibilidade de identificar elementos que simbolizem suas relações primárias; isso pode dar sustentação e aproximar as vivências que causaram suas angústias na relação com a figura materna. Trata-se, portanto, de um reencontro entre o passado e o presente da criança, que irão adquirir uma nova configuração a partir do que é possível à criança criar quando a realidade subjetiva e a objetiva encontram lugar para que possam ser expressas e legitimadas.

Destarte, quando o espaço institucional adquire essa função junto à criança, qual seja, a de uma experiência transicional, pensamos numa perspectiva que contempla não apenas as expressões ligadas à realidade percebida pela criança, mas também as que dizem respeito ao afastamento da dinâmica familiar e à possibilidade de nesse espaço reencontrar símbolos que lhe possibilitem o reencontro com o vivido.

A função de proporcionar uma experiência transicional para crianças em condições de medida protetiva abrange também, conforme já mencionado, as experiências que a criança poderá viver nesse espaço que, cabe mencionar, é transitório, mas nem sempre se caracteriza como espaço transicional. Para a criança, a elaboração subjetiva faz-se necessária e se dará a partir da sua condição na instituição, e é isso que irá compor o seu campo de experiências transicionais. Assim, esse novo sentido a ser elaborado tem suas bases apoiadas no mundo subjetivo da criança, cuja constituição fora iniciada nos seus primeiros meses de vida, nas relações do começo, relações objetivas.

Os fenômenos transicionais estão exatamente no meio do caminho – como uma passagem intermediária e facilitadora – dessa “longa jornada” que vai da realidade subjetivamente concebida à realidade objetivamente percebida [...] habitar num mundo subjetivo e relacionar-se com objetos subjetivos são pré-requisitos para a conquista da transicionalidade, passagem intermediária para a relação com o mundo compartilhado e com os objetos objetivamente percebidos (Dias, 2012, p. 223).

No acolhimento institucional, enquanto a reintegração familiar se processa, a criança se depara com uma nova dimensão da realidade na qual se vê incluída; esta realidade, por sua vez, envolve tanto outros objetos quanto outro ambiente que ela também terá de incluir em sua realidade subjetiva. Um novo aspecto da vida da criança, que passa a viver sem a presença da figura materna nesse novo espaço, precisa ser criado e encontrado por ela, para que, assim, possa interagir e integrar esse aspecto da realidade a sua dimensão subjetiva. Para Safra (1999):

O fenômeno da ilusão é fundamental em todos os momentos do processo maturacional, sobretudo, quando um novo aspecto da vida e uma nova dimensão da realidade precisam ser encontradas e criadas pelo indivíduo. O indivíduo só poderá integrar novas possibilidades de existir em seu processo de vir-a-ser se elas emergirem no campo da ilusão. (Safra, 1999, n.d).

Aqui, o fenômeno da ilusão, mencionado pelo autor, abarca, sobretudo, a construção psíquica do sujeito, referindo-se à potencialidade psíquica que expressa a legitimidade de uma realidade incontestável, que é a realidade psíquica. Portanto, a partir do momento em que a criança é inserida na instituição, os cuidados substitutos que fazem parte daquele ambiente buscarão exercer junto a ela a tarefa de promover fatores de proteção. Esse é um primeiro movimento. Em paralelo a isso, a criança passa a realizar outro movimento, que condiz com essa dimensão da realidade psíquica, cuja relevância pode lhe fornecer a sustentação enquanto permanece vivenciando a dinâmica institucional e as experiências daquele espaço.

O fenômeno da ilusão pode exercer uma função contingente para a criança, no sentido de cultivar em sua realidade psíquica a dimensão subjetivamente concebida da figura materna – na função de mãe suficientemente boa, mesmo que esta tenha lhe causado algumas ranhuras, como é o caso de crianças acolhidas em instituições. Ou seja, o fenômeno da ilusão ajuda a criança a conservar a mãe suficientemente boa, mesmo diante de situações das quais ela se mostra, na relação com a criança, de modo contrário ao que a criança percebe,

conservando assim a mãe que a criança concebe subjetivamente e tem construída dentro de si (Dolto, 1998).

O fenômeno da ilusão comporta uma potencialidade criativa da criança, tributário da sua relação com a figura materna, ou seja, da dedicação e capacidade dessa figura em fornecer para o bebê, em seus primeiros estágios de vida, a substância da ilusão; a figura materna lhe forneceu a capacidade de que é criadora de todas as coisas, inclusive do seio materno, que responde à onipotência do bebê frente à sua necessidade de alimentação, nutrindo-o tanto física quanto psiquicamente. De acordo com Dias (2012):

a ilusão do controle onipotente mágico que o bebê constitui através dos objetos subjetivamente concebidos vai gradativamente sendo renunciada em favor da conquista da percepção de objetos pertencentes à realidade compartilhada, passará a relacionar-se. [...] no início da passagem de adaptação absoluta para a adaptação relativa, os objetos transicionais exercem a indispensável função de amparo, por substituírem a mãe que se desadapta e que, portanto, desilude o bebê. A transicionalidade marca o início da desmistura, da quebra da unidade mãe-bebê. (Dias, 2012, p. 226).

Assim, durante essa fase em que a transicionalidade está em curso, algumas mudanças se ‘insinuam’ para o bebê, a exemplo de uma pequena quebra de sua onipotência. Isso porque o objeto que pertence à realidade percebida não se adapta de modo absoluto como a mãe identificada a criança se adapta. A autora sublinha que o que se altera para o bebê nessa fase transicional não se localiza no objeto em si, mas sim no sentido de realidade que comporta para ele. Dito isso, observa-se que o objeto apenas simboliza um processo em curso no bebê, de um estado em que ele se encontra unido à mãe em direção da conquista de uma relação com ela, ou seja, de uma relação possível e separada dele mesmo. A tarefa que a transicionalidade oferece ao bebê é a de poder criar uma nova realidade, um novo mundo e, por intermédio dessa criação, adquirir a capacidade de transitar entre esses espaços criados.

A conquista da continuidade desses períodos de dependência absoluta para dependência relativa rumo à independência do bebê, na relação com a figura materna, aponta para o amadurecimento do bebê e que é primordial, doravante, quando criança, para estabelecer esse trânsito entre as realidades subjetivas e objetivas; o objeto transicional é o próprio símbolo da maturidade e evidência da percepção do mundo pelo bebê, sinalizando, portanto, para a quebra desse dual primordial que, um dia, a figura materna foi para o bebê.

De algum modo, a quebra da dualidade, que ocorre quando o bebê passa a perceber que o mundo está para além de sua mãe, aponta também para a possibilidade dele poder transitar entre as realidades objetiva e subjetiva, afinal foi através dessa relação que ele pôde criar as bases que a fizeram transitar entre elas. E nesse trânsito, quando o bebê se apercebe da exterioridade do mundo, para além do seu controle, é possível, para ele, usar os objetos; estes, na visão do bebê, adquirem externalidade; são objetos não-eu, conduzindo-o a senti-los como externos a ele.

Nesse sentido, o espaço institucional pode adquirir a função de uso pela criança, enquanto ela aguarda o processo de reintegração familiar. Conforme dissemos anteriormente, a criança, não raras vezes, é afastada de sua família de modo repentino. Esse fato pode levar a criança a intuir que sua família foi desfeita e fantasiar que, assim como ela, cada um de seus componentes passou a viver num lugar distante daquele ambiente comum em que vivera. A depender do fato que motivou o afastamento e do apoio estatal através dos programas assistenciais que essa família passará a receber, o tempo de espera da criança pode ser aumentado, e, com efeito, faz ganhar força sua fantasia.

Ao ser acolhida na instituição, a criança protegida passa a ser acompanhada pelos profissionais que fazem parte do corpo institucional e que também são responsáveis pelo acompanhamento diário junto a ela. Tais responsabilidades não se circunscrevem em oferecer um novo ambiente protetivo, como também promover cuidados substitutos sem, no entanto, pretender substituir a função e o lugar simbólico e afetivo que a figura materna representa para a criança. A ausência da figura materna nessa nova realidade da criança possa levá-la a fantasiar que alguns desses profissionais possam vir a ocupar esse lugar, assim, esses profissionais devem atentar-se para a dimensão subjetiva da criança que está em jogo nessa relação, pois as dificuldades que permearam a relação da criança com a figura materna podem advir na dinâmica desta relação.

Portanto, torna-se fundamental que a instituição possa oferecer à criança um espaço do qual ela possa fazer uso. Tal espaço deve se mostrar disponível tanto para acolher quanto para legitimar as criações subjetivas as quais a criança é capaz de elaborar. Essas criações são originárias de momentos distintos de sua história e, podem ser revividas no espaço institucional e fazerem parte de suas projeções e idealizações a respeito de suas figuras parentais, sobretudo da relação com a figura materna, transferidas para os cuidadores e educadores que estão junto a ela nesse contato diário.

Assim, mesmo realizando projeções e idealizações, a criança percebe que há um descompasso entre o que foi anteriormente vivido e o que se vive. Trata-se de um momento duplamente importante no que se refere à função e ao uso do espaço institucional como um lugar para expressar essa fase de sua vida pelo seguinte aspecto: a noção das relações criadas subjetivamente e a das estabelecidas objetivamente entram em contato. Com isso, a instituição ocupa a função de legitimar a criação da criança que pode surgir a partir desse contato. O outro aspecto que também é ligado à função da instituição reside no fato de sustentar que esse espaço seja usado pela criança. A noção de uso desse espaço não é dada por regras e critérios estabelecidos a priori; as regras que são estabelecidas para uma vivência coletiva que o acolhimento institucional preconiza são de extrema importância para o seu bom funcionamento. Esse uso pode ser compreendido quando a instituição assume uma postura frente à criança de sobreviver aos ataques que ela poderá dirigir à instituição.

Pensamos também que essa postura de acolhimento pode sinalizar à criança a possibilidade do ambiente em suportar os possíveis ataques destrutivos que ela venha a fazer contra a instituição. Esta, por sua vez, encontra-se num desafio de suportar o uso e as manifestações de agressividade da criança que decorrem desse ato; ainda assim, transmitir-lhe o senso de permanência e exterioridade das relações e do mundo, mesmo diante de suas tentativas de destruição.

Do mesmo lado, esse senso de permanência pode incluir que a instituição transmita à criança que a sua família de origem sobrevive, mesmo diante das condições que a levaram a ser afastada dela. Tal trabalho se inscreve num campo a ser construído junto à criança de forma cuidadosa, porque envolve tanto a dimensão psíquica dos cuidadores e educadores quanto às das crianças protegidas. Faz-se necessário que esses profissionais possam saber, ou melhor, consigam transitar entre atender a uma demanda que, ao mesmo tempo em que é afetiva e tem uma função de extrema importância para a criança, é temporária. Suportar esse lugar de exercer uma função afetiva temporária, ao mesmo tempo em que seus cuidados também o são, é outro aspecto que compõe o trabalho: promover um trabalho de reintegração apoiado na qualidade dos vínculos que podem vir a ser construídos no acolhimento.

Ao tempo em que a instituição permite que a criança faça uso do espaço institucional, seja ele como uma forma de vivenciar experiências transicionais, como também de elaborar suas vivências mais sofridas, esse espaço, por sua vez, comporta a dimensão de um espaço físico e psíquico que dispõe da qualidade e pode oferecê-la à criança, compreendendo os

tempos subjetivos que se fazem necessários e que singularizam cada criança acolhida. Ampliando o olhar para esses tempos subjetivos, qualifica-se o tempo e o momento, com a participação da criança no retorno às suas origens, quando esse tempo lhe aponta que, mesmo diante do afastamento temporário, foi possível a reconstrução do seu lugar naquela família.

5. Pertencer de novo: reflexões sobre reintegração da criança via afiliação

As crianças que dispõem da possibilidade de retornar ao convívio com a família da qual foram afastadas, faz-se necessária a realização de um trabalho que considere os elementos que este trabalho vincula: a criança, a família e a instituição. Ao escolhermos refletir sobre esses pontos, devemos considerar que o aspecto que envolve o trabalho de reintegração é específico para esses três elementos, no que se refere aos conteúdos a serem elaborados. Quando pensamos na criança que vivencia o afastamento da ambiência familiar, concomitantemente deve-se pensar nas repercussões que essa situação lhe causa em função da condição em que ela é colocada, embora tal medida vise assegurar sua vida, garantindo-lhe a segurança pessoal.

Essa condição da criança pode colocar em questão o seu sentimento de pertença frente ao seu grupo familiar, em função do acolhimento institucional afastá-la da convivência com as figuras parentais, muito embora levemos em consideração que, mesmo nas condições em que essa convivência ocorre, alguma troca afetiva se processa nessa dinâmica familiar. Tal sentimento pode suscitar na criança fantasias e temores em relação ao seu lugar de filho naquela cadeia familiar. O afastamento de sua família suscitar na criança o questionamento sobre o afeto que envolveu a construção de sua estrutura familiar; um dos efeitos possíveis desse questionamento pode envolver a quebra de sua confiança - quando foi possível se constituir – nas figuras afetivas de referência na família, relação constituída de modo vivo e contínuo, sobretudo com a figura materna.

Diante dessa situação, a criança pode passar a perceber a sua família de origem com um funcionamento peculiar, ao considerar que seu afastamento daquela dinâmica fez com que algo da composição familiar fosse rompido, colocando em xeque a própria possibilidade de reintegração daquela estrutura da qual um dia fez parte. Por outro lado, a criança pode compreender que sua saída daquela dinâmica não trouxe nenhuma desorganização àquela estrutura familiar, ao perceber que as figuras familiares não se sentiram afetadas pela saída de

um membro, no caso a própria criança. Esse sentimento pode levar a criança a questionar o seu lugar na família, visto que o afastamento dela remete-a a questionar sobre os afetos das figuras parentais em relação a ela. Possivelmente, a criança pode construir a fantasia de que o afastamento lhe desapropria de um lugar de filho, conquistado entre as figuras parentais; essa fantasia pode ser confrontada quando a criança identifica que esse lugar, de algum modo, não existe no afeto dos pais, sendo essa experiência algo que lhe traz sofrimento.

Nesse sentido, consideramos que o caminho que envolve a reintegração da criança à família de origem precisa considerar esse aspecto – o sentimento da criança de não encontrar lugar entre o afeto dos pais – como mais um elemento a ser considerado para compor o processo que envolve a reintegração familiar e requer que a criança se expresse, simbolize como se percebe inserida na trama dos afetos familiares.

Desse modo, a possibilidade de reintegrá-la à família da qual foi afastada conta com a participação efetiva da criança junto a esse trabalho, do qual parte fundamental consiste num movimento subjetivo da criança, um trabalho de simbolização que abarca uma expressão subjetiva que revela a trama afetiva e os lugares constituídos em determinada dinâmica familiar. O sentimento da criança concebido frente às figuras parentais após ser incluída em acolhimento interferirá no modo como ela passará a perceber essas mesmas figuras; tal percepção poderá gravitar em torno da insegurança afetiva em relação às suas origens familiares, reforçando o sentimento de não ter seu lugar de filho na família.

Pensamos que essa condição reflete no trabalho de reintegração familiar, visto que a relação da criança com as figuras parentais, mesmo com o trabalho de reintegração em curso, sofrerá interferência desses sentimentos. Portanto, caso a criança não encontre meios de expressá-los, o sofrimento subjetivo em relação a essa condição irá permanecer. Quando é possível que ela os expresse, esse movimento pode marcar o início de alguma mudança, embora esse movimento seja sutil e necessite que seja reconhecido. Esse movimento da criança também pode ser percebido por quem a acompanha como a busca por um reconhecimento afetivo das figuras parentais, no qual a conquista de um lugar está em jogo; isso requer ainda que ela possa identificar se há, por parte da família, algum indício de desejo pela sua existência, algum interesse em que ela passe a ser considerada como um membro de sua família. Ao mínimo sinal de um lugar no afeto das figuras parentais, compreendemos que a reintegração começa a operar para a criança, e, sendo assim, alguns passos significativos são dados para o início de sua efetivação.

Para a criança, a identificação dessa possibilidade passa a sustentar suas fantasias no que se refere ao seu retorno para a família, dotando de sentido sua construção subjetiva e organizando o deslocamento de um não lugar para a conquista de um lugar. Esse movimento é orquestrado pela criança em paralelo à execução do trabalho de reintegração; a criança endereça esse deslocamento em direção às figuras parentais mais significativas para ela, por considerar que a possibilidade de acolhimento no meio familiar lhe oferta também a possibilidade de afiliar-se ao mesmo espaço do qual se sentiu desapropriada outrora.

Todo esse percurso não se dá sem as dificuldades que ele traz, visto que, ao abordarmos o que compete à criança nesse campo, não podemos esquecer o quanto o desejo das figuras parentais tem significativa importância nesse processo de afiliar a criança, ou seja, demonstrarem disponibilidade psíquica em engajar novamente a criança numa cadeia de pertencimento simbólico e discursivo e, para isso, as figuras parentais precisam estar na mesma sintonia da disponibilidade psíquica da criança.

De acordo com Eiguer (2012), o vínculo de afiliação possui características singulares que possibilita a inserção de pessoas no círculo familiar, pois, além da confirmação de pertencimento através dos gestos e do reconhecimento do novo membro a ser incluído na família, a adesão desse novo membro ao grupo é facilitada pela família que deseja acolhê-lo por intermédio do vínculo de afiliação, ação esta que constitui o agrupamento psíquico que envolve os membros de determinada família. Os afetos que circulam na família passam a incluir a criança num circuito de pertencimento, viabilizando assim que a afiliação se processe a cada gesto repetido que represente a confirmação de pertencimento da criança naquela cadeia familiar.

Quando a reintegração familiar da criança acolhida ocorre via afiliação, devemos considerar, conforme já fora mencionado, que tanto a criança quanto a família não ocupam um mesmo espaço físico. Desse modo, a convivência diária entre eles, estão envolvidas as trocas afetivas e simbólicas, reencontros, olhares e a partilha da dinâmica da vida de ambos, restringe-se aos momentos de encontro na instituição. Dessa forma, reforçamos o argumento de que se faz necessário haver uma sintonia entre os desejos da criança – que tenta expressar o seu sentimento de não ter um lugar como filho em sua família – e da família – que também precisa expressar o desejo de reconhecer a criança na cadeia de pertencimentos e na trama familiar. Essa estratégia pode viabilizar uma mútua inscrição psíquica, facilitada pelos membros que reintegram a criança via afiliação.

A trama familiar, tecida entre a família e a criança fora da instituição, cujos desdobramentos levam-nas em diferentes contextos de vida para o cenário institucional, aponta ainda para os possíveis cenários de relegação social, inacessibilidade a direitos e insuficiência das condições de manutenção das famílias. Tal destaque é feito em função do levantamento do IPEA (2003), que destaca a pobreza como um dos motivos que tem levado crianças às instituições de acolhimento espalhadas pelo Brasil. Esse contexto de carência de recursos materiais que conduzem crianças às instituições também foi identificado em pesquisa, realizada em 2013 no Distrito Federal e no restante do Brasil, pelo Conselho Nacional de Assistência Social em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome nas unidades de acolhimento institucional, que verificou que essa condição ainda se constitui como um motivo que justifica o acolhimento de criança.

O objetivo dessa fiscalização foi de regular inspeções periódicas e anuais nesses serviços, registrando em documentos e relatórios, cujo levantamento das informações colhidas serviria para adequações dos programas de acolhimento às diretrizes do Estatuto e às Orientações Técnicas do CONANDA/CNAS/MDS. Dentre as informações coletadas, foi identificado que a carência de recursos materiais da família alcançou o índice de 32% dentre os motivos apontados como causas para o acolhimento. Grosso modo, esses dados revelam que tais famílias ainda são penalizadas, de certo modo, pela condição de pobreza em que se encontram.

Esse cenário pode apontar para algumas das características do contexto social, cujas repercussões desdobram-se no próprio espaço institucional. A fragilidade com que alguns desses laços são constituídos transforma não apenas a dinâmica relacional entre a família e a criança, mas também o modo como essa relação é subjetivada. A precariedade desses contextos gera impasses e dificuldades para os que nela estão envolvidos, transferidos para o cenário institucional, que deve buscar uma implicação dos seguintes agentes: do poder público estatal, no intuito de fornecer condições às famílias para exercerem as suas funções parentais; da família, que deve ser assegurada socialmente para o exercício de suas funções; da instituição, por um lado, responsável por mediar esse acesso aos direitos das famílias, e por outro lado, ocupar-se de questões ligadas à (re)constituição dos laços afetivos e de afiliação, que parecem organizar toda a modalidade de família.

A reintegração também está pautada em focar a atenção na família; esta, envolvida nesse processo, necessita realizar um trabalho que abarca o reconhecimento de suas funções

parentais exercidas junto à criança e esse trabalho ocorre em conjunto com a instituição na medida em que ela pode viabilizar o acontecer dessas tramas familiares.

Pensamos que se a instituição apostar, por um lado, na (re)estruturação da família como meio garantidor para reestabelecer as relações afetivas e viabilizar a reinvenção de uma história possível à criança apropriar-se, no sentido de integrar os acontecimentos a sua história de vida, ela estará possibilitando o acontecer dessas tramas familiares; interessa-nos refletir sobre esse ponto que remete à família, qual seja, a dimensão psíquica da parentalidade, também discutida por Passos (2012).

A autora destaca pontos essenciais sobre essa questão, que dizem respeito aos investimentos a serem feitos de forma mútua nos tempos próprios a cada um. No que compete à família, cada membro que a compõe, em especial os que exercem junto à criança a função materna e paterna, requer destes um retorno às suas próprias origens; ao reencontrar, nessa viagem imaginária, as figuras com as quais foi possível partilhar as primeiras experiências do lugar de filho, observando-as no exercício das funções maternas e paternas, ocorre um duplo processamento: atualizações das referências primárias e a criação de novos laços afetivos. Essa viagem permite que as experiências primárias sejam atualizadas, possibilitando a identificação de cada indivíduo que a realiza. A partir disso, seus lugares subjetivos e funções podem ser reelaborados, possibilitando a criação de novos laços e novas posições frente à sua família. Comungando das ideias de Passos:

Assim, a partir do reencontro com as referências infantis, é possível ressignificar sua posição na cadeia familiar e só então assumir um novo lugar e função, necessários à inserção na parentalidade. Isto permite aos pais reconhecerem o filho (a) como tal, assegurando à criança um lugar na cadeia familiar. (Passos, 2012, p. 127).

O reconhecimento do filho enquanto pertencente à determinada linhagem familiar, segundo essa mesma autora, fornece à criança a possibilidade de construir uma identidade e um lugar singular nessa família, autorizado pelos laços de afetos que os atravessam. Para as crianças que partilham com as figuras parentais o curso da reintegração pela via da afiliação, esse reconhecimento se processa quando há uma sintonia no desejo da família em acolher novamente a criança no circuito dos afetos familiares, expresso através da presença dessas figuras parentais junto à instituição, demonstrando o que subsiste nessa família, apesar da fragmentação das relações familiares.

A complexidade que envolve o exercício da criação dos lugares e funções parentais associa-se aos múltiplos fatores que essa condição lhes apresenta. A insuficiência das condições de prover o sustento dos filhos, o que pode caracterizar uma situação de pobreza da família, pode alcançar na fantasia das figuras parentais a impossibilidade de exercer suas funções enquanto pais junto à criança. Essa condição fornece subsídios à família para subjetivar-se frente à instituição e à criança desautorizados de suas funções parentais, num processo de não-reconhecimento dos seus respectivos lugares e funções a serem ocupados e exercidos.

Nesse sentido, a instituição, como responsável por mediar todo o processo de reintegração – o que inclui considerar os fenômenos correlatos – pode levar em consideração essa experiência subjetiva das figuras parentais, reflexos de como as famílias podem ser vistas ou de como se veem e a partir disso, a instituição trabalha essa condição junto às famílias das crianças.

Por fim, consideramos que as condições citadas compõem as nuances que perpassam o trabalho de reintegração familiar, sobretudo as que dão relevo às possibilidades de expressão dos afetos da criança em relação a sua família. Nesse processo, a atenção a esses afetos constitui-se como um ponto fundamental para o trabalho, visto que reintegrá-la via afiliação requer que movimentos subjetivos tanto da criança quanto de sua família.

II. APRESENTAÇÃO DO MÉTODO E DOS INSTRUMENTOS DA PESQUISA

A escolha pelo método a ser utilizado nesta pesquisa buscou articular os objetivos da pesquisa e o contexto onde ela foi desenvolvida. Tratando-se de uma pesquisa que envolve crianças em uma condição singular de suas vidas, ou seja, atravessam uma situação que a princípio se compreende como transitória em suas vidas, pensamos em qual método seria mais estratégico para alcançar o objetivo geral – identificar de que modo as crianças representam e expressam o vínculo com a figura materna levando em conta a mediação institucional – e os objetivos específicos: compreender como o trabalho de mediação institucional contribui nas situações em que há possibilidade de reintegração da criança à família de origem; e analisar a vivência da criança com seu cuidador ou profissional de referência à luz dos conceitos de transicionalidade e uso de objeto.

Embora todo método de pesquisa se caracterize como uma estratégia ou caminho para alcançar os objetivos, compreendemos que, em campo, o que é possível de ser observado, registrado e apreendido diz respeito também à disponibilidade dos participantes em relação à pesquisa e da interação com o pesquisador. Observamos que a inserção em campo nos possibilitou estabelecer uma forma de comunicação com as crianças, que viabilizou o registro de informações importantes para compor as fases de interpretação e análise dos dados coletados.

A construção de conhecimento, que é produzida a partir da escolha por determinado campo de pesquisa, inicia-se, a princípio, pela sensibilidade e arcabouço teórico do pesquisador, que os utiliza para aproximar-se do trabalho a ser desenvolvido no campo. No entanto, a concepção de campo da pesquisa qualitativa imprimida por Minayo (1999), caracteriza-se como a busca por entender a relação, o impacto, as concepções, e se o tema escolhido corresponde com a prática observada no campo ou ainda se entre eles não há equivalência. Essas questões fazem parte, segundo a autora, de uma relação que produz novos dividendos.

Ainda segundo a autora, a produção de um conhecimento mais amplo requer que essa produção seja submetida a um processamento de ideias, um cotejamento entre as distintas teorias afins que se aproximam ou podem ser integradas à pesquisa, e, por fim, um confronto entre a teoria e os achados do pesquisador em função do seu contato com o campo. Para Minayo (1999) a pesquisa qualitativa tem no trabalho de campo uma etapa essencial que não

pode ser concebida ou pensada sem ele. Nesse sentido, é essencial dar relevo à produção de conhecimento que pode advir dessa etapa, concebendo o campo de pesquisa como um lugar fértil que lança novos conhecimentos e ao mesmo tempo possibilita ampliar o processo de construção de conhecimento sobre determinados fenômenos escolhidos como objetos de pesquisa.

1. População e campo de pesquisa

Participaram desta pesquisa cinco crianças que entre oito e onze anos de idade. Dentre elas, quatro são meninas e um menino, todos acolhidos por medida protetiva cujo período de acolhimento ultrapassou 30 dias. As crianças escolhidas expressaram livremente sua vontade em participar da pesquisa. Outro critério adotado foi o de crianças que têm a possibilidade de retornar à convivência com a família de origem, após a constatação da equipe técnica da instituição. Em relação ao critério de idade, este foi adaptado em acordo com as recomendações de um dos testes escolhidos como instrumento, e o período de acolhimento proposto se referiu ao mínimo de tempo que elegemos para a criança estar afastada da família e vivenciando a dinâmica institucional. Cabe informar que os motivos do acolhimento se referem à negligência dos familiares (dois casos) e à falta de condições financeiras associada à decisão da família de entregar a criança ao Conselho Tutelar³ (três casos).

Outro grupo que participou da pesquisa foi o dos cuidadores. Escolhemos um total de cinco nas duas instituições pesquisadas. Os profissionais atuam nas instituições de acolhimento e são responsáveis pelo acompanhamento e cuidado com as crianças no decurso do período protetivo. Os critérios adotados para seleção dos participantes, além dos que citamos anteriormente foram: ser maior de 21 anos e mediar as situações que visam à reintegração da criança à família de origem.

Em relação à escolha das duas instituições como campo de pesquisa, elegemos como critérios: estar localizada em Recife ou na Região Metropolitana e atender os critérios para acolhimento proposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Pensar no campo de pesquisa como o “lugar” a ser utilizado pelo pesquisador como uma fonte de interlocução do seu estudo é uma decisão que perpassa todo o percurso de

³ O Conselho Tutelar é um órgão essencial ao Sistema de Garantia de Direitos, responsável por zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes, concebido pela Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990, para garantir proteção integral de toda a criança e adolescente do Brasil.

construção da escrita da dissertação. Foram momentos em que a incerteza e a expectativa se fizeram presentes desde os primeiros contatos com os responsáveis legais pela instituição, no contato com as crianças e com os profissionais, devido à possibilidade de surgir alguma dificuldade ou impossibilidade que viesse a inviabilizar a continuidade da pesquisa.

É importante mencionar que por se tratar de uma pesquisa que visa compreender as expressões das crianças que se encontram em acolhimento, ou seja, distantes das referências e da dinâmica familiar por algum motivo específico, nos preocupamos, sobretudo, com os momentos de interação com as crianças e no que a aplicação dos testes poderia potencializar nelas em relação aos afetos.

Essas preocupações iniciais foram sendo diluídas à medida que as aproximações com as instituições se realizavam. Antes do ingresso nos locais de pesquisa, fizemos contato com a Gerência de Proteção Social Especial de Alta Complexidade⁴ – GPSAC, no intuito de apresentarmos o projeto de pesquisa que continha a proposta do trabalho; os contatos ocorreram via *e-mail*, telefonemas e uma visita presencial da pesquisadora à sede da GPSAC, para entrega e apresentação do projeto. Poucos dias após a entrega do projeto, recebemos a autorização para realização da pesquisa. Cabe destacar que os procedimentos em campo só foram iniciados após o recebimento do parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Católica de Pernambuco, que se encontra no anexo A.

Após o recebimento da autorização, o segundo passo dado foi contatar as duas instituições e realizar as devidas apresentações às respectivas coordenadoras. A visita presencial objetivou explicar os objetivos do projeto, bem como as etapas que o compunham. As respectivas coordenadoras concordaram em autorizar a realização da pesquisa nas instituições e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Para o Representante da Instituição, que se encontra no anexo B. Nessa mesma ocasião, tivemos um panorama sobre as crianças que se encontravam acolhidas, momento em que pensamos sobre quais delas poderiam participar em acordo com os critérios elegidos.

Muito embora já estivéssemos respaldados para iniciar a pesquisa, precisávamos fazer um contato prévio com as crianças e sondá-las quanto ao desejo de participar do momento que envolvia a aplicação dos testes. Sendo assim, escolhemos conversar antecipadamente com elas de forma individual, utilizando a linguagem adequada para a faixa etária, explicando a

⁴ Órgão responsável por gerenciar as Instituições de Acolhimento em Recife e Região Metropolitana.

presença da pesquisadora e intenção junto a elas. Agendamos o dia de aplicação do teste após obtermos o consentimento de cada criança e pedimos que no dia correspondente ela assinasse o Termo de Assentimento, que se encontra no anexo C, e repassamos a data para a coordenadora. Todas as etapas que compõem a aplicação do teste, que serão apresentadas no item 3.1.4, ocorreram no espaço da instituição. Procuramos realizá-los numa sala que apresentasse as características próximas a que o Manual e Guia de Interpretação do teste aponta, buscando respeitar as condições para a aplicação.

O terceiro passo se refere ao contato com os profissionais para a realização das entrevistas. Com eles, procedemos da mesma forma que fizemos com as crianças, explicando quais eram os objetivos propostos e respeitando a livre decisão diante da proposta. A partir do consentimento dado em participar, agendamos data e horário com cada profissional, buscando não os prejudicar no expediente de trabalho, visto que as entrevistas foram concedidas também dentro do espaço institucional. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos profissionais consta no anexo D, e o modelo da entrevista no anexo E.

Por fim, gostaríamos de destacar que, desde os primeiros contatos com a GPSAC, fomos atendidos de forma muito cordial e receptiva. De igual modo fomos recebidos nas duas instituições, cada qual se colocando à disposição em colaborar com o que fosse preciso, embora a dinâmica que é própria da instituição – movimentação e interrupções de outras crianças na hora de realização do teste e muito barulho – estivesse desfavorável, o que nos exigiu empenho e apoio da coordenação para garantir que as crianças pudessem se concentrar e fazer os desenhos.

2. Coleta de dados

A fase que caracteriza a coleta de dados começou a ser delineada no item anterior, com a descrição inicial dos contatos para inserção no campo, necessária para o cumprimento das distintas etapas que compõem essa pesquisa. Logo, faremos algumas breves considerações sobre as etapas percorridas. Inicialmente, a primeira etapa consistiu na submissão do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa⁵ (CEP), instância colegiada da Universidade

⁵ Após esse processo, o comitê emite parecer substanciado, aprovando, reprovando ou indicando recomendações a serem feitas para o pesquisador ajustar o projeto às condições pontuadas na Resolução. A segunda versão do projeto de pesquisa apresentado por nós ao CEP foi aprovada em 18 de dezembro de 2015 com o parecer substanciado sob o número 1.376.427.

Católica de Pernambuco (UNICAP), responsável por avaliar e acompanhar as pesquisas em desenvolvimento nessa instituição que envolvem seres humanos, em consonância com a Resolução 466/12 – CNS - MS.

Em relação à aplicação dos testes e do questionário posterior ao teste, em conformidade com os aspectos éticos da pesquisa, as crianças foram identificadas por nomes fictícios e os profissionais, como foram poucos, nomeamos de “entrevistado 1”, “entrevistado 2” e, assim, sucessivamente. A aplicação dos testes com as crianças ocorreu nas respectivas instituições onde estavam acolhidas, e as entrevistas foram realizadas nas instituições em que cada profissional estava locado. Primeiramente, apresentamo-nos às crianças e explicamos o objetivo do trabalho e o porquê de termos escolhido cada uma para participar da pesquisa. Em seguida, explicamos que iríamos pedir para ela fazer alguns desenhos e depois, se assim desejasse, pintá-los. Ao término dos desenhos, fizemos algumas perguntas e, havendo algum elemento não compreensível à pesquisadora, pediria para a criança falar sobre isso. Por fim, perguntamos se o desenho poderia ficar conosco para podermos estudá-lo. Ao expressar sua concordância em participar desse momento, numa linguagem acessível para crianças entre 8 e 11 anos, foi lido o Termo de Assentimento para Crianças, conforme orientações do CEP.

No tocante à entrevista com os profissionais, conforme relatamos no item 3.1, seguimos com o mesmo procedimento. Antes de iniciarmos, solicitamos a autorização para gravar o áudio da entrevista, objetivando fazer a transcrição num segundo momento. Após serem explicados os procedimentos éticos recomendados quanto ao sigilo da identidade do profissional, bem como o uso das informações somente para fins de pesquisa, os profissionais concordaram em participar do procedimento.

Os procedimentos relacionados à aplicação de testes e questionários com as crianças foram apresentados à coordenadora de cada instituição, e explicados quais eram os objetivos pretendidos com a aplicação de cada teste. Ao término de ambos os procedimentos, solicitamos tanto às crianças quanto aos profissionais que relatassem como se sentiam ao participarem daquele momento, no intuito de avaliarmos se havia algum risco suscitado pelo procedimento, sobretudo com as crianças. Colocamo-nos à disposição caso elas viessem a apresentar alguma demanda decorrente do procedimento que participou, e também nos disponibilizamos para esclarecer quaisquer dúvidas que viessem a surgir, tanto da coordenadora como dos profissionais e das crianças.

2.1. Instrumentos de coleta de dados

A técnica projetiva do desenho H-T-P (House-Tree-Person) é utilizada por clínicos para obter informações a respeito de como uma pessoa vive a experiência da sua individualidade e de como percebe as demais pessoas que dividem com ela a mesma experiência de habitar num espaço em comum (Buck, 2003). A proposta de utilizar o teste do H-T-P em sua versão completa, que inclui a aplicação do questionário em seguida ao teste, é fundamentada na perspectiva dessa técnica projetiva incluir aspectos do mundo interno da criança e como isso pode ser mobilizado para lidar com os conflitos psicodinâmicos (Buck, 2003, p. 145).

Recomenda-se que o local de aplicação do teste seja uma sala arejada, iluminada e silenciosa, para que a pessoa que irá participar possa concentrar-se nas instruções que lhe serão repassadas. Não há um tempo determinado para que a pessoa conclua cada figura, mas estipula-se que no total o teste dure de 15 a 20 minutos. Outra recomendação do Manual é a de que, antes do teste, o examinador estabeleça uma conversa ou até mesmo peça a pessoa que faça um desenho livre. Os materiais utilizados são os seguintes: folhas de papel em branco, lápis comum, borracha (opcional), lápis colorido, hidrocor ou lápis cera (para a fase cromática), questionário para cada desenho e folhas para anotações do examinador. O teste pode ser aplicado coletivamente, embora fizemos a escolha por aplicá-lo individualmente em função dos objetivos propostos nesta pesquisa.

Ao solicitarmos à criança que desenhe uma casa, uma árvore e uma pessoa, não indicamos nenhuma referência para a criança, o que faz com que ela desenhe qualquer casa, árvore ou pessoa. A solicitação vem posterior à entrega da folha em branco (para cada desenho é entregue uma folha em branco) e do lápis comum à criança. A escolha pelos três elementos – casa, árvore e pessoa – justifica-se pelo fato de provocar no indivíduo livres associações, trazendo um conteúdo simbólico e significado inconscientes em cada figura projetada. A casa provoca associações com a vida e as relações estabelecidas nesse espaço; já o desenho da árvore traz conteúdos mais profundos da pessoa, por vezes afetos inconscientes, e essa projeção, a árvore, associa-se a um autorretrato. O desenho da pessoa apresenta autoconceito e imagem corporal, e nele a pessoa não consegue revelar um nível mais profundo de si próprio, em função das defesas do ego estarem mais ativadas (Brito Dias, 2002; Buck, 2003).

O H-T-P é composto de duas fases: cromática e acromática, sendo essa última opcional. A fase cromática apresenta mais elementos para interpretação em relação aos conflitos e defesas do indivíduo por ele se encontrar numa condição mais vulnerável do que a série acromática; esta, por sua vez, também apresenta conteúdos da pessoa que remetem a experiências difíceis ou prazerosas, ambas estimuladas também pelo questionário aplicado após a realização dos desenhos (Buck, 2003).

O desenho da família foi escolhido devido à sua pertinência aos objetivos desse estudo e por projetar situações afetivas conflitivas no meio familiar. Através dele, pode-se perceber o que a família representa para a criança, quais conflitos a criança vivencia, rivalidades e agressividades entre os membros familiares (Brito Dias, 2015). O teste é mais indicado para crianças de cinco anos até adolescentes com 14 anos, embora possa ser realizado com adultos. Os materiais utilizados e as condições para a realização do teste são comuns ao teste do HTP. Entrega-se uma folha para a criança e pede-se que ela desenhe “uma família” ou “uma família qualquer”. Ao final do desenho, pode-se pedir para a criança colori-lo, e durante o teste observam-se as reações dela. Outra recomendação do teste é que o examinador procure ter acesso ao histórico familiar da criança, visto que essas informações irão melhor subsidiar a análise dos desenhos.

O intuito de realizar a entrevista com cuidadores que trabalham nas duas instituições de acolhimento escolhidas como campo de pesquisa buscou atender a proposta lançada neste trabalho, conforme apontam os objetivos específicos. Nesse sentido, as entrevistas foram realizadas individualmente, no espaço da instituição e em dias distintos. Escolhemos a entrevista semiestruturada como instrumento para coletar as informações repassadas pelos cuidadores, contendo cinco perguntas voltadas para as circunstâncias que envolvem o trabalho que desenvolvem junto às crianças.

A entrevista semiestruturada permite que perguntas não previstas sejam inseridas no decorrer da entrevista, sendo essas perguntas pertinentes ao contexto em questão. Na perspectiva de Minayo (1999), que associa perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, sem respostas ou condições postas pelo pesquisador. Desse modo, na tentativa de apreender melhor as condições que envolvem esse trabalho, deixamos no decorrer da entrevista que as falas pudessem ser livremente associadas em acordo com a motivação de cada participante, no tocante ao tema trazido em cada entrevista.

Compreendemos que dessa forma a comunicação pode ocorrer com mais fluidez, na medida em que a fala do entrevistado não se restringe somente ao que lhe foi apresentado como uma questão, mas sim que ele possa transversalizar temas que julgue pertinentes para articulá-los durante a entrevista.

Para a autora citada, a entrevista como um instrumento de trabalho em campo fornece dados referentes ao sujeito entrevistado, cujas informações não se pode obter através de outras fontes. Concebe a palavra como símbolo de comunicação e a entrevista como um instrumento que revela símbolos e condições históricas e culturais de determinados grupos (Minayo, 1999).

2.2. Procedimento de análises dos dados

A etapa de análise dos dados obtidos se configura como um momento essencial para a pesquisa, pois a construção da análise nos conduz a realizar a articulação da teoria com o campo pesquisado. Nesse sentido, para análise do teste da família, utilizamos como fundamentação os critérios apontados por Brito Dias (2015) e Cormam (1979), que se dividem em duas etapas: a análise do nível gráfico/formal e a análise de conteúdo.

O nível gráfico leva em consideração os aspectos relacionados ao traçado do desenho que incluem amplitude, força do traço, tamanho do desenho, ritmo que a criança emprega no traço, localização, ação ou movimento, simetria, qualidade da linha, detalhes inadequados que aparecem no desenho e indicadores de conflito, que são as reações que a criança expressa ao desenhar em que se fazem muitas correções, retoques, borraduras, rasuras, omissões, etc. (Brito Dias, 2015; Hammer, 1981).

A análise de conteúdo se detém num conjunto de aspectos relacionados aos “afetos” que a criança projeta no desenho, ou seja, irá se deter nos conteúdos ligados a cada personagem que reflete o modo como a criança subjetiva-o a partir da relação construída com cada personagem da família. Nesse sentido, os autores propõem um roteiro de análise dos quais destacamos:

a) Valorização da personagem: essa personagem é geralmente desenhada em primeiro lugar, tem um porte físico maior e é projetada com muito cuidado pela criança que a incrementa com adornos e colorido. Também é a mais valorizada no questionário e posicionada junto aos pais;

b) Desvalorização do personagem: desenhada em tamanho menor que os outros, ou até mesmo desviada do mesmo nível que os demais personagens. É depreciada por atributo negativo e desvalorizada no questionário;

c) Omissão de figuras: quando a criança desvaloriza ao extremo essa figura. É comum a criança omitir a si mesmo em decorrência da culpa ao se punir por seus sentimentos hostis em relação a algum familiar. A omissão pode ocorrer devido à ausência dessa pessoa na vida da criança.

d) Relações fraternas: são as relações e a rivalidade entre irmãos. Em um ambiente familiar desajustado, essa rivalidade pode ser acentuada e tornar-se patológica.

Existem outros critérios a ser analisados que levam em conta as situações edípicas projetadas pela criança, a atribuição de papéis que cada figura familiar representa, e, por fim, os simbolismos presentes no desenho, que podem representar sentimentos de amor, raiva, desprezo, hostilidade, harmonia, fuga da realidade, dentre outros. O uso das cores também é um ponto de análise nos desenhos, visto que a sua utilização de forma excessiva ou moderada ou a utilização de muitas ou poucas cores sugerem a existência de conflitos nos sentimentos da criança em relação à cor adotada, cujo significado também é apontado por Corman (1979). Logo, as cores devem ser analisadas considerando o conjunto do desenho e o histórico da criança.

Em relação ao HTP, o procedimento para análise apresenta algumas semelhanças em relação ao desenho da família, diferindo apenas nos critérios e referências tomados para análise. O teste do HTP possui um Manual e Guia de Interpretação, elaborado por Buck (2003), cujas etapas para análise estão descritas na íntegra no referido manual e contempla tanto os aspectos gerais do desenho quanto os detalhes e as atitudes/reações da criança, expressados no momento da aplicação do teste.

Os desenhos da casa, da árvore e da pessoa passam por uma análise de seus aspectos gerais que contemplam a posição da folha que a criança toma para desenhar, a localização de cada elemento na página, a força ou pressão do traço, a qualidade da linha e o tipo de traço. A análise dos aspectos gerais e estruturais considera o tamanho do desenho, o reforço do traço, simetria, sombreado, transparência, dentre outros pontos.

No desenho da casa, que suscita na criança associações com a vida intrafamiliar, cada elemento da casa reflete uma forma da criança simbolizar seus afetos advindos das relações. Portanto, o teto, as paredes, a porta, a janela, a chaminé (quando projetada) e os demais acessórios colocados na casa irão apresentar a forma como a criança subjetiva a sua vida familiar.

A análise de conteúdo dos elementos da árvore leva em consideração as seguintes partes: raiz, linha de terra ou solo, tronco, superfície do tronco, copa da árvore, galhos, folhas, frutos, acessórios, dentre outros. Esse desenho é considerado o mais significativo, visto que ele reflete os afetos inconscientes (Brito Dias, 2002).

Em relação à figura da pessoa, a análise dos elementos constituintes dessa figura considera cada detalhe projetado e, por sua vez, pode ser feito em função das seguintes áreas: cabeça, braços, mãos, ombros, tronco, pernas e pés. A ordem, a idade, a perspectiva e os acessórios também são pontos de análise desse conjunto. Ao projetar uma figura humana, a criança pode reproduzir-se num autorretrato ou uma pessoa significativa, ou ainda projetar alguém que idealiza ser, do gênero masculino ou feminino. Os procedimentos descritos acima servem para as fases cromática e acromática. O uso das cores considerará a utilização de cores quentes ou cores frias, uso excessivo ou moderado, harmonia e variação das cores. É importante mencionar que cada cor possui o seu significado e deve ser analisada em conjunto com os demais elementos do desenho.

No tocante aos procedimentos de análise para os dados obtidos nas entrevistas, procedemos em acordo com a técnica da análise de conteúdo, proposta por Bardin (1979), que organizamos em torno dos seguintes polos apontados pela autora:

a) Pré-análise: que consiste na escolha de documentos a serem submetidos à análise e posterior formulação de hipóteses para a elaboração de indicadores para a interpretação final;

b) Exploração do material: considera-se que nessa etapa a análise ocupa-se das informações que são contidas na mensagem. Ao reunir descrições de conteúdos muito aproximadas e subjetivas, colocam-se posteriormente os dados coletados em evidência e, com isso, obtém-se de alguma forma a validação das hipóteses ou extrai-se outro resultado;

c) Tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação: para essa autora, a inferência consiste numa operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude de

sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras. Inferir, nesse caso, seria extrair consequência em relação às proposições formuladas e identificadas na fase anterior (Bardin, 1979, p. 39). A interpretação decorre da construção de sentido da comunicação emitida pelo entrevistado, ou seja, buscará realçar um sentido que se encontra em segundo plano.

Logo após a realização das entrevistas, procedemos com a transcrição na íntegra das gravações, e em seguida aplicamos a técnica acima descrita. Diante dos objetivos específicos que foram lançados para este estudo – buscar compreender como o trabalho de mediação institucional contribui nas situações em que há possibilidade de reintegração da criança à família de origem e analisar a vivência da criança com seu cuidador de referência, baseada no conceito de espaço transicional e uso de objeto de Winnicott – identificamos que cada entrevista destacou um tema relevante em relação ao trabalho do cuidador com as crianças. Entre os temas citados, que envolveram o cuidado e a contribuição que cada um pode transmitir no trabalho junto à criança, pudemos observar que existe uma aparente semelhança sobre a compreensão de cada ponto colocado, ou seja, os cuidadores possuem compreensões muito aproximadas, mesmo os que trabalham em instituições diferentes. Abordaremos esse ponto no momento das análises dos resultados.

Após identificarmos pontos em comum nas estruturas das entrevistas, criamos alguns indicadores – categorias para análise – em acordo com a proximidade das temáticas identificadas nas entrevistas, que se organizaram da seguinte forma:

1 - O cuidado com as crianças: quando os cuidadores transmitem sua compreensão sobre o que é cuidado, que envolve saúde, higiene pessoal, organização com o ambiente, orientações sobre cumprimento de horários e atividades de passeio e recreação;

2 - Trabalho em equipe: questões e impasses da dinâmica institucional que impactam no acompanhamento dos cuidadores;

3 - Ambiente institucional disponível à criança: situações em que o cuidador apresenta o ambiente disponibilizado para acolher e acompanhar as crianças;

4 - Trabalho de mediação institucional e reintegração familiar: relatos de experiências em que o cuidador atuou como mediador ou entrevistado em situações que objetivavam o trabalho de reintegração da criança à família de origem;

5 - Expressões da criança em relação ao seu sofrimento e uso do ambiente institucional: relatos trazidos pelos cuidadores que se referem ao sofrimento da criança;

6 - Vivências da criança com o cuidador: situações em que a criança expressa ou atualiza suas relações primárias com o cuidador;

7 - Experiências da criança com o cuidador no ambiente institucional: recortes de situações em que a criança pode viver alguma experiência de se sentir cuidada pelo cuidador.

A organização das entrevistas em indicadores visa facilitar a aplicação da técnica proposta por Bardin, no tocante à formulação de hipóteses, à inferência e à interpretação dos resultados. Desse modo, as análises das entrevistas tomarão como base os indicadores acima mencionados, cuja construção decorreu de uma pré-análise. Esses indicadores irão fundamentar a interpretação da entrevista; a partir dessa construção, os indicadores funcionam como núcleos de sentido, ou seja, a frequência de suas aparições nas entrevistas com os cuidadores pode significar alguma coisa para o objetivo proposto neste estudo (Bardin, 1979).

III. DESENHOS: ANÁLISE, RESULTADOS E DISCUSSÃO

O teste da casa-árvore-pessoa – HTP foi escolhido para este estudo no intuito de buscar identificar, como as crianças projetam o vínculo estabelecido com as figuras parentais após serem afastadas do convívio familiar e acolhidas no espaço institucional. De acordo com Buck (2003), cada figura está associada aos elementos que integram a vida da criança, são eles: os sentimentos inconscientes que ela tem de si mesmo, as associações que faz das relações intrafamiliares e como ela se percebe nesse cenário. Nesse sentido, considerando os motivos pelos quais as crianças foram afastadas de casa e a permanência delas no acolhimento institucional até que a reintegração se efetive, as projeções simbólicas das crianças podem estar associadas tanto aos registros dessas vivências anteriores como às percepções ligadas às experiências mais atuais.

O desenho da família também foi escolhido por sua pertinência para esse estudo, haja vista que, por intermédio dele, a criança representa o conteúdo afetivo com o qual percebe a família desenhada. Quando se solicita para a criança que “desenhe uma família”, ela pode representar tanto a família na qual vivencia ou vivenciou o seu contexto ou ainda representar idealmente uma família desejada. Assim, a projeção dos sentimentos da criança nesse desenho permitirá uma leitura de como ela vivencia o contexto relacional da dinâmica familiar e as posições que ela se coloca e coloca as figuras parentais (Dias Brito, 2003).

As crianças tiveram o tempo livre para desenhar, o que durou aproximadamente uma sessão de duas horas para as fases cromáticas e acromáticas. Posterior à aplicação, elas responderam a um questionário qualitativo sobre as figuras desenhadas, contido no próprio Manual, que contribuiu substancialmente para compor a interpretação.

Abaixo, trazemos de forma breve e pontual alguns aspectos da história da criança registrados através do período de inserção nesse campo de pesquisa. Alguns profissionais que compõem a equipe técnica colaboraram fornecendo as informações obtidas através dos registros institucionais que trazem o percurso da criança desde o acolhimento e alguns pontos sobre o atual acompanhamento. Em seguida, apresentamos a interpretação obtida através dos testes projetivos da família e do HTP.

1. Paula

1.1. Entre Saídas e Partidas: um pouco da história de Paula

Paula é uma garota de nove anos e vive em acolhimento institucional por medida de proteção conjuntamente com seus outros irmãos de 3, 6, 13 e 16 anos, sendo respectivamente as duas primeiras meninas e os dois últimos meninos. Esse é o quarto acolhimento consecutivo desse grupo de irmãos que ocorre em distintas instituições da Região Metropolitana do Recife. A mãe deles é reincidente no sistema penitenciário por tráfico de drogas, no território onde ela residia, na Grande Recife. A última aplicação da medida protetiva para as crianças ocorreu em função de sua última prisão em decorrência de um flagrante dado pela polícia por prática de tráfico de drogas, que acontecia nas imediações da própria residência da família. Em função disso, as crianças ficaram alguns dias em casa sem receber a devida assistência de um adulto que pudesse vir a responsabilizar-se por elas. Apreende-se que, em função das informações trazidas pela equipe técnica sobre a história familiar de Paula e seus irmãos, os mesmos não tiveram nenhuma forma de convivência com seu genitor, ficando apenas sob os cuidados de sua mãe, quando esta pôde estar disponível.

As duas irmãs mais novas de Paula são fruto do relacionamento de sua mãe com outro homem, o Sr. A., e este também não convive maritalmente com a mãe das crianças. Deste modo, percebe-se que, até o momento, Paula e seus irmãos não têm uma figura masculina como referência no exercício dos cuidados.

As informações repassadas pela equipe técnica que acompanha as crianças no acolhimento são de que ninguém da família demonstra interesse em ficar com a guarda temporária das crianças ou se disponibiliza como família extensa para acolhê-las. Desse modo, as crianças não vêm recebendo no período de acolhimento nenhuma visita de tios, avós ou primos. Por esse motivo, o encaminhamento dado após a prisão da mãe das crianças foi o acolhimento institucional como medida de proteção, até que a Sra. E., mãe das crianças, cumpra a sentença judicial em função do delito praticado. A equipe técnica também não tem informações sobre o pai de Paula e dos seus dois irmãos mais velhos. Sabe-se apenas da existência do pai das duas irmãs mais novas de Paula, porque ele realiza as visitas junto com a Sra. E., mãe das crianças, quando ela tem as saídas condicionadas da unidade prisional.

O convívio familiar é garantido tanto para Paula como para seus irmãos através de visitas pontuais dos familiares na instituição. Não há limitação quanto ao tempo e frequência

das visitas, ficando apenas à família visitante a responsabilidade de cumprir o dia e o horário previamente acordados com a instituição. Paula e seus irmãos recebem apenas as visitas de sua mãe e do pai de suas duas irmãs mais novas, o qual se tornou padrasto deles. O grupo de irmãos foi acolhido nessa atual instituição de forma separada, em função dos processos que versam sobre o acolhimento deles estarem em dois fóruns diferentes. Isso resultou na separação dos irmãos e no acolhimento em instituições diferentes por um período de aproximadamente três meses. Após as duas irmãs mais novas chegarem nessa atual instituição, onde elas já eram conhecidas pela equipe técnica, foi solicitado que os outros irmãos pudessem ficar acolhidos num mesmo espaço, em conformidade com o Estatuto.

Devido aos sucessivos acolhimentos desse grupo de irmãos, a Sra. E. foi alertada, tanto pela equipe técnica quanto pela equipe do judiciário, da possibilidade de destituição do poder familiar, o que resultaria para ela na proposta de as crianças serem encaminhadas à adoção. Isso porque a reincidência do acolhimento dos irmãos em instituição aponta para a insuficiência de cuidados que as crianças necessitam e que não estão sendo garantidos pelos seus responsáveis legais, que, no caso em questão, é a Sra. E.

Na última reintegração dos irmãos para casa, a equipe informou que a Sra. E. recebeu as condições necessárias para acolhê-los: foi disponibilizado, por um período de tempo, um valor para que pudesse pagar o aluguel de um imóvel, além de receber a mobília da casa, dando condições objetivas para recebê-los de volta e dar continuidade à vida.

Quando ocorre a reintegração familiar, a equipe da instituição de acolhimento realiza um monitoramento da família, no intuito de acompanhar a readaptação da mesma após um período de separação. Isso também implica dizer que os motivos que culminaram na separação devem ser monitorados e trabalhados quando identificados, para que estes não sejam motivos de reincidências que apontem para uma nova necessidade de afastamento familiar. Assim, ao longo desse monitoramento, foi verificado pela equipe que a Sra. E. voltou a reincidir em atividades ilegais como o tráfico de drogas, resultando, algum tempo depois, em sua prisão e novamente no encaminhamento dos irmãos à medida protetiva. Desde então, os irmãos foram novamente incluídos no acolhimento institucional como medida protetiva, e alguns deles, principalmente os mais velhos, mantêm a esperança de retornarem ao convívio com a mãe. Embora a equipe técnica da instituição não visualize essa perspectiva em função da própria complexidade que a Sra. E. apresenta em sustentar essa convivência junto aos seus filhos, ressalta-se que, segundo a percepção da equipe técnica da instituição de

acolhimento, existe um forte vínculo nesse esse grupo familiar, que deve ser considerado nos momentos de audiência de acompanhamento desse caso.

Em função dessa baixa perspectiva de ocorrer a reintegração do grupo de irmãos à família, algumas audiências foram realizadas ao longo do ano de 2016, cuja pauta versou sobre a destituição do poder familiar e, por conseguinte, o encaminhamento para adoção, embora Paula e seus dois irmãos mais velhos já se posicionaram para a equipe técnica da instituição contra o encaminhamento para adoção.

As duas irmãs mais novas de Paula, de três e seis anos, foram encaminhadas para adoção com o consentimento da Sra. E., acordado em audiência. Quando essa decisão foi comunicada para Paula e seus irmãos mais velhos, houve uma repercussão negativa por parte deles, percebida pela equipe técnica, que notou uma mudança principalmente no comportamento de Paula. Esta, passou a demonstrar ora mais agressividade, ora um choro repentino, pedindo que suas irmãs não fossem separadas dela.

Mesmo contra a vontade de Paula e de seus irmãos, houve o encaminhamento das irmãs mais novas para adoção e, por conseguinte, um casal logo demonstrou interesse por elas. O processo foi evoluindo de acordo com as etapas estabelecidas e ocorreu a adoção das irmãs mais novas. Recentemente, houve uma audiência concentrada no próprio espaço da instituição para avaliar o caso de Paula e seus dois irmãos mais velhos no intuito de que a Sra. E. fosse destituída do poder familiar. A equipe técnica se posiciona a favor da destituição do poder familiar e aponta a insuficiência da Sra. E. em diversos aspectos, dentre eles o de prover os cuidados que eles necessitam. O envolvimento dela com as drogas dificulta a manutenção e a continuidade dos cuidados, mesmo quando oferecido apoio para que ela vislumbre outros caminhos para sua vida. Em função disso, a destituição dos irmãos mais velhos também é vista pela equipe técnica da instituição como um dos caminhos mais viáveis nesse caso.

Cabe destacar que obtivemos esta informação – que Paula seria destituída do poder familiar – quando já estávamos próxima do término da pesquisa. Desse modo, decidimos por continuar com Paula incluída neste estudo, mesmo fugindo aos critérios de inclusão já estabelecidos, em função deste fato ser suscetível a qualquer criança que viesse a ser incluída. Logo, as condições que levam à destituição do poder familiar envolvem fatores complexos, cuja dinâmica com que ocorrem consideramos que deve ser um fato a ser destacado neste estudo.

Por Paula e seus dois irmãos estarem numa faixa etária com poucas possibilidades de participarem efetivamente de um processo de adoção, essa mesma equipe visualiza para eles uma forma de investimento em suas vidas futuras, incentivando-os e incluindo-os em programas de preparação profissional ou de apadrinhamento afetivo. Uma dessas realidades já é vivenciada pelo mais velho, incluído recentemente em um programa de aprendiz profissional.

A adoção das irmãs de Paula foi um processo também vivido por ela. Isso porque o casal adotante realizava as visitas de aproximação e convivência com as crianças e Paula estava ciente de todo esse processo, tanto vivendo-o como experiência, como falando sobre ele no acompanhamento psicoterapêutico que faz desde o seu ingresso no acolhimento.

Podemos considerar que a vivência de Paula junto ao processo de adoção de suas irmãs lhe oportunizou pensar em outras possibilidades de vivenciar frente à própria situação de separação, rompimentos, saídas e partidas de figuras familiares significativas em sua vida. Ao afirmar para a equipe técnica que concordava com a adoção das irmãs e questionar quando isso aconteceria com ela, Paula demonstra o desejo para si de um outro caminho, onde saídas e partidas de um ambiente descontínuo em fornecer cuidados e as condições necessárias ao seu amadurecimento pessoal possam ser substituídos pela continuidade de um ambiente cuja confiança seja capaz de sustentar regressos e permanência, além de saídas e partidas que envolvem uma convivência em família.

1.2. O desenho da família



1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92

O desenho da família feito por Paula, em relação ao nível gráfico, apresenta pouca amplitude, o que pode sinalizar para uma introversão ou pouca expansão vital. Quanto à força, percebe-se que, na figura que representa o seu padrasto, predominam traços fortes na parte da cabeça representando indicações de impulsos fortes e violência. Quanto ao tamanho, as figuras são pequenas, apontando para sinais de inferioridade, inibição, constrição e depressão. O ritmo do traço não apresenta estereotípias, porém uma aparente semelhança entre ela e sua irmã mais nova.

No que se refere à localização, o desenho está na zona superior da folha, significando expansão imaginativa, espiritualidade, objetivos elevados, próprios dos sonhadores e dos idealistas; também está na zona esquerda, que representa o passado, introversão, egoísmo, próprios dos retraídos e introvertidos. O desenho demonstra certa simetria, sem excessos e com traços curtos, que é sinal de impulsividade; ele também contém linhas circulares que se ligam à dependência e emotividade. O desenho não apresenta detalhes inadequados nem excessivos, mas sim ausência deles, o que pode representar o vazio e a falta de energia.

Em relação à análise de conteúdo, as tendências afetivas positivas apontam para sentimentos de amor, investimento e valorização. A projeção da família feita por Paula parece demonstrar que ela os desenhou em acordo com o princípio de realidade, o que significa dizer que não houve idealização em relação aos componentes ou a composição familiar em sua forma de percebê-los. Valorização da personagem: é curioso perceber que primeiro Paula desenhou os irmãos A., F., F., e A. (padrasto), e em seguida desenhou ela, a mãe e depois A., a irmã mais nova. O personagem que ela desenhou com o físico maior foi A. e a sua mãe. Dedicou-se com mais cuidado também ao desenho da irmã A., que é a única que está com os olhos abertos e com um pouco mais de capricho. Desse modo, isso representa uma valorização maior para ambas. Pelo desenho, demonstra desvalorizar o irmão F., ao projetá-lo no desenho menor que os outros; essa desvalorização também aparece no questionário, cujos adjetivos atribuídos a ele o desqualificam de modo a percebê-lo como sendo o pior da família e o menos feliz. Os laços e as relações à distância que apontam certa vinculação das figuras foram desenhadas por Paula indicando certa distância entre todos os membros, mas não indicam que cada uma está em um lugar diferente. No desenho, Paula faz a encapsulação do irmão F., ou seja, o envolve num círculo, o que pode indicar um sentimento de diferença, eliminação ou isolamento em relação a ele. Paula se coloca entre a mãe e o padrasto, separando-os, e ao mesmo tempo estando entre eles, o que pode apontar que ela percebe uma desigualdade no vínculo entre pais e filhos ou expressa o desejo de atenção, ou ainda um

favoritismo dos pais em relação a algum filho. A rivalidade fraterna entre os irmãos aparece de Paula em relação à sua irmã mais nova, A., ao desenhá-la afastada dos demais e em último lugar. Por fim, Paula ainda sente pela família certa alegria e sensibilidade, representadas no desenho por uma flor.

1.3. Os desenhos do HTP

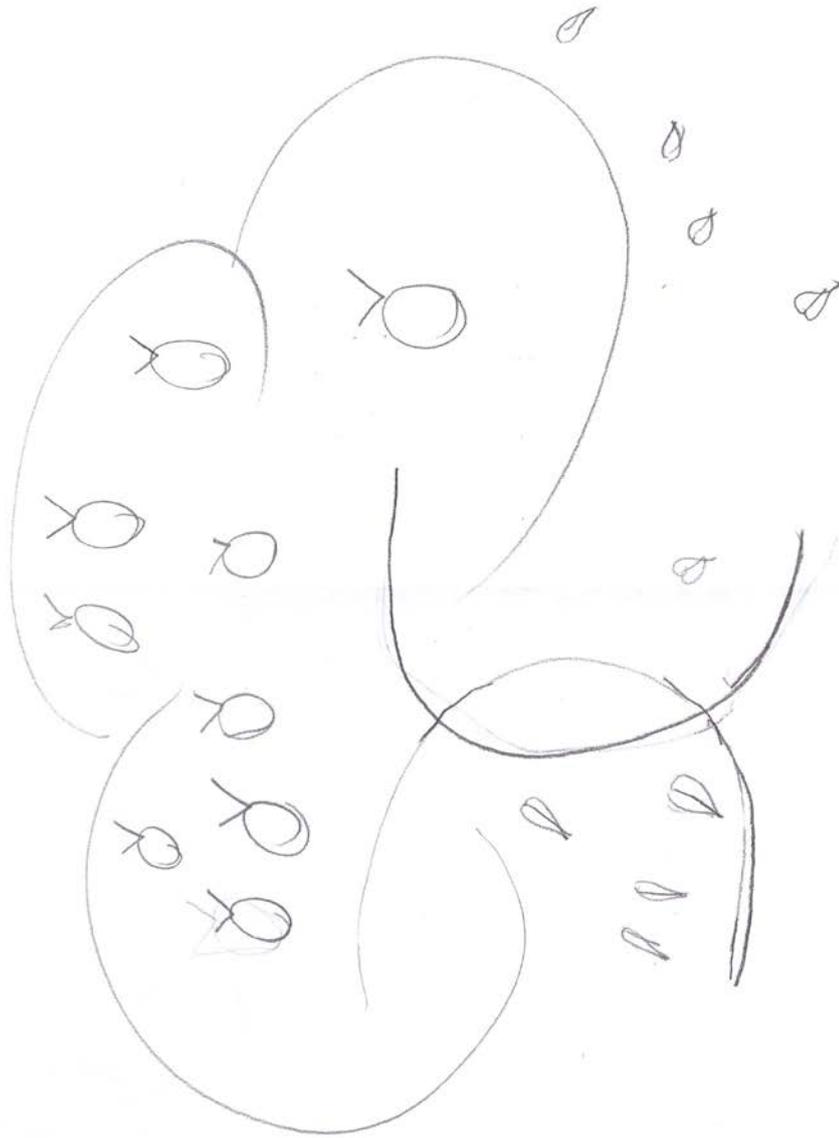


□ A casa

Paula faz um desenho com poucos elementos e quase nenhum acessório, mas apresenta simbolismos associados à percepção da vida familiar e das relações intrafamiliares. Nesse aspecto, o desenho indica o desejo de Paula em retornar ao passado, possivelmente quando residia com a família. Diante dessa impossibilidade de retorno, ora ela mantém-se inacessível aos contatos na instituição, ora estabelece-os, quando julga necessário. Percebe-se ainda que Paula não desenha porta nas duas fases, possivelmente revelando a dificuldade de estabelecer contatos com o ambiente no qual está inserida. De outro modo, Paula revela o quanto o seu percurso de vida foi traumatizante, demonstrando a insegurança e a dificuldade dela para sustentar esses contatos, levando-a a defender-se deles.

Outro ponto evidenciado nessa figura diz respeito ao bloqueio emocional sentido por Paula após o afastamento das relações familiares, visto que ela utiliza apenas uma cor para colori-la, demonstrando a dificuldade em refazer laços afetivos. Nesse desenho, Paula omite partes da figura desenhada, demonstrando sentimento de incompletude em relação à vida familiar, condizente com os diversos rompimentos familiares aos quais foi submetida. Esse detalhe é importante de destacar porque Paula desenha-os nas duas fases com as mesmas características, quase idênticos. As paredes da casa, parte que ela não desenha, podem associar-se, conforme dissemos, aos conflitos existentes na vida familiar, ou ainda, à forma como a criança simboliza o corpo materno, na relação com este. As paredes da casa também são representantes da relação do ego com o meio externo. Nesse sentido, o desenho da casa apresenta características ligadas a certa fragilidade ou falha nessa relação, pois estas se repetem na fase cromática e acromática. Se associarmos a combinação dos desenhos à história de Paula, os traços que dão margem à interpretação dada ganham reforço, pois eles se repetem com outras características nos demais desenhos.

□ A árvore



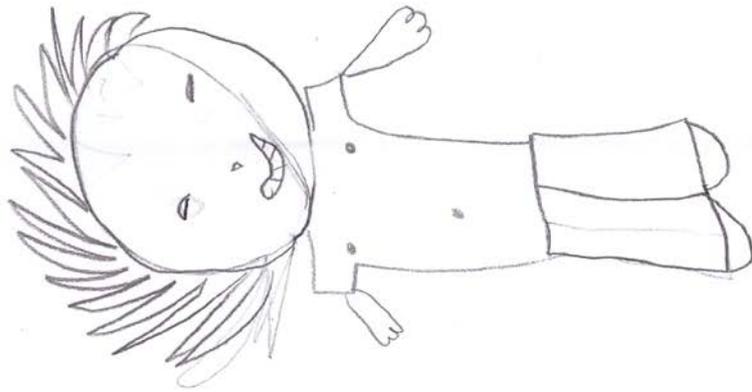


Hand-drawn diagram of a plant structure.

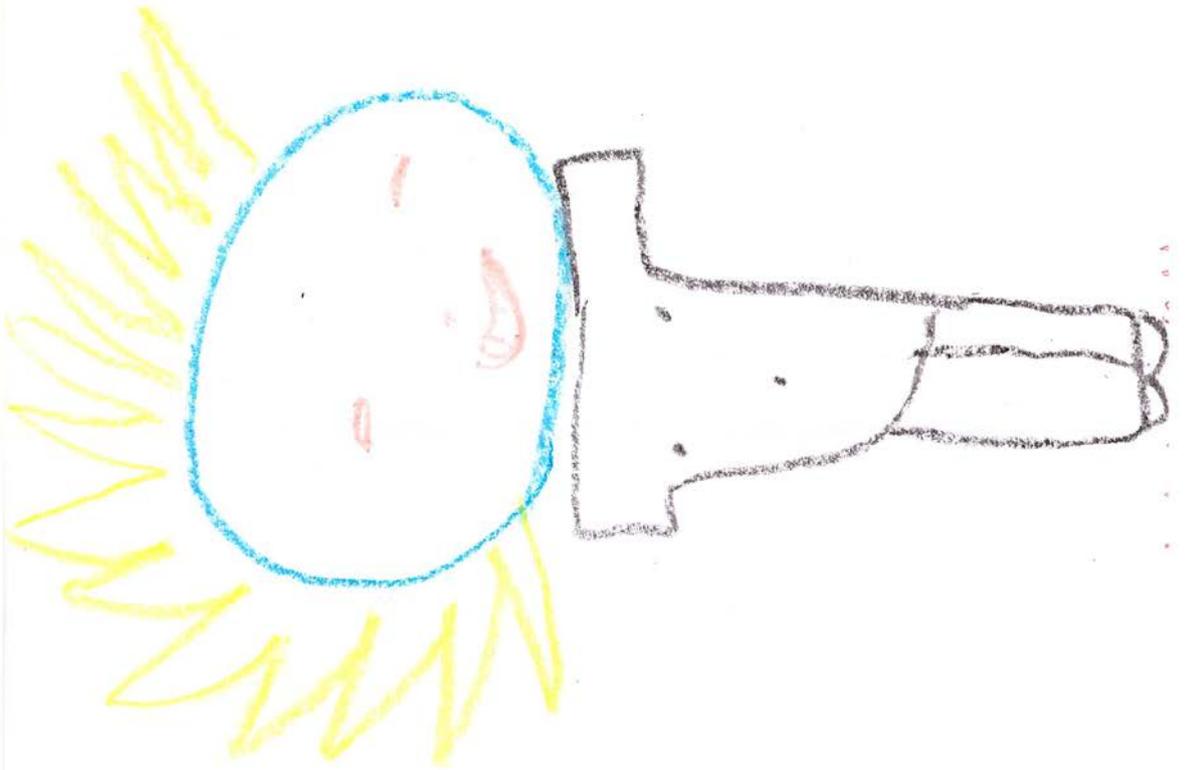
Paula projeta, através do desenho da árvore, o desejo de retornar ao passado, ou ainda expressa a ligação a esse passado através de uma fantasia; ao mesmo tempo, demonstra, através do traço forte presente em todas as figuras, agressão e hostilidade para com o atual ambiente. Essa projeção ganha reforço quando associado aos demais aspectos do desenho, que apontam para a dificuldade em que se vê no atual ambiente ao qual não consegue responder de uma forma adequada. A figura da árvore tem um forte contorno na parte periférica, que foi desenhado e apagado algumas vezes. Essa região do desenho representa a sensação que o sujeito tem de força interna, de seu ego. Desse modo, a projeção de Paula aponta possivelmente para o esforço que vem empregando em manter a integridade do ego, por medo da difusão e da desintegração da personalidade.

Paula demonstra buscar o apoio do ambiente ao mesmo tempo em que se vê em conflito com o mesmo, ao projetar seus sentimentos de inadequação tanto no espaço quanto nas demandas que aquele lhe apresenta. Outra característica de Paula projetada no desenho foi sua emotividade e a busca por apoio através dos contatos sociais. A árvore desenhada por ela, na qual projeta sentimentos inconscientes sobre si, demonstra muitas folhas caídas nas duas fases. Esse simbolismo remete a perdas advindas da separação do meio familiar e a seu sentimento de frustração diante desse acontecimento. A não conformidade com seu atual momento e o desejo de regressar a etapas anteriores de sua vida também são evidenciadas por Paula em seu desenho, que apontam ainda para a intensidade de seu sentimento de ligação à família. Pode-se interpretar também o quanto o atual ambiente lhe gera sentimentos de desorientação, insegurança e falta de apoio, no entanto, ela busca realizar-se e ser recompensada por esse mesmo ambiente.

□ A pessoa



1. 0. 1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 0.



Paula desenha uma figura masculina, associando-o a um garoto de 12 anos que deseja voltar para casa. Para tanto, refere que ele precisa de muita força e assim o projeta de pé. Desenha uma figura do sexo oposto nas duas fases e não traz nenhum outro componente para compor esse desenho. Ao associarmos o desenho à história familiar de Paula, percebe-se que figuras masculinas não se fazem presentes no seu núcleo familiar. Nesse sentido, a projeção pode vir a significar o desejo pela presença de alguém que esteja junto à família ou ainda que essa pessoa, que pode vir a ser seu pai ou o padrasto, demonstra certa indisponibilidade para estar presente junto à sua família. Tal característica é ressaltada pela omissão dos braços da figura projetada que se afastou de quem a desenhou. Diante dessa omissão, Paula pode desejar expressar seus sentimentos de culpa e desamparo. A figura também demonstra alguns aspectos sutis ligados a certa desordem na sexualidade, a exemplo de impulsos sexuais excessivos. Indica também a imaturidade do desenho em relação à idade de Paula; e algum grau de inibição, uma necessidade de impor-se no ambiente associada a atitudes hostis. As poucas cores utilizadas por Paula para colorir o desenho indicam o misto de ansiedade e violência com que ela vivencia as relações atuais.

2. Júlia

2.1. Em busca de uma família desconhecida?

Júlia, 11 anos, não está acolhida na companhia de irmãos. Se existe algo em comum entre a história de Júlia, Ana e Vinícius, demais participantes da pesquisa, está relacionado à baixa ou nenhuma frequência das visitas por parte de seus familiares. No entanto, existe algo da história de Júlia que é peculiar: segundo a equipe técnica, atualmente não se consegue identificar nenhum membro familiar, apesar de Júlia afirmar o contrário. Essa informação nos é repassada pela equipe técnica da instituição, que realizou recentemente uma visita ao município de origem dela, buscando identificar algum familiar de Júlia para dar início ao processo de reintegração familiar. Nesse sentido, o poder judiciário também empreendeu buscas aos familiares naquele município e ninguém foi encontrado. A peculiaridade reside no fato de Júlia descrever nomes, locais, situações e características dos familiares com quem conviveu até antes do acolhimento e, ainda assim, eles não conseguem ser encontrados. A informação obtida junto à equipe técnica é a de que a família de Júlia é desconhecida.

As informações coletadas pela equipe do acolhimento junto ao Conselho Tutelar e ao poder judiciário local é a de que a mãe biológica de Júlia faleceu na ocasião do parto. Nesse

momento, a menina teria sido entregue a uma “senhora”, cuja ligação com a mãe de Júlia é desconhecida. Essa senhora cuidou da criança desde quando ela era muito pequena até, aproximadamente, nove anos de idade. Alguns graves problemas de saúde impediram-na de continuar cuidando de Júlia, que precisou ser entregue aos cuidados da Sra. J. Em seguida, a primeira senhora que cuidou de Júlia veio a falecer devido às complicações de saúde.

Por aproximadamente um ano e meio, a Sra. J. tomou conta da criança. Ao fim desse período, essa senhora se dirigiu ao Conselho Tutelar do município em que residia, alegando que não tinha mais condições de ficar com a guarda da menina devido ao seu comportamento. Segundo a Sra. J., Júlia não assistia às aulas no colégio e pulava o muro para ir à barragem da cidade. Por lá, andava a cavalo e ficava vagando pelo local. A Sra. J. alega que temia que algo acontecesse a ela porque nas proximidades desse local havia muitos homens que se reuniam num bar para beber. Associado a isso, a Sra. J. alegou problemas de saúde que a impediam de continuar a cuidar de Júlia. Contudo, disse a um dos conselheiros que, se Júlia tivesse outro comportamento, poderia continuar a cuidar dela. A sra. J. tem uma filha mais velha que, por ventura, poderia cuidar da menina, mas aquela alegou que também não poderia acolhê-la em sua casa. Por fim, Júlia foi entregue ao Conselho Tutelar local.

O representante do Conselho Tutelar se dirigiu até a rádio da cidade, anunciando que havia sido deixada uma menina. O “anúncio” procurava uma família para ficar com Júlia, devido à impossibilidade de acolhê-la naquele espaço. Um empresário da cidade ouviu o anúncio e se disponibilizou a acolhê-la durante um fim de semana, mas frisou que não queria adotá-la. Não se tem notícias ou registros de alguma forma de abuso ou maus tratos por parte desse empresário. O que foi repassado é que, tanto ele quanto a sua família, em virtude de Júlia não ter onde ficar, decidiu por acolhê-la até que se providenciasse outro lugar definitivo. À época, Júlia tinha entre nove e dez anos. Depois disso, a criança voltou para o Conselho Tutelar, e sem ter um lugar para ficar, foi encaminhada para o acolhimento institucional. O motivo que consta no registro dela que justifica o acolhimento é que sua guarda foi malsucedida.

No registro de nascimento de Júlia, só consta o nome de sua mãe. O pai é desconhecido. A primeira senhora que a criou, juntamente com seu companheiro, constam no registro como avós maternos. Não se tem informação sobre quaisquer parentes de Júlia no seu município de origem. Em função disso, a juíza que acompanha o caso da menina solicitou que fosse feito uma busca na cidade para identificar se há algum parente dela que tenha interesse

em acolhê-la. Até o mês de outubro, não havia sido identificado nenhum familiar dela. A Sra. J., que cuidou de Júlia pelo período de um ano e meio, continua indisponível para acolhê-la novamente. Em relação à primeira família que cuidou da criança após seu nascimento, nenhum de seus membros foi identificado nessa busca feita pelo poder judiciário. A equipe técnica do acolhimento realizou visita à cidade de origem de Júlia, tentando identificar algum familiar desse primeiro núcleo ao qual ela pertenceu. Nenhum deles foi encontrado.

Desse modo, a possibilidade de Júlia ser destituída do poder familiar e encaminhada para adoção é a mais provável diante do contexto atual. Cabe registrar que esta decisão por destituição do poder familiar, mesmo sem ter a família identificada, foi tomada no decorrer da pesquisa. A mesma situação ocorreu com Paula. Embora os desenhos feitos pela menina indiquem ao menos para ela, o registro de sua vivência em família, os quais apontam para as figuras desenhadas como pessoas que existiram na sua vida como prima, irmã e avô, a equipe técnica se volta para os dados objetivos em relação ao caso. As pessoas que Júlia considera como familiares, para a equipe, podem até mesmo não terem existido.

2.2. O desenho da família



Mãe Pai Ana Bruno

106

O desenho da família feito por Júlia, no que se refere ao nível gráfico, apresenta pouca amplitude, linhas curtas e pequenos segmentos, revelando uma possível introversão ou pouca expansão vital. A força do traço no desenho é facilmente visível na parte da cabeça das pessoas desenhadas, mais especificamente na região dos olhos, cabelos e boca. O traço forte nessas áreas desenhadas por ela pode indicar a vivência de impulsos fortes, possivelmente relacionados ao que ela vê, sente e fala. Os braços de todas as mulheres, além de estarem em contato uns com os outros, recebem um reforço no traçado e podem indicar audácia, violência ou liberação instintiva. O ritmo do traço repetido por Júlia nos desenhos aproxima as figuras a uma aparente semelhança entre elas, quase confundindo-as.

O desenho está localizado mais ao lado esquerdo e inferior da página. Nesse sentido, a zona esquerda é a do passado, do egoísmo, da introversão, próprios dos retraídos. O desenho aparenta ter harmonia, sem indicar desproporcionalidade ou incoordenação. A qualidade da linha demonstra traços curtos, que aludem a sinais de impulsividade; algumas outras linhas foram feitas aparentando uma descontinuidade ou uma quebra, e isso esboça algum tipo presente de insegurança e ansiedade. O desenho apresenta um detalhe significativo que é importante destacar: Júlia desenha um coração em sua roupa ao projetar-se no desenho. De igual modo, desenha-os na figura que nomeia como sua avó, embora o faça em maior quantidade. Desse modo, o símbolo projetado por ela parece unir afetivamente as duas figuras: Júlia e sua avó.

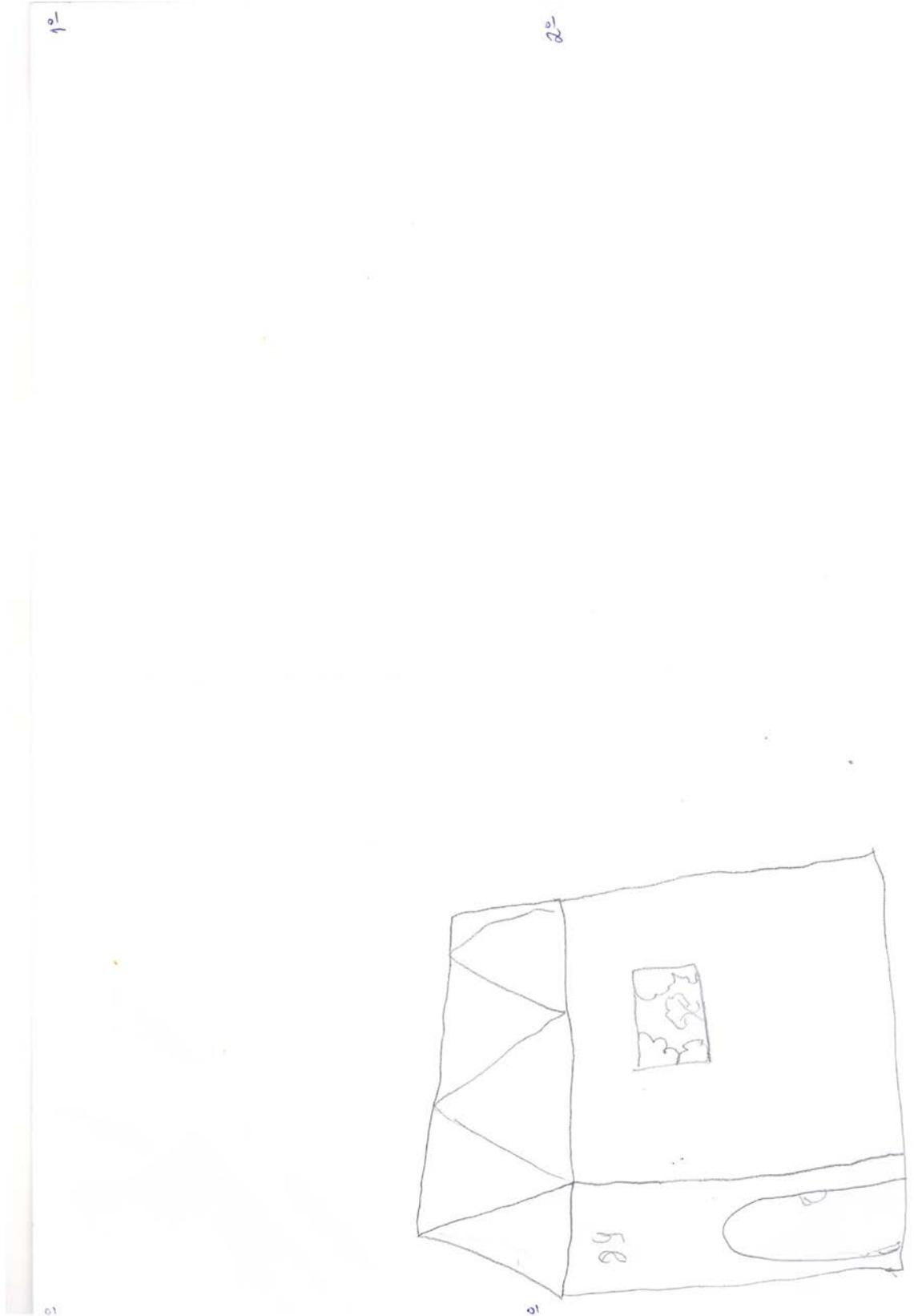
Ao desenhar sua família, a menina não demonstrou nenhuma reação que viesse a indicar algum conflito com as figuras projetadas, tampouco o desenho traz algum simbolismo que remeta a essa questão. A análise de conteúdo do desenho aponta que ela projeta tendências afetivas positivas para todas as figuras desenhadas. Júlia projeta uma composição familiar que não se sabe ao certo se se trata de uma nova composição, de uma família desejada ou se ela já vivenciou essa composição. Dizemos isso em função dela ter vivenciado ao menos duas dinâmicas familiares distintas. As personagens que ela valoriza no desenho são a sua avó, desenhada com maior porte físico e colocada em segundo lugar; e ela própria, pois Júlia se autovaloriza, sendo a primeira figura que projeta, embora com porte físico menor que o da avó. A figura do avô parece ser desvalorizada por ela, uma vez que o omite do desenho.

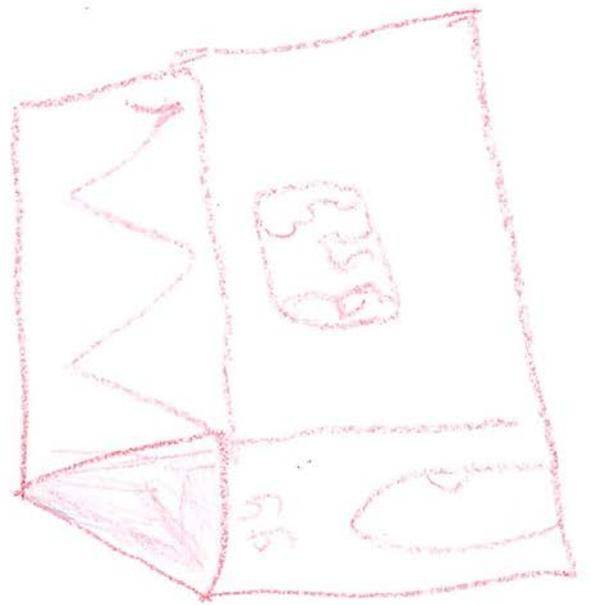
Júlia também capricha tanto nos detalhes como no cuidado com o colorido do desenho, fazendo todas as figuras com um sorriso no rosto. A valorização das personagens também é identificada no questionário aplicado após o desenho, visto que ela atribui

qualidades como “mais bonita”, “mais amada” e “mais cuidadosa” para ambas. Ao desenhar todas as figuras juntas e de mãos dadas, ela demonstra o seu desejo de ter uma família harmonizada. As relações fraternas são demonstrações dos sentimentos e vínculos da criança que desenha com os demais irmãos que possui. Assim, observa-se que ela se projetou com contato físico mais próximo a sua avó, possivelmente revelando a intensidade com que percebe o vínculo constituído. Nas situações edípicas francas, Júlia se identifica à genitora. Ao omitir a figura do avô, não fica evidenciado se a omissão é por rivalidade, desvalorização ou até mesmo se ele foi uma pessoa ausente em sua vida. O simbolismo presente nos desenhos da menina, como já mencionamos anteriormente, é o coração, símbolo de amor e afeto, que possivelmente perpassa a relação de Júlia com a sua avó. O uso das cores é feito de forma pouco diversificada para colorir o desenho. Com exceção dela, Júlia coloriu todas as outras figuras com cores extrovertidas: pinta todo o vestido da avó de vermelho, que significa a produção de emoções fortes entre elas; pinta a blusa da prima de verde, significando que a percebe com sensibilidade e imaginação constante.

2.3. Os desenhos do HTP

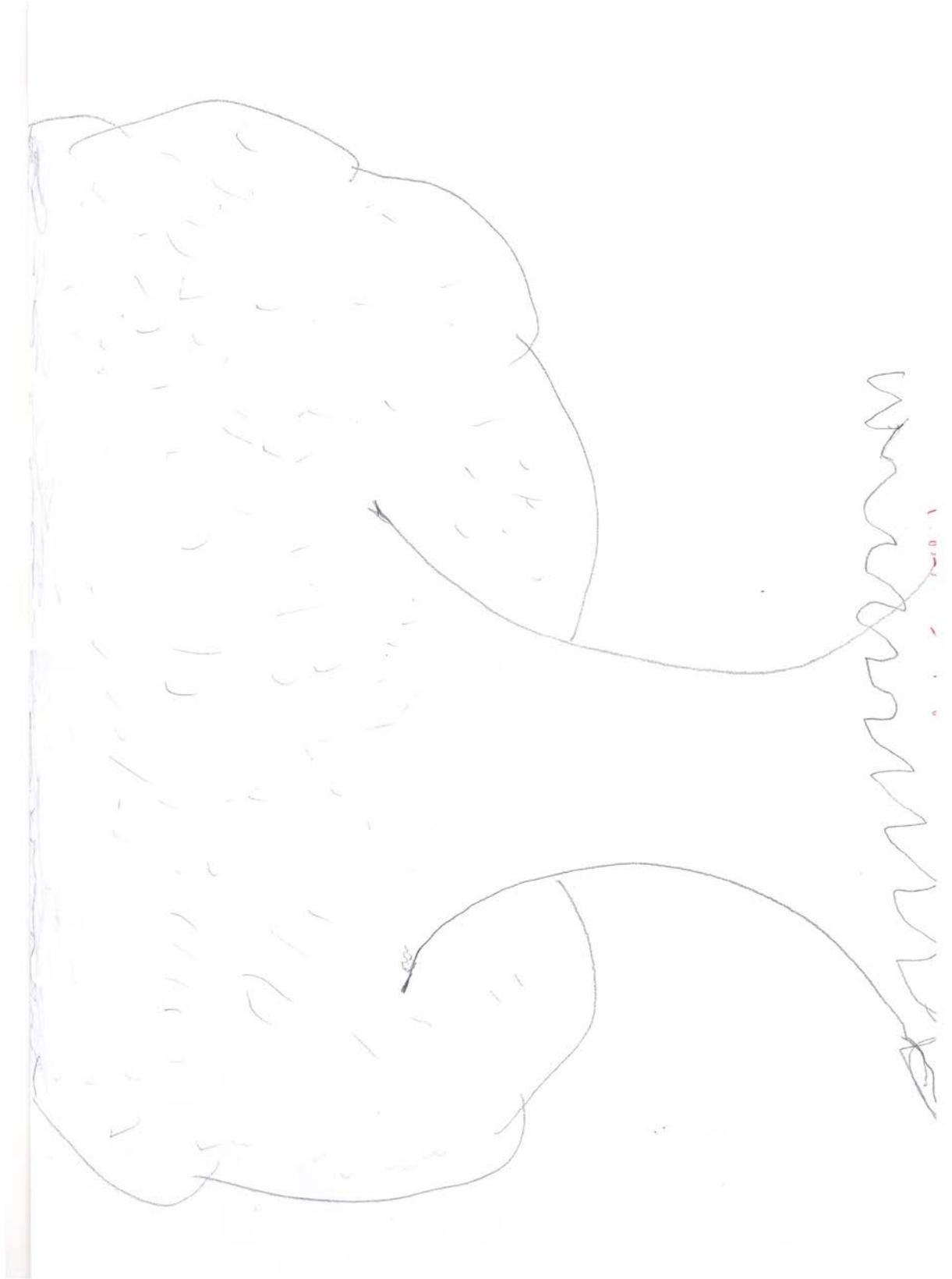
□ A casa





Júlia projeta um desenho com pouquíssimos detalhes e elementos acessórios; no entanto, estes trazem importantes informações sobre as suas relações com a vida familiar e o atual ambiente. A localização do desenho feito por ela aponta o seu desejo de retornar ao passado, possivelmente a sua vida familiar, antes do acolhimento na instituição. Apesar disso, a menina demonstra boa adaptação ao ambiente atual, indício de sua força diante da vida e de forte personalidade. Nesse sentido, muito embora Júlia demonstre forte personalidade, o desenho também aponta para indícios de alguma inibição frente ao atual ambiente, diante de sua busca por afirmação. Mesmo o desenho demonstrando o desejo de retornar ao passado, ela projeta sua boa adaptação ao atual ambiente através do estabelecimento de contatos controlados com o mesmo, sugerindo uma autodefesa frente a esse ambiente.

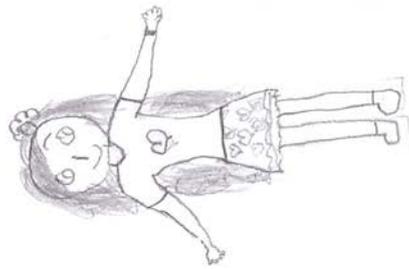
□ A árvore



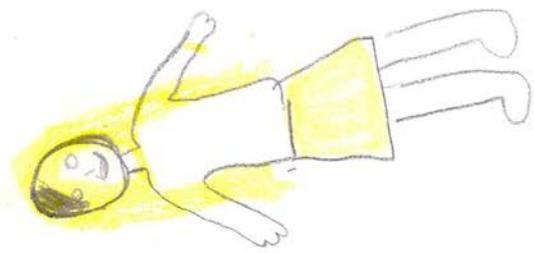


Júlia desenha uma árvore na fase acromática com uma copa muito acentuada em relação ao tronco. Essa acentuação na copa da árvore pode revelar possíveis formas de regressão da personalidade frente a realidades frustrantes, na qual se faz necessário o intenso uso da capacidade de abstração. A árvore projetada não tem frutos e nem folhas, mas sim, no lugar deles, ela fez traços aleatórios e de formas antagônicas. Essa forma de colocar figuras ao invés de frutos pode representar a vivência de muita tensão e confusão interna provocada pelo meio externo e, decorrente disso, o temor pela desintegração da personalidade. Outro detalhe que merece destaque é em relação ao tronco, que foi muito reforçado nos dois lados. Essa característica pode apontar para um esforço psíquico empreendido por ela na tentativa de conservar sua personalidade, embora no desenho a sua força egóica que demonstra ter oscila diante da insegurança que sente frente às situações que enfrenta em sua vida. Essa insegurança demonstrada por ela no seu desenho pode estar relacionada às incertezas que permeiam o seu futuro e a instabilidade emocional com que percebe o ambiente no qual está inserida, compreendido como agressivo. O passado de Júlia tem um reflexo acentuado em seu presente, projetado no desenho pelo desejo que expressa em retornar ao passado e à convivência com as figuras familiares, sobretudo a figura materna. Ao buscar adequar-se a um ambiente que percebe como inseguro, opressor e agressivo, a menina demonstra querer enfrentá-lo, ao mesmo tempo em que também deseja ser protegida; com isso, apresenta uma personalidade às vezes frágil, que tenta encobrir fazendo prevalecer um lado forte que pode suportar as frustrações. É como se ela acionasse um outro eu ou um falso-self, buscando proteger-se das situações externas e internas que lhe remetem a lembranças dolorosas.

□ A pessoa



115



Handwritten text in red ink, possibly a signature or name, located at the bottom of the page.

Nesse desenho, Júlia projeta uma menina de 11 anos, conforme diz no questionário. Ela não sabe responder às demais perguntas sobre a menina projetada que são ligadas à aparência, sentimentos, necessidades, etc.; ela sabe apenas a idade que tem. Cabe destacar que nas duas fases, cromática e acromática, Júlia faz o desenho de uma menina que parece viver dois momentos distintos: um antes e outro depois de ser acolhida. A primeira menina desenhada, na fase acromática, está com uma aparência cuidada, roupas que exibem detalhes bem desenhados por ela, cabelo aparentemente penteado e com adornos. A menina está sorrindo e exibe traços semelhantes à mesma que projeta no desenho da família. Já a menina que projeta na fase cromática exibe traços bem opostos ao primeiro desenho: não tem nenhum adorno ou detalhe nas roupas; está sorrindo, mas com olhos vazios e a mão em formato de pétalas. Os olhos vazios remetem a pessoas que vivem fases de isolamento e dificuldades de comunicação; e as mãos no formato de pétalas podem significar um grau de infantilidade na pessoa que o desenhou. Embora na fase cromática Júlia tivesse a sua disposição todas as cores para usar e colorir o desenho, ela escolheu apenas o preto e o amarelo para fazê-lo. Ela contorna todo o corpo da boneca de preto e pinta parte dos cabelos com essa mesma cor. Em seguida, pinta a saia da menina de amarelo e faz um complemento dos cabelos também com essa cor, bastante enfatizada. Quando esse uso é feito, realçada no desenho, pode apontar para a vivência de emoções turbulentas e de tensão interna. As cores entrelaçadas, conforme exibidas no desenho, podem apresentar ainda uma fase de menos controle emocional devido às pressões advindas do ambiente.

3. Ana

3.1. Quem acolhe Ana?

Aos nove anos de idade, Ana veio para o acolhimento institucional em função da desistência de guarda por parte de sua tia materna, a Sra. M., com quem residiu pelo período de oito meses. O motivo alegado por ela para proceder com a entrega de Ana ao Conselho Tutelar do município de origem foi a jornada de trabalho diária. Ana não teria nenhum lugar para ficar nesse período. Associado a esse fato, a Sra. M. alega que o comportamento da menina contribuiu para que ela viesse a proceder com a desistência da guarda.

Os pais biológicos de Ana residem no interior do Estado. A menina tem dois irmãos mais velhos, de 16 e 17 anos, que residem com a mãe, a Sra. A., considerada alcoolista. Em decorrência disso, ela cometeu uma série de negligências e abusos contra a menina desde

quando esta nasceu. Com poucos dias de vida, Ana foi entregue pela Sra. A. para ser cuidada pela família de seu companheiro, padrasto de Ana. Por alguns meses, esse núcleo familiar ficou responsável por prestar cuidados à criança. Em função de desentendimentos entre o núcleo e a Sra. A., a menina foi devolvida por eles para que sua mãe se responsabilizasse pelos cuidados com sua filha.

A impossibilidade de cuidar de Ana levou a Sra. A a entregá-la novamente aos cuidados de outras pessoas; dessa vez, aos padrinhos da garota. O desrespeito da Sra. A. gerou outros desentendimentos entre ela e os padrinhos de sua filha, fazendo com que a menina fosse novamente devolvida para receber os cuidados de sua mãe. Por fim, a última pessoa que lhe prestou cuidados foi a sua tia, a Sra. M., já mencionada anteriormente.

Quando Ana foi transferida do seu município de origem à instituição, ela questionava a equipe, por várias vezes, sobre quando sua tia iria buscá-la. Na medida em que sua tia diminuía a frequência das visitas, a garota deixava de fazer tais questionamentos. Ninguém, além dessa tia, realizava visita a ela. Somente a Sra. M, atualmente, faz visitas pontuais à menina, deixando claro seu posicionamento de estar indisponível para reaver a guarda dela.

A equipe técnica da instituição de acolhimento que acompanha o caso de Ana realizou, recentemente, uma visita aos familiares dela, no município em que residem, no interior do Estado. Nessa visita, constataram que a Sra. A. não aceita receber nenhuma forma de ajuda em relação ao uso abusivo de álcool. A visita domiciliar aconteceu na residência da Sra. A. que mora com seus outros dois filhos, irmãos de Ana. As condições de habitação e higiene da casa, segundo informações da equipe, são inadequadas para que a menina seja reintegrada. Ademais, a Sra. A. informou sua indisponibilidade momentânea em acolhê-la, alegando que as condições financeiras não permitem que Ana possa ser cuidada de modo adequado.

Outros familiares da garota foram consultados, no intuito de se verificar a possibilidade de algum deles poder acolhê-la como família extensa. A verificação ocorreu com uma das irmãs da Sra. A. e com os avós paternos, que também demonstraram indisponibilidade em acolhê-la em razão das questões financeiras se apresentarem como entrave. Desse modo, a equipe técnica se posiciona a favor da manutenção do acolhimento institucional de Ana, alegando a impossibilidade de a reintegração familiar ser efetivada junto aos membros familiares consultados.

O relatório de atendimento do Conselho Tutelar do município de origem de Ana recomendou que ela pudesse ser acompanhada por psicólogo e psiquiatra, devido aos efeitos causados da condição de negligência à qual fora submetida. Suspeita-se que Ana tenha um déficit cognitivo, fruto da desnutrição, causada pela negligência de cuidados. A equipe técnica percebe que a menina conseguiu adaptar-se à dinâmica do espaço institucional, contudo, na relação com os demais meninos e meninas da casa, é passiva diante das brigas que ocorrem; ela não revida as agressões, ao contrário, se autodeprecia, permitindo-se ser agredida pelos demais.

3.2. O desenho da família



Handwritten signature or initials in the bottom right corner.

No desenho da família de Ana, o nível gráfico demonstra pouca amplitude com pequenos segmentos, o que revela sua introversão ou pouca expansão vital. Em relação à força do traço, apresenta características fortes, o que pode indicar a variação entre audácia, violência ou impulsos fortes. Quanto ao tamanho das figuras, as mesmas são muito pequenas, e em especial, a projeção que faz de si mesma no desenho, muito menor que todas as outras figuras, o que pode indicar sinal de inferioridade, inibição, constrição e depressão. Já em relação ao ritmo empregado aos traços, não há indícios que apontem para rigidez ou estereotipia. Existe uma semelhança entre as figuras do pai e da mãe desenhadas por Ana, o que pode também indicar o modo como ela introjetou tais figuras. No que se refere à localização do desenho, situado na zona inferior, este revela instintos primordiais de Ana de conservação da vida, orientação para o mundo externo, que lhe gera certa insegurança. A predominância do desenho na zona esquerda aponta para suas vivências mais significativas localizadas num passado próximo, própria de pessoas retraídas e introvertidas. A simetria do desenho é harmônica e não há sinais de excesso. A qualidade da linha demonstra traço curto, expressando sinais de certa impulsividade, alternado com traços quebrados, o que denota algum grau de insegurança e ansiedade.

A análise de conteúdo do desenho apresenta tendências afetivas positivas, pois Ana parece conseguir conservar e valorizar o afeto que sente pela mãe, demonstrado por intermédio do simbolismo trazido por ela: corações com o nome da mãe gravado na parte de dentro. A menina projeta todos os componentes dessa família no mesmo plano, exceto ela. Ao responder o questionário sobre o desenho, Ana diz que se desenhou quando era “novinha”, “bebezinha” nessa família. Dentre as figuras desenhadas, a garota demonstra valorizar a figura da mãe a despeito dos demais familiares, desenhando-a com o maior físico, embora não seja a primeira figura a ser desenhada. No questionário realizado sobre as figuras desenhadas, Ana diz que a mãe e o irmão são os mais felizes da família por não baterem ou espancaram-na. Já em relação ao pai, a menina diz que ele é o melhor da família porque sorri para ela e, ao mesmo tempo, quando bate nela, torna-se o pior. Ela sente-se a menos feliz da família e atribui a isso o fato de a sua mãe preferir estar bebendo a cuidar dela.

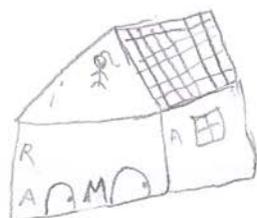
Devido a isso, ao projetar-se no desenho, Ana atribui a si mesma intensa desvalorização, ao colocar-se entre a família com tamanho menor, afastada do grupo, aparentando estar num plano diferente em relação aos demais. A menina tem dois irmãos, porém, no desenho, ela omite um deles. Esse fato pode indicar uma rivalidade, desvalorização ou ainda que esse irmão não tem nenhuma representatividade para ela.

Em relação aos laços e relações à distância, Ana projeta todas as figuras num certo afastamento e o casal, pai e mãe, foram projetados com um dos filhos entre eles, revelando que a menina percebe que há certo favoritismo dos pais em relação ao irmão desenhado. Na atribuição de papéis, a presença do primogênito parece exercer em Ana sentimentos de inferioridade.

O simbolismo expresso pela garota, através dos repetidos corações no desenho, pode significar a valorização que ela atribui ao afeto sentido pela tia que a acolheu em sua casa. Em relação ao uso das cores nas figuras desenhadas, observa-se que nos rostos das figuras do pai, da mãe e do irmão, Ana pintou-os de preto, o que pode transmitir a sensação de abandono, renúncia e introspecção. Simboliza também dor, luto e frustração. Os usos das cores nas figuras não são diversificados. Ela pinta o pai e a mãe com cores iguais nas pernas e diferentes nas roupas: vermelho para o pai e verde para a mãe. Isso pode demonstrar que, apesar do afeto que Ana sente pela sua mãe, apresenta sentimentos ambivalentes por ela e mais hostis pelo pai. Ao projetar-se na família, a menina se colore de amarelo, que é a cor que representa sentimentos intensos de agressividade e hostilidade contra si e contra os outros.

3.3. Os desenhos do HTP

□ A casa

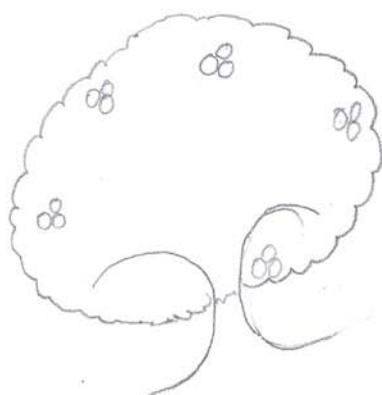


Desenho da casa de Ana



Nesse desenho, Ana projeta os aspectos de sua personalidade associado às relações familiares e sentimentos ligados ao atual ambiente. O desenho aponta para a preponderância dela em perceber-se ainda no passado e nele busca satisfação na fantasia. Demonstra também um sentimento de inferioridade e desajuste em relação ao meio; tais sentimentos levaram-na a desenvolver uma personalidade retraída e buscar proteção nas relações, em função desse meio também lhe causar sentimento de insegurança. Ana projeta uma casa com duas portas, e a representação de apenas um elemento projetado no desenho significa o relacionamento da pessoa, no caso Ana, tentar relacionar-se com a realidade exterior. No entanto, com duas portas, pode revelar que a pessoa está num lugar, mas pensando noutro. Na casa, a menina escreve o nome de sua mãe entre as duas portas. A única janela que ela desenha está fechada, como se estivesse gradeada, podendo indicar a necessidade de proteção contra o meio ambiente. O telhado da casa recebe um reforço, o que também contribui com a ideia anterior ligada à proteção do meio externo. Com o desenho, Ana demonstra o quanto ela atribui valor excessivo ao meio, e quando o meio reage de forma inesperada, ela se inferioriza cada vez mais. Todos esses aspectos reforçam o retraimento de sua personalidade, evidenciados pelos aspectos estruturais e formais que o desenho reflete.

□ A árvore



Desenho da criança Ana



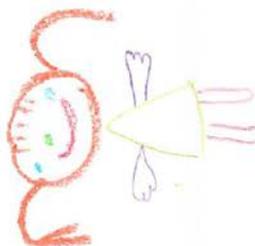
Quelques de mes dessins de mes

A árvore desenhada por Ana reforça alguns dos sentimentos já apontados no desenho anterior. Ela não sente apoio egóico do meio e isso reforça a projeção repetida do sentimento de insegurança em relação ao ambiente em que vive, afetando-a intensamente. Tal sentimento também é atribuído ao contato ativo com a nova realidade na qual ela está inserida. O passado dela parece ser vivido de forma mais intensa em suas fantasias, sentimentos próximos ao momento atual que também lhe suscitam incerteza e instabilidade emocional, em função da ausência de segurança nesse ambiente. Por outro lado, a insegurança de Ana a impulsiona a buscar afeto e realização nesse mesmo ambiente. Ela busca refugiar-se na fantasia como uma forma de defesa diante de uma realidade da qual demonstra não desejar estar.

A garota também desenha a árvore distante da linha de base da folha, sem raiz e solta. Essa forma de representar esse elemento pode remeter à falta de apoio e insegurança sentidos pela pessoa que o desenha. Os frutos da copa da árvore estão agrupados em cinco com três frutos cada. Pode-se perceber pela história de Ana que ela passou/viveu por cinco ambientes ao longo de sua vida: com a mãe biológica, a família do padrasto, os padrinhos, a Sra. M. e, por fim, a instituição.

□ A pessoa





A figura humana de Ana parece ser um autorretrato com características também relevantes sobre a percepção de si mesma. Dizemos isso em função das respostas obtidas no questionário, que apresentam características semelhantes a ela: idade, relações com os familiares, o sentimento em relação a si mesma. Apesar do retraimento, o desenho traz alguns indícios de como ela também concebe a vida com alegria e sentido benéfico. Nele, repetem-se os símbolos que indicam o seu sentimento de inferioridade e inadaptação ao ambiente, os quais parecem ser um ponto marcante ao interagir com esse meio. Ao mesmo tempo, Ana projeta a sua urgência em participar e relacionar-se com esse ambiente, esperando que ele corresponda ao afeto que ela deseja encontrar.

4. Vinícius

4.1. A história de resistência de Vinícius

Apesar da pouca idade de Vinícius, seus oito anos foram vividos de modo intenso, tanto para ele quanto para seus irmãos, em decorrência dos conflitos que envolviam a forma como sua família, ou seja, pai, mãe e avó materna, relacionavam-se. Essa vivência trouxe implicações tanto para Vinícius quanto para suas irmãs, cujo afastamento da convivência familiar foi o caminho mais viável que se pôde encontrar, buscando evitar que tanto ele quanto suas irmãs fossem expostos a uma situação de risco iminente. Se, por um lado, o afastamento da vida familiar trouxe algumas privações para ele e suas irmãs, privações essas ligadas à afetividade que poderia ser partilhada das figuras parentais para as crianças – por outro lado, o afastamento, nesse caso, pôde trazer-lhes alguma forma de proteção e resistência contra os abusos cometidos por essa mesma família. Vinícius e suas duas irmãs chegaram à instituição através de denúncia de pessoas anônimas ao Conselho Tutelar do município onde residiam, por prática de negligência da mãe.

O menino está acolhido nessa instituição há pouco mais de um ano. Com ele, vieram as suas duas irmãs – R., 13 anos, e L., 6 anos. Vinícius e R. têm os mesmos pais. Já L. é fruto de uma relação extraconjugal da mãe dele e R. com outro homem. A busca da paternidade do pai de L. está em processo investigativo, segundo informa a equipe técnica da instituição, responsável pelo acompanhamento dos três irmãos em medida protetiva. A Sra. R., mãe deles, trabalhava num circo da cidade e colocava-os também para trabalhar. Além de Vinícius e de suas duas irmãs, ela tem outros três filhos de outros relacionamentos, com 11, 13 e 14 anos. Os cuidados com os filhos eram negligenciados e ela os usava como meio de conseguir recursos financeiros. A sra. R. chegou a residir alguns anos com o pai de Vinícius e R., contudo, após as traições dela, a separação ocorreu de forma conflituosa.

Após a separação, o pai de Vinícius passou a pagar pensão para o sustento dos filhos com a Sra. R.; esta, por sua vez, julgava, à época, o recurso insuficiente. Além de colocar os filhos para trabalhar em situações de risco, a Sra. R. passou a medicar a sua filha R. afirmando que ela tinha problemas mentais. Não se sabe ao certo os meios utilizados por ela, mas, com isso, a Sra. R. conseguiu o Benefício de Prestação Continuada – BPC, alegando que a sua filha R. tinha problemas mentais. A avó materna das crianças, em recente visita à instituição onde o grupo de três irmãos está acolhido, demonstrou dúvida em acolhê-los em casa como família

extensa, ao saber que o benefício de R. está para ser cancelado. Ela questionou a equipe o porquê do cancelamento, deixando transparecer à equipe técnica que a guarda das crianças está condicionada ao recebimento de algum recurso financeiro. Estas foram algumas das situações identificadas pela equipe que a levou a concluir que os abusos e a negligência praticados pela família inviabilizam, neste primeiro instante, a possibilidade de retorno dos três irmãos para casa.

Com efeito, as possibilidades devem ser estendidas à família extensa, ou seja, a familiares paternos e maternos; e assim, essa perspectiva fora considerada e posta em curso. Em recente audiência, ocorrida no mês passado no município de origem da família, a juíza que acompanha o caso considerou o posicionamento da equipe em relação aos riscos oferecidos pela mãe quando passa a conviver com os seus seis filhos, e assim repassou a guarda dos três filhos que não estão em medida protetiva para a avó materna, impedindo a convivência no mesmo ambiente da Sra. R. com seus filhos. Já para os três irmãos que estão em medida protetiva, ou seja, Vinícius e suas duas irmãs, a juíza do caso determinou que pode ser feita uma tentativa de aproximação da convivência com a avó materna, supervisionada pela equipe, para que se avalie se existe entre eles um vínculo afetivo que viabilize a convivência familiar e a posterior guarda das crianças como família extensa.

Na terceira semana de novembro, a avó, juntamente com os outros três netos, irmãos de Vinícius, foram visitá-los na instituição. Sob o acompanhamento da equipe técnica, a percepção inicial que tiveram foi de que Vinícius e suas duas irmãs demonstraram mais afetividade e entusiasmo diante da presença dos irmãos, ficando a avó quase imperceptível na visita.

A Sra. R., desde então, não faz contatos com as crianças acolhidas, nem presencialmente, nem por telefone. Para a equipe técnica, a relação da Sra. R. com a sua mãe é permeada de brigas, discussões e conflitos, aparentando que entre elas não há nenhuma possibilidade de diálogo pacífico.

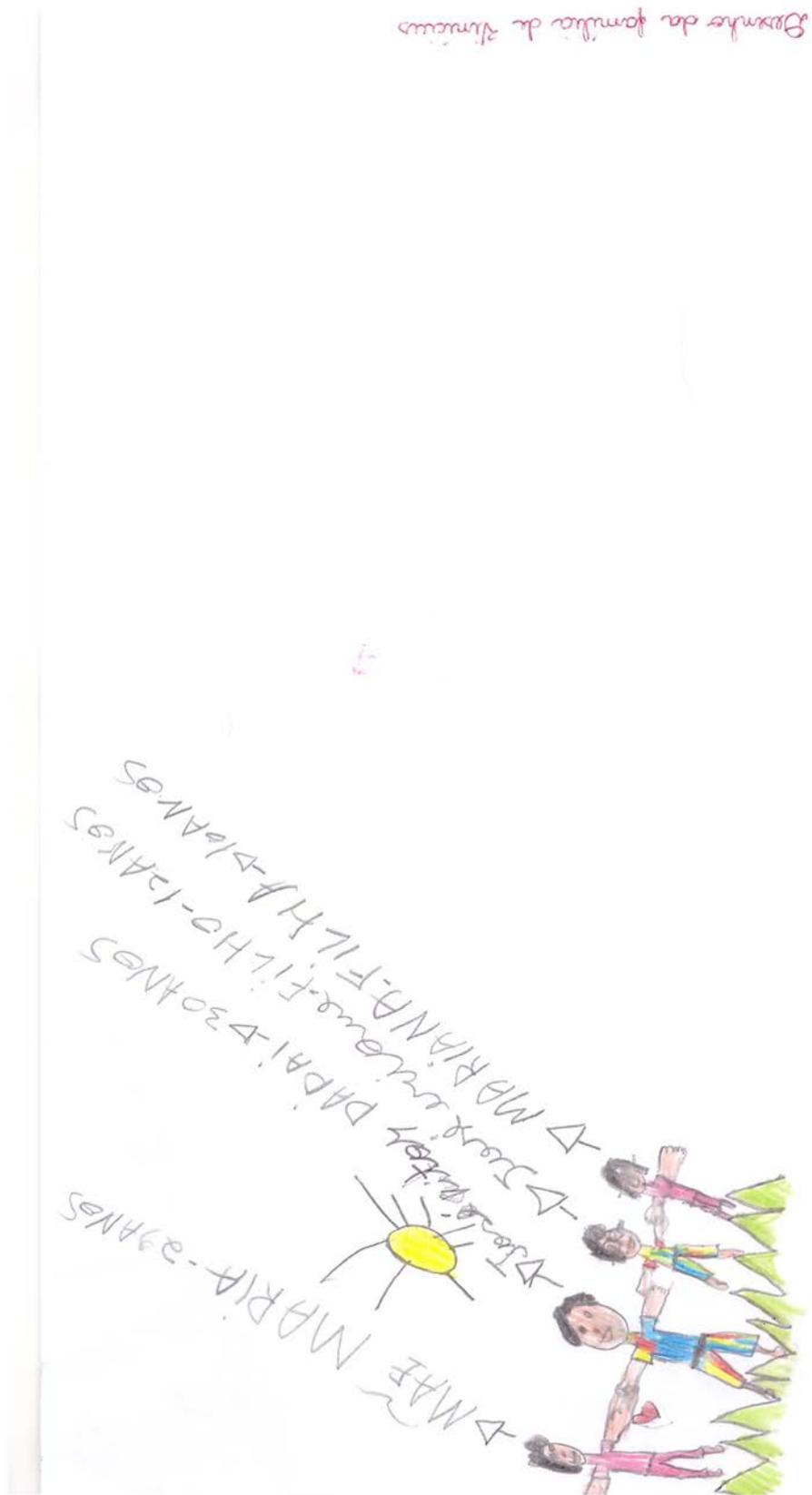
Em relação ao pai de Vinícius e de sua irmã R., após saber do acolhimento dos dois filhos, cancelou o envio da pensão que os mantinha financeiramente. Em 2015, ele realizou uma visita às crianças na instituição e havia se comprometido em realizá-las com frequência. Ele chegou a conversar com eles sobre acolhê-los em sua casa, uma vez que já constituiu outra família, com filhos e companheira. Contudo, até o presente momento, segundo relata a

equipe que acompanha esse caso, o pai de Vinícius e R. não comparece à instituição, tampouco faz contatos por telefone. Ele também não comparece às audiências de reintegração, nas quais seria necessária a presença de um dos pais das crianças acolhidas para conversar sobre a possibilidade de reintegrá-los à convivência familiar, inicialmente tentada ou com o pai ou com a mãe.

Embora Vinícius e suas duas irmãs tenham vivido essa intensidade de acontecimentos e mudanças em suas vidas, percebe-se o quanto ele conserva a esperança de retornar ao convívio da família, apesar da história familiar donde ele vem negligenciá-lo das mais distintas formas.

A história que envolve o acolhimento de Vinícius e de suas irmãs em medida protetiva deixa alguns indícios da trama familiar que foi constituída nesse contexto, no qual os filhos buscam conquistar um lugar na família e no desejo dos pais. Segundo a equipe técnica da instituição, Vinícius mantém-se firme na esperança de um dia ser reintegrado junto ao seu pai, figura que tem como uma referência afetiva significativa. Essa esperança cultivada por ele, de algum modo, faz com que ele resista às dificuldades impostas pelos conflitos familiares que dizem de sua própria história e permaneça apostando em seu desejo.

4.2. O desenho da família



Desenho da família de Alencar

Desenho da família de Alencar

O desenho da família de Vinícius, em relação ao nível gráfico, apresenta linhas curtas com pequenos segmentos, indicando introversão ou pouca expansão vital. O traço forte remete à audácia, violência, liberação instintiva, impulsos fortes. Quanto ao tamanho das figuras desenhadas por ele, algumas são pequenas, indicando sinais de inferioridade, inibição, constrição e depressão. Já em relação ao ritmo do traço, as figuras apresentam leve semelhança entre elas, mas não são estereotipadas ou rígidas, o que representa que ele as distingue. As figuras estão localizadas na zona inferior da página, o que significa que os instintos primordiais de conservação da vida, orientação para o concreto, insegurança, fixação à terra e ao inconsciente estão em curso, ativos; as figuras também estão localizadas na zona esquerda da página, que é a do passado, introversão, egoísmo, próprios dos retraídos e introversivos. A simetria do desenho é harmônica, não apresentando excesso de sinais, tampouco de falta. A qualidade da linha demonstra um traço curto, que é sinal de impulsividade; e reto, que é sinal de afirmação e humor agressivo. No desenho não há detalhes inadequados nem excessivos, mas sim ausência de detalhes, que é sinal de vazio e falta de energia. Há uma possível indicação de conflito no desenho de Vinícius, visto que ele projeta uma configuração de família na qual se exclui e exclui suas irmãs. Essa projeção pode indicar o quanto em sua representação psíquica ele e suas irmãs foram excluídos da dinâmica familiar.

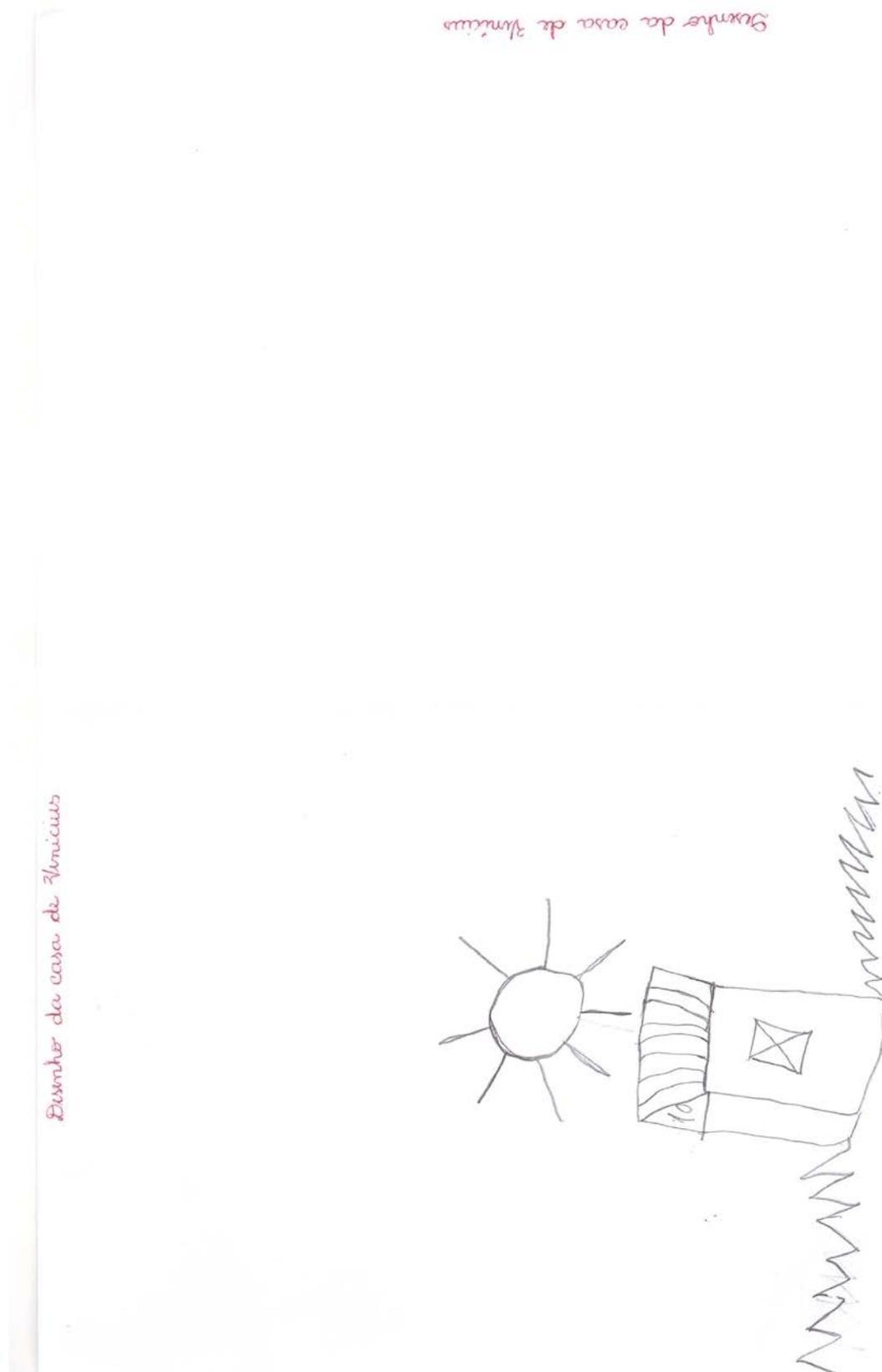
A análise de conteúdo demonstra que Vinícius projeta, no teste, sentimentos ambivalentes, pois, ao mesmo tempo em que expressou amor e admiração, demonstrou também hostilidade para com as figuras desenhadas. O menino desenha uma configuração familiar na qual ele e suas irmãs não estão presentes. O personagem mais valorizado é o pai, pois ao desenhá-lo primeiro e do lado esquerdo, colocou-o com o porte físico maior do que das demais figuras. Vinícius o desenhou com mais detalhes, colorido e alegre; valorizou-o com adjetivos que aludem à qualidade durante o questionário. Os personagens desvalorizados pelo garoto no desenho podem ser constatados através da configuração familiar trazida por ele, que omite tanto si mesmo quanto suas irmãs do grupo familiar.

Os laços e as relações à distância dizem respeito à posição que as figuras parentais ocupam para a criança. No desenho, os pais parecem estar separados dos filhos, como se houvesse uma divisão entre eles. Essa configuração pode apontar, na concepção de Vinícius, para uma certa preferência dos pais pelos filhos que foram projetados no desenho. Logo, o menino demonstrou uma reação depressiva diante dessa configuração e das relações entre os familiares, visto que, quando há essa reação, a agressividade frente a essa questão volta-se

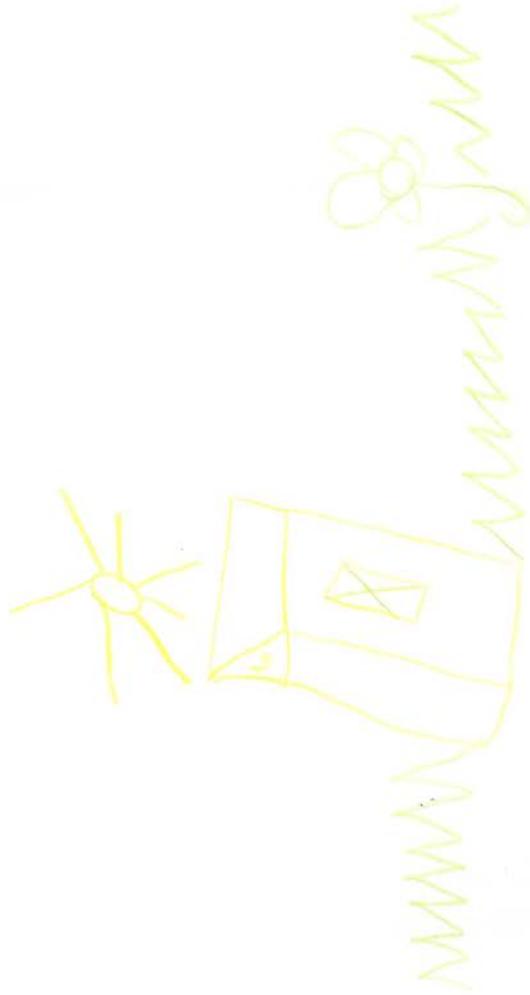
para o próprio sujeito, através da eliminação ou desvalorização de si mesmo. Quanto à situação edípica de Vinícius, ao não se incluir no desenho, ele nos apresenta um dado significativo para interpretação, visto que, ao não se incluir, pode representar a dificuldade que o mesmo apresenta em estabelecer relações edípicas dentro da configuração familiar. Quando associamos as projeções feitas por Vinícius a sua história familiar, observa-se o quanto ele pode sentir uma carência profunda de relações intrafamiliares, e, desse modo, a impossibilidade de se representar entre eles ganha relevo no desenho. O simbolismo trazido no desenho foi o coração, que é símbolo de afeto, amor e paixão – e o sol – que é sinal da presença da energia masculina, apontando para certa fantasia em relação à figura paterna. O uso de muitas cores no desenho indica excitabilidade, impulsividade, extroversão. Ele pintou de forma idêntica e de vermelho as figuras femininas do desenho; e as figuras masculinas foram coloridas de azul, vermelho e amarelo. Vermelho representa ardor, intensidade, vida, excitação e impulsividade. Nas figuras masculinas, não há um predomínio de uma cor sobre as outras. Porém, na figura do pai, o azul parece ser mais destacado, o que aponta para certa empatia com ele em relação aos demais.

4.3. Os desenhos do HTP

□ A casa



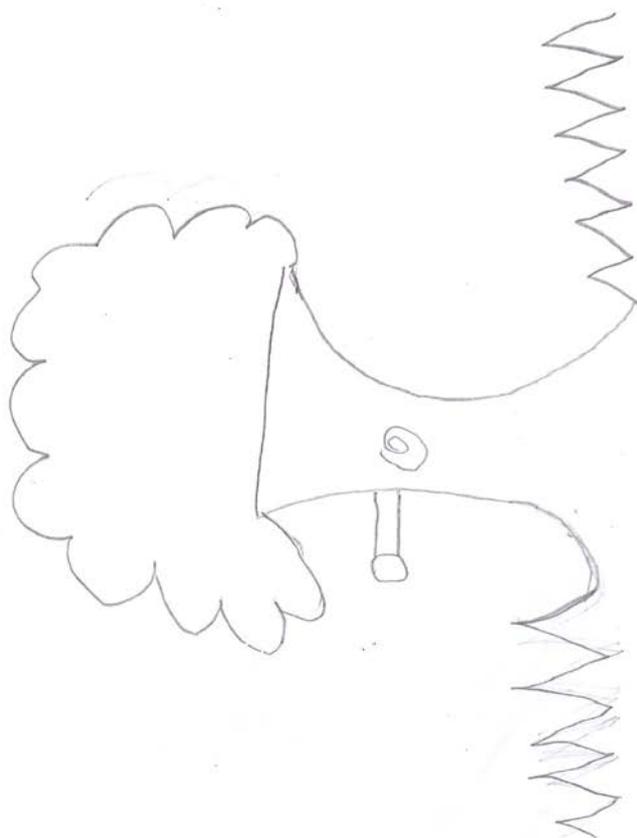
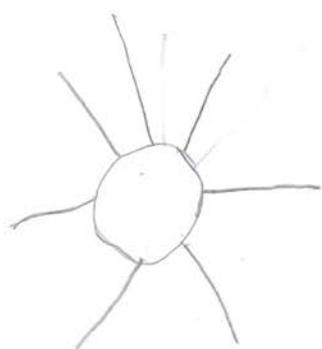
Exemplo da casa de Vinicius



Exemplo da casa de Vinicius

Vinícius projeta o desenho da casa do lado esquerdo da folha, o que pode significar o desejo de retornar ao seu passado, possivelmente vivido na presença de algumas de suas figuras parentais. Nele, havia ou há algum resquício de afetividade, a qual busca reviver no momento atual. Apesar da dificuldade em estabelecer contato com o meio ambiente e dos traços de introversão trazidos em alguns detalhes de seu desenho, o menino demonstra boa adaptação ao ambiente, visto que busca o equilíbrio entre passado e presente. A dificuldade em estabelecer o contato com o meio externo é demonstrada no desenho no momento em que ele desenha uma casa sem portas e com janelas trancadas. O teto reforçado sugere que Vinícius pode acionar algum mecanismo de defesa frente à ameaça de perda de controle ou invasão da fantasia. O garoto traz no desenho um acessório, uma flor de tamanho grande, colocada no jardim da casa, que sugere o desejo dele em conquistar algo. Essa conquista pode estar relacionada ao retorno da convivência familiar, sobretudo com a figura paterna, figura de grande valência para o menino, projetada simbolicamente por ele através do sol. Tal apreço pelo seu pai fora constantemente ressaltado por ele no questionário, bem como os significados que seu pai representa para ele: força, autoridade e figura que provê cuidados à família.

☐ A árvore



A árvore de Vinícius, a qual é uma representação simbólica dos sentimentos inconscientes em relação a si mesmo, demonstra que, no decurso do seu desenvolvimento, há algo de traumático que o marcou e ainda resiste, fazendo com que ele ressinta por tal acontecimento. Esse simbolismo é trazido por ele no desenho quando faz uma marca no caule da árvore. Possivelmente, essa vivência traumática lhe gera sentimento de inferioridade em relação aos outros, carência afetiva e certa dose de culpa. Mais uma vez, o menino projeta o simbolismo paterno no desenho, que se pode associar que sua busca por conquistar algo e suprir a carência afetiva expressa nos desenhos tenha ligação com a ausência da figura paterna.

□ A pessoa





Handwritten text, possibly a signature or date, located on the right edge of the page.

Nas duas fases do desenho, Vinícius projeta uma figura de sexo oposto ao seu. Contorna-a com abundância de detalhes na parte do cabelo, fazendo-o bem comprido também nas duas fases. Na primeira fase, ele faz muitas borraduras no corpo da figura, mas na segunda desenha com traços e contornos precisos. O detalhe reside na figura da segunda fase, desenhada com o sol bem acima da sua cabeça. Embora no Manual de Interpretação não registre esse símbolo presente na projeção da figura humana, ele suscita, quando associado ao desenho da árvore, associações ligadas à masculinidade. Assim, observa-se que, para Vinícius, a figura paterna é valorizada ao ponto de ele repetir o simbolismo em vários desenhos. O detalhe trazido nos cabelos associado às borraduras feitas no corpo podem apresentar certa ambivalência dele em relação a sua sexualidade, visto que as borraduras no corpo sugerem que há certo conflito nessa área. Nesse sentido, ele responde ao questionário que projeta “duas meninas” com idades entre 15 e 17 anos. O menino também aponta paradoxalmente que “ainda são pequenas” e que “precisam do pai”. Diante das perguntas recomendadas após o teste, solicitamos que ele identificasse quem gostaria de ser. O mesmo expressa dúvida e responde que não sabe quem gostaria de ser.

5. Olívia

5.1. Mãe e filha

Olívia tem 10 anos e está acolhida com suas outras três irmãs com 3, 6 e 11 anos. O motivo da aplicação da medida protetiva decorreu de uma denúncia recebida pelo Conselho Tutelar do município em que residiam, apontando para a negligência nos cuidados com as crianças por parte da mãe. A ausência de cuidados que caracterizou a condição de negligência estava ligada aos cuidados com higiene, tanto no ambiente familiar quanto nos cuidados básicos com as crianças.

Na visita realizada pela equipe do Conselho Tutelar para verificar a denúncia de negligência, fora constatado que, na casa da Sra. R., não havia o mínimo de higiene no ambiente que favorecesse as condições básicas de cuidados com as crianças. Foram identificadas fezes humanas na geladeira como também em panelas nas quais se faziam as comidas para consumo da família. Também não havia separação entre os cômodos e os objetos da casa, ficando espalhado por todos os lugares. Esses registros estão documentados em fotos tiradas na residência da Sra. R. e repassadas para a equipe da instituição de acolhimento. A ausência de cuidados com as crianças era visível, segundo relatos da equipe,

na aparência física das meninas: eram aparentemente descuidadas, andavam com roupas sujas, cabelos despenteados, sem o mínimo de asseio.

A mãe das quatro meninas é uma mulher jovem, de 24 anos, que também teve passagem por acolhimento institucional. A equipe que acompanha as filhas da Sra. R. na instituição não obteve acesso a maiores detalhes sobre essa informação. Existe uma outra informação de que a Sra. R. tem algum tipo de transtorno mental, caracterizado por episódios de alucinação visual e auditiva; contudo, ainda não se tem um diagnóstico médico em relação a essa questão. A Sra. R. casou com o pai das meninas, o Sr. N., e juntos tiveram as quatro filhas. Ele trabalhava pilotando uma moto, fazendo entrega de encomendas. Certo dia, sofreu um grave acidente com a moto e precisou amputar a perna. Impossibilitado de trabalhar na mesma função, não conseguiu recolocação no mercado de trabalho, passando mais tempo em casa. Após o acidente, para se locomover, ele passou a utilizar cadeira de rodas. No entanto, ele não teve uma boa adaptação à cadeira e passou a se locomover dentro de casa sem o auxílio da mesma, arrastando-se pelo chão. A inconformidade do Sr. N. com a sua nova condição após o acidente aproxima-o do hábito de ingerir bebidas alcoólicas quase que diariamente.

Alguns familiares do Sr. N. também residem nas proximidades de sua residência, dentre eles uma de suas primas, proprietária de um bar, o qual ele passou a frequentar assiduamente. A família do Sr. N. não demonstra apreço pela relação que ele constituiu com a Sra. R. A frequência com que ele começou a fazer ingestão de bebidas alcoólicas trouxe conflitos para o casal. O Sr. N. passou a agredir fisicamente a Sra. R., resultando, posteriormente, na separação do casal. Olívia começa a trabalhar no mesmo bar da prima de seu pai, ajudando-a nas tarefas braçais. A relação da Sra. R. com as filhas, segundo a equipe, sempre foi percebida como uma relação afetuosa. Olívia, em meio às brigas dos pais, teve um episódio de convulsão e passou a tomar um remédio para evitar as crises. A Sra. R. chegou a dizer que Olívia era igualzinha a ela, uma “doentinha”.

Esses fatos ocorreram quando as quatro irmãs ainda residiam com a mãe e o pai. Após a denúncia de negligência dos cuidados com as crianças, estas foram encaminhadas para a medida protetiva em instituição. Antes da efetivação do acolhimento, foi buscada junto aos familiares a possibilidade de acolher as irmãs, evitando o afastamento da convivência comunitária e familiar. Entretanto, nenhum deles demonstrou disponibilidade em acolher as quatro meninas juntas.

Os primeiros meses de acolhimento foram de adaptação das quatro irmãs à nova realidade. Segundo a equipe técnica, a Sra. R. realizava as visitas com certa regularidade, contribuindo para viabilizar a possibilidade de reintegração de forma breve. Nas audiências que ocorreram para acompanhar o processo de reintegração das crianças, a equipe técnica sempre destacava que o vínculo existente entre a Sra. R. e as crianças constituía um dos motivos relevantes para que fosse posta em curso a reintegração familiar. No entanto, outros motivos precisam estar associados àquele, objetivando criar as condições minimamente adequadas e que favoreçam o retorno das crianças. Tais motivos envolvem a reorganização das condições da casa para receber as crianças, matriculá-las no colégio e levá-las às aulas, fazer um tratamento de saúde mental, dentre outros.

Nesse sentido, foi acordado com a Sra. R. que ela buscasse apoio nos serviços públicos do município em que reside e, para tanto, foi orientada a buscar apoio no CAPS- Centro de Atenção Psicossocial – do seu município, para receber acompanhamento e tratamento do seu suposto transtorno mental. Outro serviço identificado foi o CRAS- Centro de Referência da Assistência Social – que, através dos programas existentes nesse equipamento, pode auxiliá-la nas condições de cuidados com as crianças.

Por fim, a opinião da equipe em relação a esse caso diz respeito ao contexto no qual a família está inserida, também negligenciada pelos serviços públicos de atenção básica, que, por intermédio de intervenções junto à família, poderiam ter evitado o agravamento da situação da família e o acolhimento das crianças.

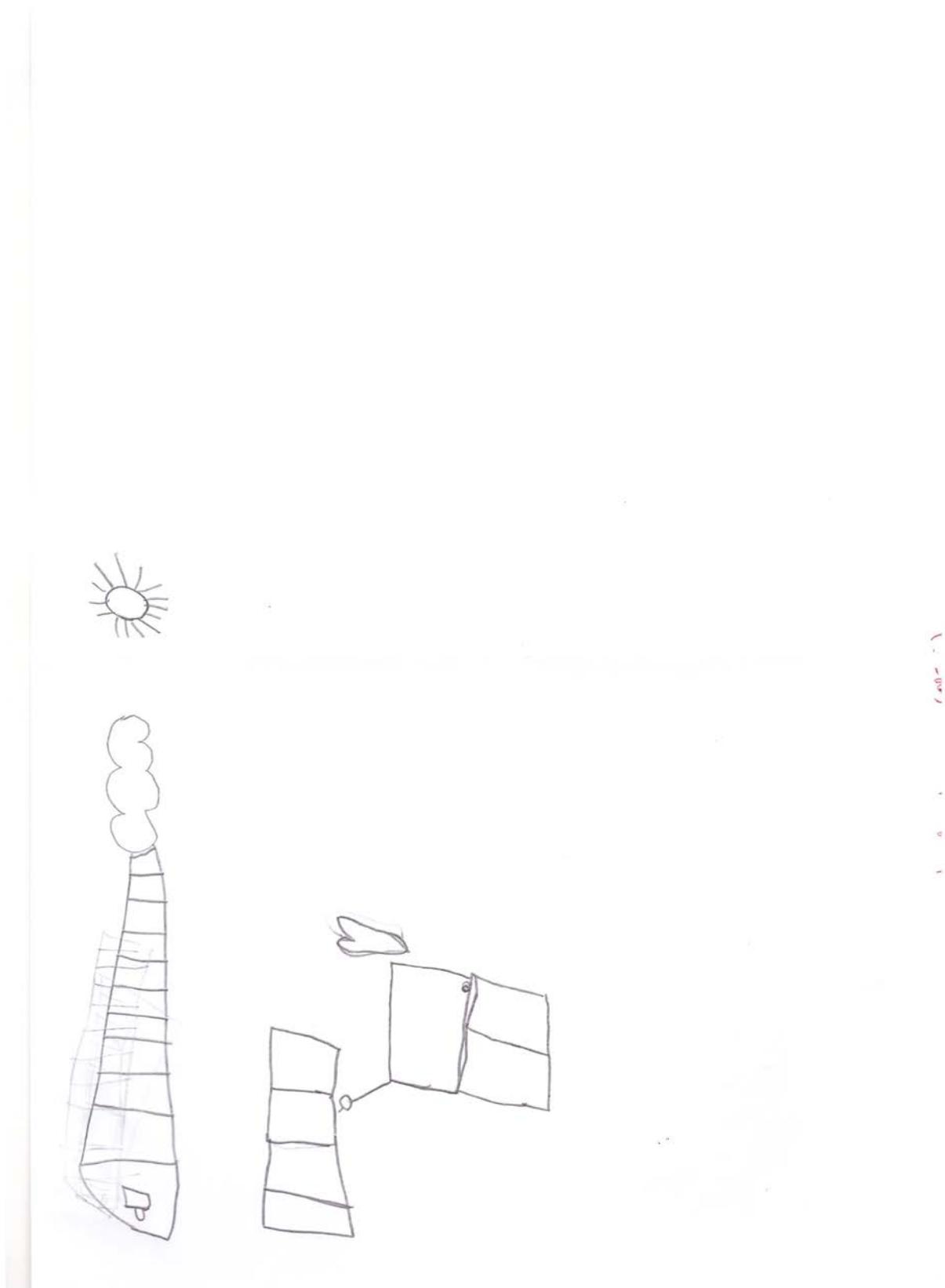
Recentemente, houve uma audiência concentrada na instituição que acolheu as meninas, com vistas a discutir e acompanhar o progresso da reintegração familiar em curso. Por estar sendo assistida pelos serviços públicos básicos de seu município e, a partir disso, por haver uma melhora significativa na sua condição de vida e organização do ambiente familiar, a reintegração das crianças será efetivada em breve. Ao saber que retornaria para casa, Olívia disse prometer cuidar da mãe, das irmãs e ser uma boa filha, para que a separação não ocorresse mais, por tanto tempo. Durante o período de acolhimento, Olívia sempre se portava frente às irmãs como responsável por elas, fazendo o papel de mãe ao cuidar das irmãs e de filha, recebendo os cuidados que necessitou nesse período de transição.

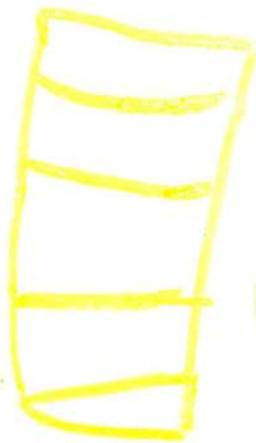
O desenho de Olívia apresenta gesto amplo, indicando que ela possui expressão vital, extroversão ou tendência a ela. O traço forte revela sua audácia e liberação instintiva como atitudes que possivelmente adota diante do ambiente. Por terem certa repetição em alguns aspectos do traço, aponta certa estereotipia em seu comportamento. As figuras foram projetadas em tamanho grande, o que pode significar uma expansão de sua agressividade. O desenho tem predomínio na zona superior da folha, que indica expansão imaginativa, espiritualidade, objetivos elevados, próprios dos sonhadores e idealistas. Predomina como área desenhada a zona esquerda da folha, que representa o desejo de volta para o passado, próprio dos retraídos e introversivos. O desenho não apresenta simetria, porém demonstra certa harmonia entre as figuras desenhadas.

A análise de conteúdo revela que as tendências afetivas podem ser consideradas como contendo aspectos ambivalentes, pois ela demonstra hostilidade em relação à figura da mãe e à da irmã mais nova, ambas omitidas por Olívia. A configuração familiar projetada por Olívia exclui sua mãe enquanto componente dessa dinâmica, formando uma família formada apenas por filhos. Demonstra valorizar as personagens que desenhou: ela própria e suas duas irmãs mais velhas, todas desenhadas e pintadas de forma cuidadosa. A desvalorização das personagens fica evidente quando ela omite sua irmã mais nova e a sua mãe. Os laços e as relações à distância com sua família são representados pela disposição das figuras desenhadas. Nesse sentido, a menina se projeta no desenho estando mais próxima da sua irmã mais velha e muito distante da irmã do meio. Ela ainda se desenha acima das irmãs, o que pode indicar desejo de poder, dominação e autoridade sobre as que estão abaixo dela, numa suposta relação de submissão e dependência. Curioso observar que, entre suas irmãs, foi desenhado um coração, possivelmente indicando uma relação mais harmônica entre elas, se comparada à relação que ela constitui com as suas irmãs. Em relação à rivalidade fraterna, ou seja, a rivalidade entre as irmãs, Olívia demonstra uma reação agressiva em relação à irmã mais nova, a qual ela não inclui no desenho. Nas situações edípicas, elimina a mãe possivelmente como forma de desvalorizá-la. O desenho dela apresenta alguns simbolismos como: chuva com gotas grossas, o que aponta para sinais de ansiedade e conflito; coração, que indica amor, paixão; figuras geométricas, que apontam para deterioração na família, conflitos, violência; sol do lado direito, que representa o pai, a energia masculina. Já em relação à utilização das cores, faz uso em quantidade e variações, em especial, o roxo com muita força, o que indica intranquilidade, labilidade e perturbação afetiva.

5.3. Os desenhos do HTP

□ A casa





x o x x x

O desenho de Olívia apresenta traços bem peculiares, possivelmente ligados à sua história de vida. Ela desenha uma casa toda fragmentada: telhado, paredes e portas sem apresentar nenhuma conexão. Todos esses elementos foram projetados do lado esquerdo da folha, apontando possivelmente para uma associação às suas fantasias do passado. O telhado da casa parece se estender além das paredes. Esse detalhe aparece em pessoas que estão imersas na fantasia e que buscam isolar-se dos contatos humanos. Olívia desenha a porta da casa no telhado e esse detalhe pode significar a dificuldade de contato direto com o meio externo. Outros detalhes postos no desenho, como árvore, sol e nuvens, simbolizam, respectivamente, a necessidade de erguer uma barreira defensiva no contato com os outros, necessidade de afeto e sentimentos de ansiedade devido às pressões do ambiente. A menina também demonstra que, ao buscar refúgio em suas fantasias, isola-se do ambiente em que está, uma vez que também pode encontrar dificuldade em estabelecer esses contatos.

□ A árvore



1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100

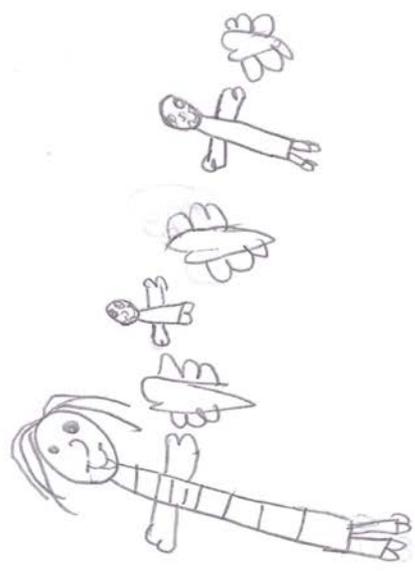


Handwritten text, possibly a signature or date, located on the right edge of the page.

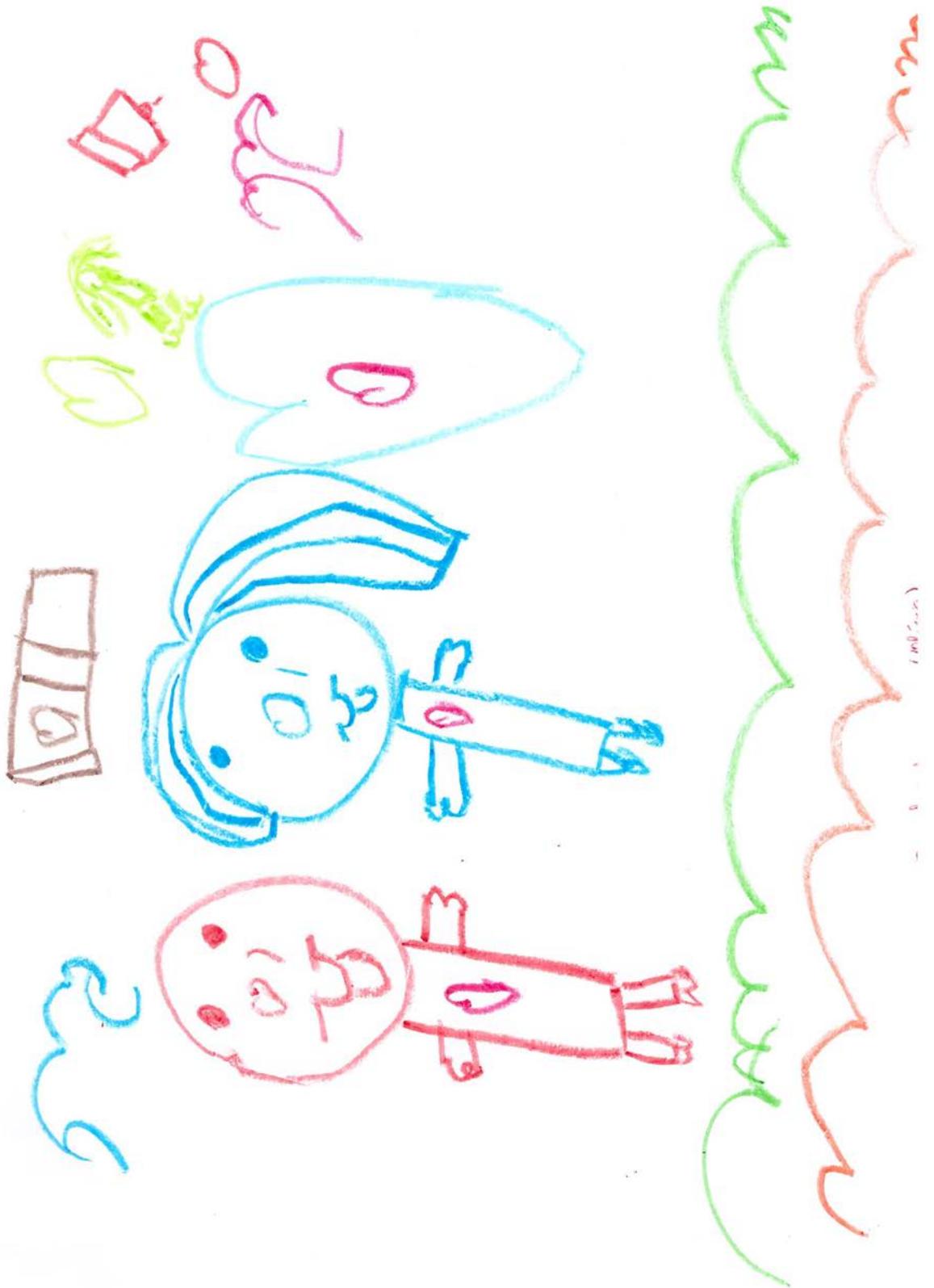
A árvore projetada por Olívia descreve alguns aspectos da sua dinâmica vivencial em relação ao seu ambiente, sobretudo seus sentimentos inconscientes em relação a si mesma, a partir dessa vivência. A árvore projetada apresenta uma inclinação para a direita, tronco solto e longe da linha de terra. Essas características podem apontar para indícios de ansiedade e certa desorientação e insegurança. Outra característica do tronco é ele ser alongado em relação à copa. A árvore dela não contém nenhum fruto. O alongamento do tronco projetado por Olívia pode estar associado a alguma forma de imaturidade ou ainda de reagir com agressividade, seja na realidade ou na fantasia. Ao responder o questionário, a menina atribui à árvore uma idade aquém da sua. O que comumente se espera quando se atribui idade à árvore é que a idade seja compatível com a de quem desenha. No entanto, como dissemos, ao atribuir uma idade inferior à sua, possivelmente ela está demonstrando alguma forma de regressão à idade indicada ou ainda pode-se investigar melhor se houve alguma vivência traumática nesse período de sua vida.

□ A pessoa

Handwritten scribbles or marks.



Vertical text on the right edge of the page, possibly a page number or identifier.



Olívia demonstra, nesse desenho, algumas características cuja interpretação remete também a alguns aspectos já apontados nos desenhos anteriores. Esses aspectos evidenciam certa infantilidade das figuras desenhadas, incompatíveis com sua idade cronológica. Ela desenha três figuras humanas, todas separadas por um coração com asas; segundo a garota, é uma mulher e duas meninas. A primeira figura possui um tamanho significativamente maior que as outras, indicando a maior importância que essa figura tem em relação às demais. É a mais elaborada de todas, e Olívia atribui a ela uma idade bem além da sua. Supostamente, essa figura parece representar a sua mãe e, frente a ela, as meninas parecem sentir-se menos valorizadas. Tais características ressaltadas no desenho parecem representar a vivência dela em um ambiente familiar conflituoso e ambivalente. Esses conflitos, causados pela figura materna, reforçam a fuga da menina para o mundo de suas fantasias, dúvidas e conflitos que o comportamento de sua mãe representa para ela.

6. Discussão

Os fragmentos das histórias de vida das cinco crianças escolhidas para participar deste estudo, que se referem a situações vividas em seus respectivos ambientes familiares, ocorridas em diferentes contextos, nos trazem possibilidades de pensar a forma como o ambiente familiar acolheu cada uma delas. Na medida em que associamos as histórias às análises dos desenhos, podemos construir uma breve caracterização do ambiente em que estiveram inseridas antes de serem acolhidas na instituição.

Quando falamos no ambiente em que a criança viveu, estamos nos referindo especificamente à vida familiar e como a figura materna – que se torna responsável pelo desenvolvimento emocional da criança através dos cuidados necessários – esteve disponível e adaptou-se para prestar tais cuidados. A convivência próxima, sensível e interessada partilhada junto ao bebê, oferecida pela figura materna, sobretudo nos seus primeiros meses de vida, fornece a ele, no decorrer do seu desenvolvimento, características emocionais significativas.

Para Winnicott (1957/1997), algumas dessas características significativas da vida familiar são transmitidas pelos pais, que são os responsáveis pela criação do ambiente para a criança, e ao mesmo tempo o representam. Cada família experimenta o seu próprio crescimento, evolução e mudanças que advêm de contingências tanto externas quanto

internas. Esse mesmo autor coloca que a família pode ocupar a função de proteger a criança de tais tribulações, apresentando-lhe o mundo e as próprias contingências de forma gradual, para que dessa maneira o contato com as adversidades possa levá-la a uma melhor apreensão das outras realidades que a circundam.

Além de experimentarem mudanças e sentimentos que são próprios a cada grupo familiar, estes, por sua vez, também têm sentimentos e atitudes que são singulares para cada um dos filhos que compõem a dinâmica da família; disso depende do relacionamento dos pais no momento da concepção da criança, e de como eles se dispuseram para acolher a criança que chegará. Em vista disso, os filhos se constituem em crianças individuais, cujas diferenças são marcadas pelo contexto emocional da fantasia de seus pais.

Desse modo, ao mesmo tempo em que os pais também podem se constituir como um fator que integra o ambiente, eles, por vezes, podem ainda representar o inverso para a vida familiar e, por conseguinte, para a criança. De tal modo, a desintegração da vida familiar pode ter sua origem em meio às dificuldades vivenciadas pelo casal. Tais dificuldades refletem na dinâmica emocional e estrutural da família e podem estar relacionadas a problemas financeiros, dificuldades na relação do casal, enfrentamento de enfermidades, etc.

Em meio a tais dificuldades, as crianças vão requerer dos seus pais algo que possa ser reconstruído ou possa ser recuperado frente à instabilidade provocada pelas dificuldades na dinâmica familiar. Segundo Winnicott (1957/1997, p. 64), “as crianças requerem dos pais algo além do amor [...] requerem algo que continue vivo mesmo quando os filhos são odiados, ou fazem por sê-lo”. Como dissemos, a construção do sentido de segurança que fornece estabilidade emocional para a criança ocorre de forma sutil e na relação com a figura materna; e isso implica troca, gestos, reconhecimento e olhares com as pessoas que se oferecem para cuidar dela e, com efeito, podem construir junto à criança um ambiente onde a confiança está na base da relação.

Quando um conflito irrompe na dinâmica familiar, a estrutura e a configuração da família podem vir a ser modificadas como consequência do conflito ocorrido. Em virtude disso, a criança pode ter a sensação de estar perdendo gradativamente algo que se constituiu, junto a esse ambiente, fazendo com que a sensação cresça na mesma proporção que enfrenta as mudanças. Em função da relação de cumplicidade constituída junto à figura materna que forma esse “dois primordial” (mãe-bebê e mãe-criança), a mudança na dinâmica familiar, ou

seja, o afastamento da criança de sua casa, provoca nela, inicialmente, um estado de angústia cuja espera pelo retorno pode ser gradual quando, em alguns casos, o acolhimento que seria temporário torna-se permanente, em função da desintegração ocorrida na família.

A observação dos desenhos nos apresentaram algumas características relevantes do ambiente familiar da criança. As análises dos aspectos contidos nas projeções podem revelar ainda alguns sentimentos e conflitos da criança em relação à família, em especial os que envolvem a relação com a figura materna. Considera-se também a possibilidade de as crianças poderem expressar o ambiente familiar em que se subjetivou, quando nos detemos a análise dos desenhos associados às histórias das crianças.

Nessa perspectiva, os desenhos apresentam aspectos relevantes se observarmos a expressão subjetiva que a criança projeta em relação a si mesma, à família e aos conflitos que se produzem a partir dessa relação. Assim, quando solicitamos à criança que desenhe “uma família”, não especificamos para ela que desenhe a sua família. Logo, observamos que as características que surgem nos desenhos se repetem, quando passamos a compará-los, embora eles tenham sido construídos individualmente por cada criança.

Quando solicitamos à criança o desenho da família, percebemos, a princípio, que todas elas projetaram pessoas que poderiam fazer parte do ambiente familiar de qualquer família: mãe, pai, irmãos, padrastos, tios, avós e primos estão entre as figuras que foram projetadas alternadamente na cena familiar de cada criança; é aí que reside o que se torna característico, visto que cada criança pode ter projetado a família de acordo com seus desejos, ou seja, a composição familiar desejada por ela como sua família.

Percebe-se ainda que o afastamento das figuras familiares pode ter mobilizado, nessas crianças, o desejo de serem compensadas pela falta dessa convivência, e, assim, buscam encontrar uma forma de minimizar o sofrimento que essa privação lhes causou. Observa-se ainda que, em cada desenho sobre a família, os detalhes mais destacados por elas evidenciam a harmonia familiar, a harmonia desejada pela criança a despeito da existência de desarmonia existente em suas respectivas famílias. Os simbolismos, além de fazerem menção à referida harmonia, parecem demonstrar também por quais figuras familiares o vínculo constituído por ela ainda resiste.

Nos desenhos, a figura estimada recebe mais atenção da criança, através dos contornos e adornos, e é também a figura mais qualificada e reconhecida por ela nas respostas do

questionário. Na maioria dos desenhos, a criança direciona esse apreço para a figura materna, que também recebe símbolos cujos significados remetem à raiva, ao desprezo e até mesmo ao sentimento de ódio. A ambivalência de sentimentos da criança em relação à figura materna também pode ser atribuída devido ao afastamento da convivência junto à família, que potencializa tais sentimentos, apesar desse sentimento ambivalente estar presente nesta relação.

Após ser acolhida, a ambivalência de sentimentos em relação à figura materna pode ser potencializada, dada a condição da criança, que pode atribuir a responsabilidade pelo afastamento a essa figura. Nesses casos, o cuidado do ambiente em forma de intervenção é ocupar-se da criança no sentido apontado por Bowlby (1997), para que nenhum dos dois impulsos – amor e ódio – se torne demasiado intenso para a criança. Caso a criança tenha na figura materna uma pessoa carinhosa e que ainda se interesse por ela, essa condição pode ser transformada. Caso contrário, quando essa condição não pode ser oferecida à criança pela figura materna, segundo o autor, seus anseios libidinais serão muito elevados e a criança procurará de forma constante por amor e afeição e não encontrará. Assim, passará a odiar a figura materna por esta não conseguir – ou parecer não conseguir – lhe dar o afeto que ela tanto deseja (Bowlby, 1997).

A condição de estar distante do ambiente familiar pode fazer com que a criança queira reviver sensações físicas e psicológicas satisfatórias, já experimentadas na sua relação com a figura materna. É nesse sentido que alguns dos desenhos contêm as composições familiares em acordo com a fantasia da criança, sejam eles representados por uma formação familiar desejada ou ainda quando a criança, pelo seu desejo de pertencimento, se inclui na família que o exclui, ao perceber que naquele contexto o lugar de filho não lhe foi oferecido.

Essa forma de cuidado que as crianças procuram, em algum momento, será direcionada à instituição, ou seja, as pessoas que passarão a cuidar delas serão alvo de suas investidas para reviver fases anteriores do seu desenvolvimento que foram mais satisfatórias. Essas investidas da criança podem também ser permeadas de agressividade e ódio, uma vez que toda a angústia causada pela condição de afastamento de sua família está em xeque. A criança “ataca” a instituição, impulsionada por seus anseios libidinais, buscando encontrar alguém que cuide dela; caso a criança não encontre pessoas com a disponibilidade de supri-la, a privação sentida por ela a impulsionará a sentir cada vez mais ódio e atacar as pessoas na tentativa de, um dia, encontrar alguém que a satisfaça.

Quando a instituição não revida com a mesma agressividade com que foi atacada, mas demonstra à criança que resiste aos seus ataques, esta pode compreender que algo pode ser estabelecido entre ela e a instituição, não sem as dificuldades que são inerentes a uma relação, mas, com isso, a criança passa a perceber que a instituição tanto sobrevive aos seus ataques como permite que ela os expresse.

Outra característica observada nos desenhos se refere ao fato de que algumas das crianças se depreciam frente às suas famílias. A esse ponto, devemos nos dedicar com especial atenção, porque os fatores que levam a criança a depreciar-se podem estar relacionados ao acolhimento dado pelo ambiente no decorrer do seu desenvolvimento. A privação das condições suficientemente boas propiciadas no começo pelo ambiente na relação mãe-bebê traz consequências para o desenvolvimento emocional da criança, dentre elas o sentimento de confiança que não se edifica, fazendo com que ela não desenvolva a capacidade de amar as pessoas. Para Winnicott (1950/2002):

[...] é muito mais comum do que se pensa ocorrer uma cisão da personalidade. Na forma mais simples de cisão, a criança apresenta uma vitrine, ou uma metade voltada para fora, construída com base em submissão e complacência, ao passo que a parte principal do eu, contendo toda a espontaneidade, é mantida em segredo e permanentemente envolvida em relações ocultas com objetos de fantasia idealizados. (Winnicott, 1950/2002, p. 199)

É nesse sentido que essa característica merece atenção especial, visto que ela pode revelar nuances da história da relação mãe-bebê; essa indicação pode vir a possibilitar à instituição realizar um trabalho interventivo junto à criança que viveu essa condição. Além disso, outras características são possíveis de serem observadas nos desenhos, as quais denotam algum sofrimento vivido pela criança na relação com a família.

A figura da árvore parece refletir os sentimentos inconscientes sobre si mesmo e também expressa o posicionamento da criança referente às relações com o ambiente (Buck, 2003). Assim, podemos pontuar que as projeções das crianças revelaram, de um modo geral, o quanto são inseguras e lhes falta confiança na relação com o ambiente, e neste sentem uma grande tensão nas relações. Com efeito, houve, em algumas crianças, acentuação da agressividade e hostilidade dirigidas ao ambiente. É importante destacar que esses sentimentos apresentados por elas podem se referir tanto ao ambiente familiar quanto ao ambiente institucional.

Algumas das crianças parecem demonstrar de forma mais explícita a dificuldade que sentem para adaptar-se ao ambiente institucional após o afastamento da família, como é o caso de Júlia. Nesse desenho, podemos observar que alguns dos elementos contidos nas duas fases do desenho, como idade e características físicas da pessoa projetada, assemelham-se a ela. A primeira pessoa desenhada também tem características aproximadas com a projeção que ela fez de si mesma no desenho da família, com uma aparência cuidada e com expressões voltadas para satisfação ou felicidade. Na segunda fase, Júlia teve a sua disposição a possibilidade de colorir o desenho e não o fez. Utilizou apenas duas cores, o preto e o amarelo, que são cores que remetem à vivência de emoções turbulentas, a pressões advindas do ambiente e a sentimentos de grande tensão interna.

Nesse sentido, podemos fazer uma inferência em relação às duas fases do desenho, visto que, para obtê-los, fizemos também porque os contatos presenciais com as crianças facilitaram nossas observações. Nesses contatos, percebeu-se que Júlia aparentava certo descuido, especialmente com o cabelo, que raras vezes estava penteado. Logo, parece que na fase cromática ela fez uma projeção de si mesma e de como concebe as condições ambientais. É importante considerar, diante dessa pontuação, que Júlia reside nesse acolhimento há aproximadamente oito meses, portanto tempo considerável para que ela possa expressar suas opiniões e sentimentos a partir de suas vivências.

Para Bowlby (1976), trata-se de um equívoco acreditar que uma criança pode esquecer o seu ambiente primário ou, ainda, quando esse ambiente foi pouco acolhedor, favorecer esquecê-lo mais facilmente. Segundo Bowlby (1976, p.135), cada “criança carrega consigo o carimbo de cada lugar por onde já passou”. Sendo assim, o afastamento do ambiente familiar pode potencializar os conflitos que a criança já vivenciava naquele ambiente, apesar dessa ruptura também trazer para a criança um sofrimento considerável. Ainda segundo esse autor, o trabalho com crianças torna-se difícil por ser complicado fazê-las entender o porquê de estarem sendo retiradas de sua casa. Com efeito, a criança se ressentida e certamente não estará disponível para aceitar o acolhimento institucional, tampouco desejosa por aceitá-lo.

Winnicott (1950/2002) afirma que, ao se oferecer à criança um ambiente suficientemente bom e observar o uso que ela pode fazer dele, trata-se de um simples reajustamento ambiental cujo benefício em favor da criança pode ser momentâneo, na medida em que a criança passa a fazer uso do bom ambiente oferecido, se enfurece com as privações passadas.

Os dois autores ainda colocam a importância de ser oportunizado à criança um espaço para que ela sinta e encontre formas de expressar o sofrimento que decorre da separação e do sentimento de privação de cuidados. Bowlby pontua que, quando a ela é oportunizada essa condição, sua reação chega à consciência e, a partir disso, a criança pode vir a elaborar os sentimentos que a afligem. Caso isso não ocorra, ele alega que a criança estará sujeita a danos incalculáveis para sua saúde mental.

Dentre outras formas de intervenção que a criança nessa condição requer, destacamos o acento dado por Winnicott à necessidade de se ter pessoas disponíveis e interessadas em cuidar da criança; essas pessoas precisam ser capazes de se perceberem nessa relação com a criança e o quanto será demandado para cuidar dela, em função dos efeitos da privação.

O desenho da casa contém as expressões da criança cujas associações produzidas são ligadas à vida em família e às relações que decorrem dessa convivência. É importante considerar, para essa análise, o fato dessas crianças terem vivenciado rupturas no ambiente familiar, mudanças de ambiente e situações de violência que abrangem a negligência e o abandono no convívio com a família. Quando a criança vivencia situações difíceis, as formas de expressá-las nos desenhos são representadas tanto pelo uso das cores quanto pela presença de outros simbolismos, os quais apontam para determinados tipos de conflitos intrafamiliares na percepção da criança.

Embora situações como essas possam ter como consequência a dificuldade na relação intrafamiliar, sobretudo quando a violência ou alguma forma de negligência passa a ser praticada contra a criança, ainda assim, houve por parte de todas as crianças o desejo expresso de retornar para o convívio no ambiente que lhe causou algum sofrimento. Esse ponto em comum nos desenhos também nos revela que, mesmo diante de fatores que venham causar a desintegração da família, compreendendo que quando falamos em desintegração nos referimos às condições que levam a separação dos membros de uma mesma família, esse desejo de retornar pode apontar para alguma forma de vínculo com algum membro familiar que resiste, mesmo diante de situações adversas.

A formação do vínculo entre mãe e filho pode ter seu início já na vida intrauterina do bebê e, após o seu nascimento, a interação e a proximidade que essa relação requer, em função dos cuidados que o bebê necessita, media a formação do vínculo. Para Bowlby (1997),

o comportamento de ligação, que caracteriza a existência do vínculo, se desenvolve na criança durante os primeiros nove meses de vida e:

[...] quanto mais experiência de interação social um bebê tiver com uma pessoa, maiores são as probabilidades de que ele se ligue a essa pessoa. Por essa razão, torna-se a principal figura de ligação de um bebê aquela pessoa que lhe dispensar a maior parte dos cuidados maternos. (Bowlby, 1997, p. 172).

Ainda segundo o autor, muitas das emoções mais intensas surgem durante a formação do vínculo e atualizam-se na sua manutenção. O envolvimento emocional que decorre dessa relação faz com que a criança a sinta como uma fonte de segurança, capaz de persistir por grande parte de seu desenvolvimento, embora, nesse percurso, ela possa ser modificada, atenuada e até mesmo suplementada. No entanto, as primeiras ligações não são facilmente abandonadas.

Quando falamos em ambiente suficientemente bom para o bebê, dissemos antes que o ambiente deve se adaptar de forma ativa às suas necessidades, ou seja, de um modo sensível e dedicado, conseguir apreender as demandas que o bebê em estado de dependência absoluta requer de quem cuida dele. Sendo assim, essa adaptação precisa ser contínua e acompanhada por quem lhe oferta cuidados. Winnicott (1957/1997, p.66) aponta: “eu diria que uma boa parte dos fatores de complicação da vida familiar advém de atitudes que os pais tomam ao esgotar-se sua capacidade de sacrificar tudo em favor dos filhos”.

Também podemos considerar que a relação conjugal dos pais da criança passa a ser um fator de desintegração da vida familiar quando os conflitos entre o casal são vividos pela criança como um fator que interfere na estabilidade da vida familiar; ou ainda quando essa relação nunca conseguiu estabelecer ou promover uma unidade familiar.

Essa condição também é refletida nas projeções gráficas das crianças, tanto no desenho da pessoa quanto no da família. As figuras maternas e paternas por vezes são omitidas ou pintadas com cores que significam sentimentos de desprezo, hostilidade ou agressividade. Em alguns desenhos, as figuras são colocadas afastadas, como se estivessem em planos diferentes, desenhadas com traços fortes e pontiagudos, reforçando os sentimentos de ambivalência da criança em relação a essas figuras. A omissão de uma das figuras parentais também pode representar que a criança não incluiu a figura omitida no seu circuito afetivo, portanto não cabe projetá-la.

Consideramos que as crianças em questão passaram por conflitos no ambiente familiar e tiveram suas vidas modificadas com as figuras familiares. Conforme dissemos antes, nossa análise não nos permite antever o acolhimento dado à criança pelo ambiente quando bebê, condições essenciais para a sua sobrevivência física e psíquica. Podemos somente afirmar que algum modo de cuidado pode ter sido proporcionado a essas crianças, fato que viabilizou o seu crescimento e as possibilitou estarem na vida. Fica em aberto a questão de como a figura materna proporcionou à criança tais cuidados, ou seja, como ela esteve disponível e sensível para acolher a criança nesses primeiros meses de vida.

Essas informações seriam importantes para analisarmos a forma mais indicada de ajudar a criança que tenha sofrido algum tipo de privação. De acordo com a teoria adotada para dar sustentação a essa pesquisa, a avaliação sobre o desenvolvimento emocional proporcionado à criança, nos seus primeiros meses por um ambiente suficientemente bom, fornece condições para encontrar formas de supri-la e ainda possibilita empreender tentativas de avaliar os danos causados na criança pela privação de tais cuidados.

Porém, diante das projeções, temos algum panorama dos respectivos ambientes que as crianças viveram antes de serem acolhidas na instituição. Conforme citamos, as projeções permitem-nos observar quais as nuances que esse ambiente apresenta para a criança, a partir da percepção que ela traz dos conflitos e a forma como subjetiva-os e subjetiva-se frente a eles. Percebemos, entre os desenhos, que os conflitos vividos nas dinâmicas intrafamiliares contribuem para o sofrimento da criança. Se a consequência desse conflito gerou a prática da violência ou alguma forma de negligência para o cotidiano da criança, o afastamento do âmbito familiar vem a romper com essa forma de relação. As figuras familiares causadoras de tais ações devem ser assistidas, no sentido de serem trabalhadas para que essa dinâmica não retorne ou não se institua como uma prática na família. Nesse sentido, o afastamento se faz necessário para que a criança possa ser protegida de tais riscos, mesmo porque devemos considerar que o afastamento é uma medida excepcional, devendo-se trabalhar a família no sentido preventivo para que situações de afastamento não sejam executadas de forma desnecessária, antes mesmo dessa família poder ser trabalhada.

A privação da vida familiar traz algum prejuízo para a criança acolhida em instituição, embora ela tenha sido experimentada sem as condições adequadas das quais são necessárias para um bom desenvolvimento emocional. Observa-se o desejo das crianças em retornar para a vida familiar consoante com as suas fantasias nas quais a vida familiar pode ser harmoniosa,

bem como a configuração da família parecer ganhar contornos distintos do que foi vivido por ela. Outro ponto que também apareceu nos desenhos foi a forma da criança subjetivar-se frente a sua família. Algumas delas demonstraram que o lugar de filho talvez nunca tenha sido reservado na dinâmica psíquica das figuras parentais, ou ainda que esse lugar pode ter sido cedido a outros filhos do casal.

Por fim, percebe-se que de algum modo o ambiente institucional passa a ser apreendido pelas crianças como um lugar gerador de certa tensão e insegurança para elas. Nesse ambiente, pode ser possível a elas atualizarem sentimentos muito próximos aos vividos no ambiente familiar ou até mesmo sentirem-se inseguras e consternadas por não estarem vivendo próximo às suas famílias, mesmo quando estas apresentam as suas dificuldades na relação com a criança.

Todavia, observamos que as crianças anseiam pelo retorno às suas famílias. É certo que a proteção que decorre do afastamento pode ter como efeito romper com uma prática que colocou em risco a integridade física e o desenvolvimento emocional da criança. Para que o retorno da criança à família possa ser possível, as mudanças que esta última deve elaborar dizem respeito a cada um de seus membros que são responsáveis pelos cuidados com a criança. Em qual lugar a criança é colocada pelas figuras familiares? Que lugar ela ocupa no desejo de cada um? Tais questões também precisam ser trabalhadas, associadas aos demais pontos que compõem o rol de critérios postulados pelo Estatuto.

Apontamos ainda para o fato apresentado pela teoria a qual indica as condições suficientemente boas que possibilitam o desenvolvimento do bebê. A partir dessas indicações, supomos que, para a criança que foi afastada da convivência familiar e, somado a isso, ela tenha sofrido alguma privação de cuidados em seus primeiros meses de vida, a mesma necessita de uma atenção especial em relação aos cuidados que passará a receber da instituição. Assim, a perspectiva dessa atenção deve buscar compreender se essas crianças são capazes de responder a um bom ambiente, quando este é oferecido e ela possa reconhecê-lo e fazer uso dele. Isso significa dizer que há o reconhecimento de um bom ambiente, oferecido em algum momento para a criança; assim, torna-se possível a ela redescobrir algo que foi bom e perdeu em sua experiência.

Quando esse bom ambiente nunca existiu para a criança, tanto Winnicott como Bowlby apontam para a dificuldade que essa questão apresenta, visto que essa condição

envolve um aprofundamento de todo o seu desenvolvimento emocional desde o seu nascimento até as relações atuais. Alguns fenômenos são apontados pelos autores, como a criança perder a capacidade para amar pessoas ou estabelecer relações superficiais com outras pessoas, ou seja, não há nenhum tipo de envolvimento emocional. Outra característica apontada pelos autores e observada no desenho refere-se a uma regressão da criança a fases anteriores do desenvolvimento emocional que foram mais satisfatórias que outras. Nesse sentido, podemos apontar que algumas características apresentadas pelas crianças buscam essa fase, sejam elas já experimentadas através de sensações físicas ou mesmo psicológicas.

Embora seja difícil precisar se essas crianças nunca tiveram um bom ambiente ou ainda se tiveram e esse ambiente foi desfeito, percebe-se que, de algum modo, a convivência familiar passou a demonstrar que, em um dado momento, o ambiente gerou um descompasso no atendimento de suas necessidades, tanto no ambiente familiar quanto no institucional.

IV. ENTREVISTAS COM OS CUIDADORES

A opção de construir um texto único sobre a análise das entrevistas ocorreu em função das mesmas apresentarem muitos pontos em comum, o que facilitou a construção de indicadores e, desse modo, pretendemos que a análise possa contemplar os aspectos propostos nos objetivos específicos.

Espera-se que, de igual modo, o produto desta pesquisa – a dissertação – possa trazer alguma contribuição tanto para a escuta clínica realizada em instituições, quanto para a literatura nesse segmento, visto que as instituições vêm passando por reformulações em distintos aspectos, sobretudo no que se refere a atribuir um lugar social à criança enquanto sujeito de direitos. A qualificação do atendimento institucional passa por uma mudança na disponibilidade dos que se propõem a esse trabalho, visto que a construção de um ambiente facilitador implica, sobretudo, pessoas que possam sentir o desejo de cuidar de crianças.

Pretendemos, ao fim dessa análise, que alguma contribuição possa ser extraída e usada como ponto de reflexão para a instituição; seja na forma como cada membro que a compõe contribui como parte do ambiente que é oferecido à criança e, com efeito, sua presença o caracteriza como agente de cuidados; ou ainda como ele pode se adaptar aos cuidados demandados por cada criança que, de sua maneira singular, solicita que seja cuidada.

1. Análise das entrevistas

Inicialmente, cabe destacar a proposta lançada nos objetivos específicos, que se refere a analisar a vivência da criança com seu cuidador de referência, utilizando alguns conceitos propostos por Winnicott para fundamentar a análise. Assim, no decorrer das entrevistas, vimos que os cuidadores se organizam em turnos de 12 horas, e com isso revezam-se nos cuidados com as crianças. O número de cuidadores parece ser insuficiente em relação à quantidade e às demandas das crianças acolhidas, e por isso não há possibilidades de se estabelecer um cuidador específico para determinado grupo de crianças; o que há é a possibilidade da criança identificar-se com um deles e a partir disso eleja-o como referência. A insuficiência no quadro profissional foi algo apontado pelos cinco entrevistados; três deles fazem parte da instituição que aqui chamaremos de instituição A, e dois de outra instituição, que chamaremos de instituição B; dos cinco, quatro são mulheres e um homem. Para uma melhor forma de compreensão, quando for necessário fazer menção às entrevistas concedidas,

iremos organizá-las da seguinte maneira: a primeira entrevista chamaremos de entrevistado 1, a segunda de entrevistado 2, e assim, sucessivamente.

Na instituição B, entrevistamos um homem e uma mulher, ambos com aproximadamente oito meses de trabalho na instituição, porém com mais experiência no atendimento a outros públicos – pessoas em situação de rua, usuários de drogas, crianças com transtornos mentais em acolhimento institucional – todas elas recebem acolhimento em unidades de serviços públicos do estado que formam uma rede conhecida como sistema protetivo ou de garantia de direitos. Na instituição de acolhimento, o corpo institucional é formado por coordenador e equipe técnica, sendo os cuidadores e os educadores sociais membros desse quadro. A equipe técnica também comporta psicólogos, assistentes sociais, advogados e a diferença entre estes e aqueles reside apenas nas funções que exercem junto às crianças. Observa-se que não há uma diferenciação em relação às funções de cuidadores e educadores sociais, em acordo com as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009).

Quando perguntamos aos entrevistados sobre o conhecimento de alguns documentos que orientam o serviço de atendimento institucional, a exemplo do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006) ou as Orientações Técnicas mencionadas anteriormente, apenas dois deles responderam que conheciam, já haviam lido ou ouvido falar, mas não sabiam se estavam colocando em prática no dia a dia as orientações existentes.

Contudo, percebe-se que alguns dos entrevistados destacam a diferença existente entre as funções de cuidadores e educadores sociais. Os primeiros estariam incumbidos de prestarem os cuidados básicos junto às crianças (cuidados que envolvem higiene pessoal, ambiente físico, saúde, educação, alimentação, horários, etc). Já os educadores sociais seriam os responsáveis em desenvolver atividades de cunho pedagógico-educativo ou que envolvam temas que representem algum conflito entre as crianças; eles podem ainda organizar atividades festivas e passeios recreativos, conforme sugere cada época do ano.

Para os entrevistados, essa diferença de atribuições, se posta em prática, poderia beneficiar as crianças em relação ao atendimento de suas demandas, bem como possibilitar um melhor acompanhamento. Contudo, os entrevistados alegam que a insuficiência de profissionais faz com que essas funções sejam fundidas e, com isso, apenas os cuidados mais

elementares sejam oferecidos às crianças. Nesse sentido, passamos a nos referir a esses profissionais fazendo uma justaposição às funções (educadores/cuidadores), no intuito de sermos condizentes às impressões obtidas. O recorte da fala do entrevistado 2 da instituição B refere-se à função do cuidador como:

[...] basicamente o cuidador vai servir com os cuidados básicos do acolhido, né [...] e esses cuidados básicos eles... se, por exemplo, houver uma criança com necessidade especial, que tem problemas e limitações físicas, então ele auxilia essa criança em todo o seu processo, né. Com limpeza e higienização e... essa palavra cuidador ela tá mais ligada diretamente a isso, né, dentro do sistema. Já o educador social ele exerce a função de educação não formal, que não é essa educação formal que a gente tem na escola, mas é uma educação mais ligada a outras temáticas mais sociais. Mas aqui, dada às circunstâncias, a gente acaba adotando a função de cuidador basicamente mesmo, aquele que vai apenas cuidar de algumas questões mais simples né, questões de higiene pessoal, de alimentação e... horário de dormir, né... essas questões, né. (Entrevistado 2).

Observa-se que a função do cuidador requer uma atenção constante de quem a exerce, principalmente quando no grupo de crianças há alguma com deficiência física. Diante de cuidados que devem ser diários e contínuos, somado às necessidades especiais de algumas crianças com deficiência, parece não haver espaço para o exercício da função de educador social, citada pelo entrevistado 2. Percebe-se, ainda, que a sua fala busca destacar que se a função de educador social fosse exercida, viria a ocupar um lugar significativo no tocante à educação formal (escolar) das crianças. No entanto, tal função sucumbe frente às demandas que ambas as funções precisam atender.

Ainda em relação à função de cuidador, a entrevistada 5 da instituição B possui uma compreensão muito aproximada a do entrevistado 2 e da entrevistada 3 quando caracteriza o desempenho da sua função, embora se denomine educadora social. Para ela, sua função abarca os cuidados e acompanhamento às crianças, ao dizer que:

Como você sabe, eu sou educadora social e o dia a dia aqui é uma rotina, a mesma coisa, né: cuidar dos meninos, dos bebês, das crianças, adolescentes, tudo. É levar pra escola, pra creche, pra o Cecosne, que é o curso que eles fazem diariamente...pronto, a rotina é essa daqui. Todo cuidado é pouco. Você sabe criança como é, né?! Cega! Você tem que “tá em cima” correndo atrás, vai num lado, vai no outro. Já os adolescentes, já é um pouquinho mais esperto, tem mais cabeça que as crianças, né, os pequenos. E a gente tem muito cuidado, muito cuidado. Sempre tá procurando eles, chamando eles, ao lado deles, tudo isso, quando vai dar o banho tá sempre acompanhando eles...porque é criança, né? A gente não vai deixar eles tomando banho

só. A gente sempre com eles. Vai tá sempre acompanhando eles a todo momento. (Entevistada 5)

é mesmo como se tivesse cuidando do meu filho. Bora dizer, quando tem marcação pra médico, tem que levar pra médico, tem que levar pra escola, tem que levar pra creche, tem que ensinar a tarefa. É como se fosse a minha casa, aqui! É mesmo que fosse a minha casa. Não é totalmente como se fosse um trabalho, é como se fosse a casa e que aqui a gente tá cuidando dos filhos. Porque se ficar doente, a gente tem que cuidar. Se tiver sentindo dor, eles vêm e comunicam a gente. (Entrevistada 3).

As concepções que giram em torno da função de cuidador, conforme trazido nas duas falas, referem-se aos cuidados mais básicos que uma criança vai precisar em sua rotina diária. Embora o educador social também se caracterize como uma função que desempenhe cuidados, apreende-se que a ação ou a experiência de cuidar é somente representada e desempenhada pela própria função de cuidador. Com isso, não estamos querendo afirmar que há por parte dos educadores – que desempenham a função de cuidadores – a negação de seus afazeres, mas percebemos que há neles uma falta de reconhecimento enquanto agente de cuidados no exercício de ambas as funções.

A entrevistada 3 traz como conteúdo em sua fala o trabalho que desempenha como educadora/cuidadora na instituição, aproximando-o ao desempenho da função materna que se ocupa em atender às demandas que o bebê apresenta. À medida que as crianças apresentam as demandas no dia a dia, a entrevistada 3 compreende que precisa acompanhá-los, provê-los em suas necessidades e desenvolver ações práticas de acompanhamento, que para ela são comparadas à experiência materna.

Todavia, a entrevistada 1, que trabalha na instituição A, parece fazer um contraponto aos entrevistados citados anteriormente, parecendo demonstrar uma compreensão mais ampliada em relação à função de cuidador e/ou educador social como agente de cuidados, dizendo que:

Na realidade, aqui o dia a dia do educador social é mesmo de um cuidador, né, cuidar das necessidades que a criança demanda pra gente. Mas eu tento trazer um pouco de atividades, brincar, trazer um pouco da relação com a vida lá fora, né, então... Faço muito um pouco de reforço, atividade de dinâmica, levo pra praça, faço jogos esportivos, mas a gente encontra ainda dificuldade por eu não ter...eu não ter ainda a qualificação bem ampliada e não ter ajuda de outro profissional pra trabalhar com criança. Mas o educador aqui na casa trabalha muito como um cuidador. (Entrevistada 1).

Observa-se que o recorte da entrevistada 1, apesar de trazer de forma sutil a (con) fusão entre as funções de cuidador versus educador, ela consegue, no exercício de sua função, ir além da demarcação que há entre essas duas funções e desempenhar sua função de forma combinada e criativa, mesmo com algumas limitações. Ainda nesse recorte, a entrevistada pontua “mas a gente encontra ainda dificuldade por eu não ter... eu não ter ainda a qualificação bem ampliada e não ter ajuda de outro profissional pra trabalhar com criança”; com isso, parece haver alguns impasses em relação à execução de seu trabalho. A frequência com que esse ponto foi tematizado pelos entrevistados nos levou a perceber a ausência de preparo ou auxílio de outros profissionais para prestar o atendimento institucional.

No decorrer das análises, percebemos que alguns entrevistados pontuaram em suas falas sobre o trabalho que desenvolviam em outros espaços, atendendo adolescentes ou jovens que se encontravam em outras condições de vida. Sendo assim, esses profissionais passaram a trabalhar em acolhimento institucional porque foram transferidos de suas respectivas funções para desempenhar o trabalho de cuidador/educador social. Percebe-se ainda que a falta de conhecimento em relação à especificidade do trabalho pode ocasionar a dificuldade em desempenhá-lo. Em alguns casos, a transferência de trabalho proporcionou a convivência com crianças em acolhimento institucional pela primeira vez, conforme destacamos:

na realidade eu trabalho com público em situação de rua, usuários de drogas e com outros vínculos familiares rompidos também, então não com criança especificadamente, era com jovens/adultos da região metropolitana. E devido à questão que o abrigo estava necessitando de educador, aí foi a transferência pra cá. Mas não era uma coisa ainda efetiva, era uma coisa temporariamente, mas que ainda não conseguiram substituir e a gente ainda permanece aqui. (Entrevistada 1).

É no começo, quando eu entrei era mais trabalho, eu trabalhava com jovens, era maior, aí eu vim transferida pra cá no começo... eu me assustei, mas depois eu comecei a gostar do trabalho. Eu achei que eles, assim, necessitavam muito de uma pessoa... de carinho, de compreensão, que às vezes eles são muito... sofridos já, né?! As histórias de cada um deles. Aí através disso, eu comecei a gostar de vir pra cá. (Entrevistada 3).

A entrevistada 5 é a profissional com mais tempo de trabalho dentro do sistema protetivo e também passou por algumas transferências:

Eu era da Secretaria de Direitos Humanos, aí me pediram pra eu vir pra aqui, passei uns dois meses, aí depois voltei pra Secretaria. Aí depois me pediram novamente pra eu vir pra cá, aí voltei. Aí foi em Janeiro.... tá com uns oito meses que eu voltei pra cá. Aí tô por aqui!. (Entrevistada 5).

A entrevistada 4 chegou à instituição através de concurso público e também não sabia sobre a especificidade da demanda. Consideramos que o impacto sentido ao se deparar com a demanda institucional decorreu da falta de conhecimento em relação ao trabalho que desempenharia e da condição das crianças que necessitam da medida protetiva:

Primeiro assim, eu gosto muito de trabalhar com crianças, né... aí assim, teve a oportunidade do concurso de trabalhar no abrigo. Eu não sabia muito bem o que era trabalhar com a função de educador social, mas me inscrevi, né... tava sem fazer nada em casa. Aí fui chamada e tô eu aqui, né! Já vai fazer esse tempo. O porquê realmente assim, crianças de abrigo... eu queria trabalhar com crianças, seja de abrigo, seja em escola... o que tava aparecendo eu tava tentando fazer concurso. Primeiro foi um choque, né! Porque eu não imaginava que tinha tantas crianças na situação que... existe aqui. Que têm crianças que sofriam maus tratos pelos próprios pais, dos familiares, dentro de casa. Têm várias situações que, na minha realidade, eu não sabia que tinha tanta coisa feia como a gente vê, né, nos abrigos. Os maus tratos, o comportamento das crianças que é diferente das crianças de casa, que têm família.... (Entrevistada 4).

Ao analisarmos a percepção e a elaboração que os entrevistados constroem sobre as funções que desempenham junto às crianças, buscamos compreender a contribuição da mediação institucional – realizada principalmente por quem ocupa essa função – nos casos em que a reintegração da criança à família de origem é concebida como uma primeira possibilidade. A posição como cada cuidador/educador se coloca na relação com a criança, a partir de como ele entende que pode contribuir com a criança para elaborar o sofrimento que ela traz consigo, pode facilitar ou dificultar as vivências da criança nesse período.

A discussão anterior abordou o que cabe ao educador/cuidador desempenhar no seu trabalho. Pensamos na relevância que essa discussão traz, visto que, através dela, podemos perceber as diferentes posições adotadas pelos entrevistados, no sentido de se disponibilizarem a cuidar da criança além do que a função lhes estabelece. Quando lançamos a questão “como você compreende que seu trabalho contribui nos casos em que a reintegração familiar é uma possibilidade para a criança”, percebe-se que os entrevistados ainda compreendem que sua colaboração é mínima. Estes atribuem grande parte do trabalho à equipe técnica (não se percebem como parte dela), ao poder judiciário e, a outra parte da responsabilidade é atribuída à família da criança. Nesse sentido, a entrevistada 3 pontua:

[...] tem criança que vem pra cá por conta que quer ficar na rua, não quer obedecer... Aí às vezes tem criança que vem por conta disso, né! Que os pais vão e entregam. Quando acontece isso, a gente pode ajudar como? Conversando com eles, vendo o que ele passou no abrigo, que não é bom ficar longe da família, porque tem uns momentos que eles também se... sentem saudade da família, né. Aí começa o sofrimento deles,

quando eles começam a sentir saudade. Aí é quando a gente pega e vai conversar com eles. Não faz mais isso pra você não voltar pra cá! Pra você ficar com sua família!. (Entrevistada 3).

É porque a mãe que vai ficar sendo acompanhada também, né. A família fica sendo acompanhada, aí o juiz vai ver as condições da família pra ver como é que tá. Se eles tão trabalhando, se vai ter boa alimentação, se vai dar uma boa educação pra criança pra poder ela voltar. (Entrevistada 3).

A entrevistada 4 diz que:

[...] mas tem criança que quer ir pra casa e não importa se vai ficar bem, se não vai, quer tá perto da família porque é um vínculo que eles têm desde criança, né. Aí a gente é só na conversa mesmo, quando a gente fica sabendo, aí chama e fica dando apoio pra ir pra casa... vai ser bom, não sei o que... Têm crianças que já foram pra casa e já voltaram. E possam ser que voltem de novo pra cá e eu não sei como é que vai ficar a situação dessa família. Mas é só na base da conversa mesmo, o que a gente pode fazer é só conversar com eles. (Entrevistada 4).

[...] a equipe técnica daqui de Recife deve entrar em contato com a de lá, do município da criança, aí fica sabendo das informações da família. Aí eu não sei se o pessoal daqui vai antes fazer a visita ou se as informações chegam por relatório do próprio pessoal do município da criança, né. Porque tem que ter todo um estudo, saber como eles estão, dar um apoio para poder receber a criança de volta pra casa. Aí quando recebe, o município de lá que fica acompanhando, e o pessoal daqui vai uma vez por mês fazer a visita técnica, entendesse?. (Entrevistada 4).

Portanto, podemos inferir que o trabalho de reintegração familiar é considerado a partir de três polos: a família, o poder judiciário e as equipes. A primeira deverá dispor das condições socioeconômicas e ambientais para, assim, a criança poder retornar; já o poder judiciário seria o responsável em identificar a existência dessas condições. O terceiro polo é dividido entre as equipes da instituição e do município da criança, responsáveis por monitorar/acompanhar, por um período de seis meses, a reintegração da criança à sua família.

[...] quando é assim uma mãe que bebe muito, aí ela tem que primeiro... eles têm que se melhorar em casa, na família, enquanto a criança está aqui. Enquanto isso ela fica sendo acompanhada pelos...os conselheiros ficam indo lá pra tá observando se realmente tão mudando, se realmente parou de beber, se for caso de usar droga, se parou de usar droga, pra poder devolver essas crianças. Se eles continuarem naquele

mesmo estilo de vida, aí não tem como essas crianças voltarem. Eu acredito que o juiz não dá, né? A guarda de volta. (Entrevistada 3).

Nesse sentido, a contribuição dada pelos cuidadores/educadores, conforme menciona a entrevistada 4, ocorre através da conversa que estabelecem com as crianças no período de acompanhamento. No entanto, apreendemos da fala de outra entrevistada o quanto ela demonstra compreender que a sua função de cuidar da criança media o retorno à família e aparenta ter significativa importância para as vivências da criança naquele espaço:

[...] porque independente da situação que eles podem estar vivendo, que eles estão vivendo, o sonho deles é de voltar pra casa, pra família, de voltar a ver os pais, pode se realizar! E que eles, a cada dia, eles vão ter obstáculos sim, com a força, com a vontade de vencer essas situações, eles podem conseguir viver em família de novo, ele pode ter uma família recuperada, ou até então entrar em outra família e ser bem acolhido, ter uma fonte de... uma vida digna de carinho e de respeito dentro da família. Que o abrigo na vida deles possa ser uma coisa de passagem. Porque muito o que a gente vê é que muitos deles vão e voltam. Tem muitos casos aqui que eles já foram pra casa e já voltaram. E muitos quando fogem eles vão pra casa e voltam, e aí o Conselho vai lá na casa e traz de novo. Então eu acho que é o trabalho que está sendo feito com eles dentro da casa e o trabalho que está sendo feito com a família lá fora que deve ser visto. O que é que a gente tá preparando? Como é que a gente tá preparando essas crianças pra voltar para casa? E aquela casa, como é que vai esperar a criança de novo? Então, se a gente não trabalhar aqui, a criança voltará do mesmo jeito ou pior. (Entrevistada 1).

O questionamento da entrevistada 1, que articula o trabalho da instituição junto à criança como forma de prepará-la para a reintegração, implicando, ao mesmo tempo, a família como partícipe desse processo, apresenta-nos a dificuldade que esse processo abarca. As idas e vindas de crianças que transitam entre a casa e a instituição, testemunhadas por ela, apontam para possíveis falhas – no sentido de não conseguirem sustentar uma estrutura de funcionamento ou ainda de não conseguirem encontrar uma relação que lhes forneça um elemento de segurança – que podem estar localizadas nas instituições ou nas famílias.

Quanto à possibilidade de retorno à família, a entrevistada 1 menciona que media esse retorno promovendo junto à criança ações que podem ser de cunho pedagógico-educativo ou com diálogos que incentivam a convivência junto à família. Para tanto, utiliza como contraponto o espaço institucional como um lugar em que não deve estar por um longo período.

[...] essa pequenininha mesmo que você vê, a mãe dela teve aqui a semana passada e tão providenciando, tão agilizando o mais rápido possível o processo dela para ela voltar pra casa. Muitos voltam... Com certeza, voltam, voltam...e é o que a gente deseja que eles voltem pra o convívio da família, né. Que nem todos têm esse direito. Quer voltar pra mãe, tudinho, e é um direito, né?! E é bom! Ficar aqui diretamente... não tem futuro... e assim sucessivamente. (Entrevistada 5).

Essa passagem trazida pela entrevistada nos remete a outro ponto tematizado durante as entrevistas, cujas informações trataram sobre o ambiente institucional disponibilizado à criança, ou seja, através desse tema os cuidadores/educadores puderam nos apresentar as condições que o ambiente disponibiliza para acompanhá-las. As percepções trazem suas variações entre os educadores/cuidadores, mesmo entre os que partilham o mesmo espaço de trabalho. Percebe-se ainda que alguns deles trazem em suas falas que a dinâmica que envolve os procedimentos necessários para o acolhimento ou até mesmo o acompanhamento mostra-se pouco acolhedor para as crianças. Vimos em passagens anteriores que a existência desse descompasso é atribuída à insuficiência de educadores/cuidadores para atendê-las; outras vezes atribui-se à falha na gestão. Quando perguntamos se o ambiente institucional traz uma proteção para a criança acolhida, a entrevistada 4 pontua que:

[...] de uma forma geral eu acho que não, porque tira do laço familiar, mas não dá todas as condições que ela precisa. Porque o governo, nesse momento do jeito que está hoje, ele está deixando muita coisa a desejar, entendeu? Desde o pagamento de funcionário até a alimentação das crianças, entendeu? Tem muita coisa... às vezes falta alimento aqui, às vezes falta. Falta, mais a gente sempre dá um jeito: um pede a um familiar uma doação, aí traz, entendeu? O governo não dá roupa! Todas as roupas que as crianças usam aqui são de doações, entendeu? Tem muita coisa que o governo tira ao tirar uma criança do laço familiar (Entrevistada 4).

[...] e pra ele que chegou, num turbilhão de sentimentos, ele é mais um que vai ser atrelado à rotina da casa. Ele não é, abre aspas “algo em particular que deva ser respeitado”, ou seja, que deva ser respeitado na sua dignidade, na sua individualidade, e no que ele tem. Mas ele é mais um dado, mais um número que chega pra ser atrelado à rotina da casa, pra ser atrelado à instituição, pra passar pelos trâmites, né!. (Entrevistado 2).

Na fala do entrevistado 2, que trabalha na instituição B. observa-se a impessoalidade que essa comunicação transmite, sugerindo que a criança que chega é mais um dado que fará parte dos demais acolhidos. Todo esse processo parece ser pautado nessa impessoalidade, que também nos parece ser própria da dinâmica do ambiente, como se os mesmos –

educadores/cuidadores – não o compusessem. Noutra passagem, percebe-se o quanto o mesmo cuidador se desloca da impessoalidade para uma postura mais ativa frente à criança quando ela apresenta alguma demanda específica, ao mencionar que:

[...] são essas pequenas ações do cuidador e do educador social que de fato fazem a diferença, quando você percebe que dois, três, quatro educandos, cinco educandos, eu diria acolhidos não educandos, desculpa. Mas assim, se aproximam mais de você porque percebe que você tem mais aceitação. Você é... consegue entendê-lo melhor, você consegue conduzir uma conversa de forma saudável sem tocar muito naquilo que fere ele, mas fazendo com que ele fale daquilo que fere sem sentir tanto a dor, mas de uma forma reflexiva. Eu acho que é isso. Essa é a minha percepção. É o que eu sinto e é o que eu gostaria que alguém fizesse comigo, né!. (Entrevistado 2).

O entrevistado 2 fez menção à aproximação da criança à medida que percebe a “aceitação” por parte dele. Essa aproximação abre possibilidades para a criança: ao interagir com o cuidador por intermédio dos contatos, pode suscitar nela a correlação com as vivências satisfatórias já experienciadas; ou, ainda, essa aproximação pode provocar na criança uma recusa a reviver essa história. Há casos em que as crianças sequer conseguem experimentar essas vivências com suas figuras parentais, e devido a isso elas sentem-se privadas dessa experiência.

[...] o que eles procuram muito na gente é um pouco de carinho, de aconchego, acho que ele procura em nós a necessidade do pai e da mãe dele na gente, acho que o que falta neles também é terapias ocupacionais, um grupo pedagógico aqui dentro da casa com eles para que eles se desenvolvam [...] são bastante carinhosos com a gente, chega e abraça, cheira, relata pra gente “Ah, a senhora é minha mãe”, “Ah, a senhora é o meu pai”, “Ah, a senhora é minha tia”; então, eles demonstram mesmo a falta que eles fazem, principalmente os pequenos. Quando a gente tá sentado, eles se chegam, sentam no colo, ficam alisando. E as conversas mesmo. Às vezes, o comportamento, né, que faz com que mostre a falta que a família faz. (Entrevistada 1).

[...] eles têm comportamentos pra chamar a sua atenção, pra que você olhe pra eles. Porque são tantas crianças e poucos educadores que eles acabam disputando e disputam mesmo a atenção dos educadores ao ponto de eles brigarem, sabe! Quando eles vêm falar com você, e outro sem querer interrompe, eles xingam: “Ah, cala a boca...não sei o quê e não sei o quê”, aí eles brigam e você fica vendo aquilo acontecer e de fato tem que ter sensibilidade. Os dois são carentes nesse aspecto, eu não diria só eles, mas todos, nesse campo afetivo, alguns acabam ficando mais amargos, ao longo da vida nas instituições, porque eles percebem que manter esse tipo de sentimento dentro deles é algo que vai matar eles. E eles vão continuar sofrendo! Então, eles vão continuar amargos. Não respondem, conversam pouco, alguns procuram o silêncio, né. Só falam quando de fato há um interesse indireto quando eles precisam de alguma

coisa, quando eles precisam de proteção, quando alguém quer bater neles![...]. (Entrevistado 2).

O conteúdo da fala do entrevistado 2 faz menção a algumas expressões das crianças, que apresentam ora carência afetiva e demandam o suprimento dessa carência para a figura do educador/cuidador, ora o isolamento/silenciamento. Segundo ele, as crianças também o procuram quando desejam proteção física em função de algum conflito que ocorra na instituição.

Tendo em vista que o educador/cuidador permanece até 12 horas em cada plantão e durante esse turno fica responsável por uma grande quantidade de crianças (13 crianças ou mais por plantão), o sofrimento expresso pela criança é percebido às vezes pelo silêncio ou tristeza que ela demonstra. Esse silêncio a destaca aos olhos do educador/cuidador, levando-o a aproximar-se da criança; num primeiro instante, o silêncio da criança comporta algum conteúdo estranho ao cuidador, que busca ajudá-la, e nessa busca tenta fazê-la falar.

É porque a gente com o tempo, a gente vai percebendo de cada... cada movimento deles a gente vai percebendo que ele... tem uns que já realmente chegam tristes por conta do que já passou, dos maus tratos do pai, por maus tratos da mãe, por ser abusada pelo pai. Por que têm crianças que já foram abusadas pelo pai, pelo avô, pelos tios. Aí essas daí é as que mais chegam muito caladas, a gente percebe logo que não tem nada de...que tem alguma coisa de anormal nela, né! Que ela chega bem!... aí é nessas que a gente fica mais junto, tenta conversar, tenta puxar mais alguma coisa dela. (Entrevistada 3).

Outras crianças se destacam pelas relações que estabelecem umas com as outras, identificadas pelos educadores/cuidadores como agressivas ou com a sexualidade “aflorada”, exagerada. Para a entrevistada 3 existe uma diferença entre as crianças que estão acolhidas e as crianças que ela nomeia como “de casa”. Torna-se clara a distinção trazida se partimos da hipótese de que o conteúdo de sua fala revela que criança acolhida não tem ou teve referências familiares, potencializando os comportamentos destacados em sua fala.

a sexualidade, né, que é bem afluada... é... O comportamento, que muitas vezes eles são agressivos com os outros, palavrões. O comportamento super diferente dos de casa. Que chamam palavrões, né... a gente, êpa, por aqui. E aqui... a gente, é pouca gente pra tomar conta deles. A gente fala, mas não tem muito o que fazer! A gente tenta fazer com que eles tenham outra educação, mas muitas vezes chegam outro, aí querem misturar tudo, junta com os meninos, os outros...chegam tudo quietinho aqui

na casa e começam a ir na cabeça dos outros, que já tão com aquele outro comportamento... (Entrevistada 4).

A fala da entrevistada 4 revela outra vez o quanto a insuficiência da quantidade de educadores/cuidadores interfere na dinâmica de trabalho. Parece que, para ela, existe uma distância entre o falar e o fazer, como se somente esse último se configurasse como uma forma de intervenção; se não houver a ação do fazer, o falar parece perder seu efeito.

Outra hipótese seria considerar que a frequência com que a queixa sobre a insuficiência da quantidade de educadores/cuidadores apareceu, em pelo menos quatro das cinco entrevistas, torna as vivências que o cuidador poderia ter com a criança empobrecidas, no sentido de não perceberem que ela pode demandar por cuidado de outras formas, que não sejam através do silêncio ou da agressividade:

[...] eu avalio que se a gente trabalhar com aquela criança, ou que a família não pode trabalhar com educação, realmente os limites dele, os deveres dele, não sei, né... (Entrevistada 1).

[...] Porque o educador quando ele avalia o plano de trabalho aqui é pra ter... pelo menos pra saber o motivo que a criança veio pra aqui. E isso eu não sou informada de nada dessas crianças, então o meu trabalho é mesmo eu e eles individualmente. Eu vou buscando cada um, individualmente, me capacitando pra trabalhar com eles, se eu não tinha nenhuma técnica de trabalhar com criança, hoje em dia eu posso ter, porque eu vou buscando individualmente [...]. (Entrevistada 1).

No tocante às experiências que a criança pode ter na relação com o educador/cuidador no espaço da instituição, percebe-se que essas experiências poderiam ser construídas à medida que o educador/cuidador se apropriasse da história da criança e dos motivos que a fizeram estar no acolhimento. A partir dessa condição, o educador poderia construir algumas estratégias de trabalho junto à criança, possibilitando-a que as suas expressões relacionadas aos seus conflitos, angústias e desejos pudessem ser acolhidas, elaboradas. Tratando-se de uma possibilidade, essa condição indicaria para a criança a existência de um espaço que não seria apenas físico, mas também psíquico, e que iria ao encontro de suas necessidades mais sutis; a comunicação entre a criança e o educador/cuidador facilitaria outras experiências à criança, em relação ao tempo de acolhimento e ao uso que ela poderia fazer daquele espaço.

No entanto, passamos a compreender que na existência de outras condições ambientais, passaria a ser possível que as experiências entre a criança e o educador/cuidador promovessem mais cuidados para ela. Estamos nos referindo à frequência com que a

insuficiência de pessoas para cuidar das crianças foi citada por alguns entrevistados e o quanto essa condição para eles interfere na forma de oferecer cuidados às crianças. Nesse sentido, sendo a quantidade de profissionais aquém da demanda existente, inferimos que algumas vivências, que poderiam ser significativas para as crianças, deixam de merecer a atenção necessária, se partimos da compreensão de que as expressões da criança, sejam elas de quais conteúdos forem, fazem parte de uma forma própria de comunicação que necessita de um receptor, ou seja, precisa de alguém que esteja disponível para ouvir, estabelecer uma comunicação e passar a cuidar da criança.

2. Discussão

A discussão a seguir é resultado da apreensão das entrevistas concedidas pelos educadores/cuidadores das crianças acolhidas em medidas protetivas. Destacamos mais uma vez que algumas perguntas haviam sido formuladas anteriormente e buscavam saber sobre os aspectos gerais das funções desempenhadas junto às crianças na instituição. Apesar de termos construído perguntas que nos orientavam durante a entrevista, houve muitos desdobramentos nas respostas dos entrevistados, e esses desdobramentos abriram para temáticas que não estavam previstas. Dessa maneira, deixamos os entrevistados associarem livremente e comunicarem o que desejavam ou o que os inquietavam.

Entre os temas analisados, inicialmente destacamos que a função de cuidador parece receber uma significação muito própria e restrita, se levarmos em consideração o contexto em que ela é aplicada, visto que as respostas dadas atribuíram tanto a função como a palavra “cuidado” aos cuidados com a saúde, orientações com afazeres ou o acompanhamento em atividades internas e externas à instituição. No contexto da instituição, existe uma divisão de atribuições em relação à função de cuidador e educador social, cujas diferenças mencionamos no tópico anterior e se referem basicamente ao desempenho das funções na dinâmica com as crianças. Todavia, na prática, essa diferenciação não existe, em razão do número de profissionais ser insuficiente para atender às demandas das crianças. Devido a essa situação, as funções se sobrepõem e percebemos que, ao fim, todos se denominam como cuidadores das crianças.

Observa-se que a referida restrição de percepção localiza-se na forma de compreender tanto a concepção de cuidado como estando articulada ao ambiente que é oferecido à criança,

bem como poder conceber o cuidado como indo além das tarefas já executadas, potencializando a significação dessa função junto à criança.

Dissemos antes que a compreensão que circula entre os educadores/cuidadores parece ser restrita, pois relaciona-se somente aos cuidados mais básicos que uma criança requer do ambiente. Ao falarmos em ambiente, buscamos a referência em Winnicott (1960/1983), que o concebe a partir de uma relação íntima entre a mãe e o bebê, cujas características que ela desenvolve para cuidar dele envolvem cuidados físicos e psíquicos, visto que entre a mãe e o bebê há um interesse e uma identificação que a impulsionam a cuidar dele.

Se tomarmos como referência esse conceito, ambiente e cuidados parecem entrelaçar-se, pois, compreende-se que entre eles há uma mutualidade que tem seus efeitos no desenvolvimento emocional da criança. Sendo assim, observa-se que as associações elaboradas pelos educadores/cuidadores em torno da palavra cuidado se relacionam de fato aos cuidados elementares, ou seja, àqueles que a função desempenhada descreve. Ainda embasados na referência winnicottiana, percebe-se que os educadores/cuidadores sentem o impacto da falta de pessoas para auxiliar no cuidado com as crianças, o que se configura como um impasse no ambiente, que reflete na atenção às crianças. Assim, o ambiente institucional se caracteriza por todas as pessoas, suas ações e os acontecimentos que o dinamizam: equipe técnica, os cuidados que oferecem ou a falta deles, as crianças que chegam e as que partem, as relações que se estabelecem, enfim, toda a dinâmica humana que se articula e se interliga forma o ambiente que serve como base para construir o espaço institucional.

Outro tema trazido de forma constante nas entrevistas e que trataremos como relevante se refere à falta de conhecimento dos educadores/cuidadores sobre os motivos que levam às crianças à medida de proteção. Percebe-se que também há um desconhecimento das histórias de vida dessas crianças, e com isso o educador/cuidador pontua que essa condição fragiliza as possibilidades de intervir com a criança. Se, por um lado, os profissionais que concebem o exercício de sua função relacionada apenas ao atendimento das demandas mais elementares das crianças não percebem a necessidade da informação poder circular entre os que se ocupam dos cuidados; por outro, os que compreendem o quanto isso somaria para a qualidade do trabalho não conseguem acessar essas informações em função da dinâmica institucional estabelecida. Embora essa questão não tenha sido aprofundada durante as entrevistas, o que percebemos é que tais informações se restringem ao conhecimento da equipe técnica

(advogados, assistentes sociais, coordenadores e psicólogos), segundo afirmam os cuidadores/educadores.

Ainda em relação ao tema que aborda a insuficiência de profissionais para cuidar de crianças, Winnicott já o pontuava no início da década de 1950, destacando a escassez aguda de pessoas para cuidar de crianças frente ao grande número das que precisam de assistência e cuidados, visto que, para Winnicott (1950/2002, p. 210): “[...] nessa área não cabem meias soluções. É uma questão de cuidar bem de poucas crianças [...] o bom trabalho deve ser pessoal para que não seja cruel e torturante para a criança e a assistente”.

A desinformação da história progressiva da criança pode trazer uma questão para o trabalho da instituição, ainda que a permanência da criança na instituição seja de caráter provisório, visto que, para Winnicott (1950/2002), a urgência pelo conhecimento dessa história é devido ao tempo porque, a cada dia que passa, chegar aos fatos essenciais torna-se menos fácil. Essa reflexão trazida pelo autor encontra lugar nas falas dos educadores/cuidadores ao afirmarem as dificuldades de lançarem propostas de intervenção junto às crianças. A afirmação de Winnicott nos faz lembrar da história de Júlia, cujos familiares não se consegue identificar, tonando difícil o acesso aos fatos que compuseram a sua história. Nos fragmentos de sua história, obtidos através de vários diálogos com membros da instituição, observamos o quanto ela contém lacunas sobre fases importantes de sua vida, o que, para Winnicott (1950/2002, p. 209), “a falta dessa coisa simples é uma perda séria para a criança”.

Durante a entrevista, alguns educadores/cuidadores trouxeram relatos dos comportamentos das crianças no ambiente institucional, em especial daqueles que chamam a atenção ora pela agressividade ora pela sexualidade acentuada. O rompimento com o ambiente familiar pode ocasionar na criança manifestações do seu sofrimento, por nele a criança de algum modo ter estabelecido e vivenciado as suas primeiras relações, embora consideramos que as crianças que participaram da pesquisa tenham sido acolhidas na instituição em função de algum tipo de negligência desse mesmo ambiente familiar.

A demonstração de sofrimento, angústia ou agressividade por parte da criança ao separar-se de seu ambiente primário faz parte das reações estudadas por Bowlby (1969/1990), em função do desenvolvimento do comportamento de apego, experimentado pelo bebê em função da proximidade e cuidados que os seus cuidadores primários exercem junto a ele.

Portanto, o apego, segundo esse autor, refere-se à relação que envolve a maternagem, ou seja, aos cuidados recebidos a partir de uma interação calorosa e prazerosa para o bebê. Para esse autor, o comportamento de apego ou ligação envolve intensas emoções enquanto estão elas sendo construídas, e a separação de uma figura de apego é caracterizada por ele como “sofrer por alguém”.

Quando nos remetemos ao desenho da família, cujos símbolos apontavam para a figura materna – ou quem exerceu essa função junto à criança – as projeções marcam de alguma forma a ligação ou apego da criança à figura materna, ainda que o afastamento tenha ocorrido em função da negligência cometida pela referida figura.

Após o afastamento, os cuidadores/educadores passaram a prover a criança os cuidados substitutivos, e estes podem também representar a primeira forma de contato da criança com um modo de cuidado. A intervenção que promoveu o rompimento da criança com seu ambiente familiar pode vir a ser significativa quando é oferecido, à criança, um lugar em que ela possa expressar a angústia ou enfurecer-se e sentir ódio pelas privações passadas, até que ele seja acessível ao eu consciente da criança, conforme Winnicott (1950/2002) menciona. Oferecer a ela somente um bom ambiente e esperar que ela faça uso dele pode fazer com que esse sentimento de privação seja sentido de forma cada vez mais intensa potencializando os ataques dela contra a instituição.

A mediação institucional, trabalho que viabiliza a reintegração da criança à sua família de origem como primeira possibilidade, foi mencionada durante as entrevistas, pelos educadores/cuidadores, como uma intervenção da qual eles não fazem parte. Quando lançamos a pergunta “*como você acha que contribui com o trabalho de reintegração familiar?*”, obtivemos como respostas que esse trabalho envolve a família, o poder judiciário e as equipes técnicas tanto da instituição de acolhimento como a responsável por acompanhar a família da criança no seu município de origem. Os educadores/cuidadores não trazem em seu discurso que o seu trabalho traz alguma contribuição para a criança. Dos cinco entrevistados, apenas dois puderam relatar como compreendem que contribuem com esse trabalho, através dos cuidados e das “conversas” que motivam as crianças a voltarem à convivência com os familiares. A ideia de que o espaço institucional deve ser transitório só é transmitida às crianças quando a decisão pelo retorno está próxima de acontecer. Enquanto não se tem essa informação, as crianças permanecem no espaço institucional até que essa decisão seja formulada. O caso de Vinícius é um bom exemplo desse tempo de espera. A ideia

de a instituição ser um lugar transitório, de passagem, parece que para ele está se tornando sem sentido, embora, às vezes, ele ainda consiga sustentar e expressar o desejo pelo retorno à convivência com o pai, como demonstrado nos desenhos projetados por ele.

A partir da concepção proposta pelo Estatuto de caracterizar a medida protetiva como um espaço transitório, de passagem, nos permite pensar que esse lugar pode abarcar possibilidades de expressões dos sentimentos da criança enquanto ela vivencia um intervalo entre as experiências anterior e futura.

Nesse intervalo, as experiências anteriores que ocorreram com a criança, na relação com a figura materna nos primeiros meses de vida, podem não ter lhe proporcionado a relação com o objeto, cuja experiência é de significativa importância para o seu amadurecimento. A relação inicial com o objeto começa a ser estabelecida de forma subjetiva, a partir da relação com a figura materna, quando esta oferece o seio e o bebê o concebe como fruto de sua criação.

As dificuldades que provêm da ausência desse ambiente à criança implicam dificuldades no seu desenvolvimento emocional. Dentre elas, Winnicott (1956/2000) pontua a manifestação de tendências antissociais na criança, características de quando ela perde algo que foi positivo em sua experiência, por um período mais extenso do que consegue manter a experiência positiva viva em suas lembranças; logo a criança sofreu de privação. Assim, de forma inconsciente, ela irá demandar a alguém que cuide dela.

As dificuldades no desenvolvimento emocional das crianças acolhidas foram identificadas pelos educadores/cuidadores através do silêncio, da agressividade ou da “carência afetiva”, movimento comum delas quando procuram por alguma forma de acolhimento e cuidado no ambiente, embora os educadores/cuidadores não tenham se aprofundado na história da criança para saber o quanto as relações primárias proporcionaram-lhe tais dificuldades.

Retomando as ideias sobre a relação mãe-bebê, a adaptação da figura materna às necessidades do bebê, no decorrer das fases de amadurecimento, sofre algumas falhas, e nesse sentido promove gradativamente uma passagem, um processamento psíquico do objeto que criou e o concebeu subjetivamente para o que passa a perceber objetivamente; e esse reconhecimento da realidade externa também é fruto de uma relação próxima e sensível, sustentada pela figura materna quanto legítima a ‘criação’ dos objetos encontrados pelo bebê.

Para Winnicott, quando a criança vivencia essa condição ela se torna capaz de suportar as frustrações e privações e a apresentação de situações novas em sua vida. Entretanto, quando a criança é privada ou não experiencia essa passagem entre o subjetivo e o objetivo, ou ainda quando elas nunca chegaram a ser bem construídas na relação, segundo o autor “a criança é incapaz de funcionar como um ser humano total[...]o mundo subjetivo tem a desvantagem, para a criança, de que, embora possa ser ideal, também possa ser cruel e persecutório.”(1950/2002, p. 213).

O transitar do bebê entre o subjetivo e o objetivo – área intermediária da experiência – se configura como um intervalo entre duas formas distintas de se relacionar com o objeto. Na primeira área, o bebê pode relacionar-se com ele, mas não consegue usá-lo, pois ainda faz parte de um lugar cujo acesso é restrito; já na segunda, ao percebê-lo como parte da realidade externa, o que o habilita ao uso do objeto, representa mais uma etapa rumo ao amadurecimento. É nesse intervalo de tempo que se processa o encontro entre as realidades interna e externa, e o bebê ou a criança expressa o seu potencial criativo – a área da ilusão – onde algo pode ser criado nesse espaço entre. A criação que ocorre nesse espaço é uma espécie de integração entre o subjetivo e o objetivo.

Para o mesmo autor, a capacidade de usar um objeto é de cunho sofisticado por pressupor que essa capacidade provém de um amadurecimento relacional com um meio ambiente facilitador. Nesse sentido, o uso de um objeto ocorre a partir da percepção do bebê de determinado objeto fazer parte de uma realidade como um fenômeno externo e compartilhado e não atrelado a sua capacidade subjetiva de criá-lo. Quando um objeto está sendo usado pelo bebê, significa dizer que ele está criando o objeto e descobrindo a própria externalidade que ele comporta.

Por fim, compreendemos que o conceito de uso de objeto é importante para se trazer nesse trabalho por ele permitir que, ao se pensar na criança, as experiências anteriores que refletem a qualidade dos cuidados que foram proporcionados nos seus primeiros anos de vida têm uma importância vital para a sua saúde e seu desenvolvimento emocional. O intervalo de tempo que compreende o rompimento com a ambiência familiar e a possibilidade de retorno torna-se importante no sentido de possibilitar a descontinuidade de um circuito de violência, ao qual muitas vezes a criança é submetida de forma ininterrupta.

Se considerarmos que o Estatuto preconiza que a permanência da criança na instituição não deve ultrapassar dois anos, e também prevê como uma diretriz do trabalho institucional tendo como primeira ação a possível retomada da convivência da criança com a família de origem, temos condições que caracterizam o espaço institucional como um lugar de passagem, transitório. Embora seja muito provável encontrar situações em que as crianças permaneçam por muito mais tempo que o indicado, à espera de serem reintegradas.

Os conceitos de ambiente emocional facilitador, transicionalidade e uso de objeto ganham significativa importância se pensarmos que no contexto institucional eles podem servir como princípios orientadores para o trabalho dos educadores/cuidadores junto às crianças. O rompimento familiar pode ser mais um elemento que contribui para o sentimento de privação da criança quando a ela não foi ofertada um ambiente acolhedor nos seus primeiros meses de vida. Privar uma criança de cuidados de qualidade contribui para que o seu desenvolvimento emocional possa se tornar conflituoso e, com isso, dificultar as relações interpessoais e a segurança ambiental que proporciona o sentimento de segurança na criança.

A capacidade da criança para fazer uso de um objeto decorre de um amadurecimento psíquico proporcionado por uma relação em que a qualidade do cuidado viabilizado pela figura materna com a criança proporcionou-lhe alcançar essa etapa. Sendo assim, a capacidade de fazer o uso do espaço institucional está relacionada à capacidade de estabelecer relações e experiências compartilháveis. Decerto, torna-se de fundamental importância à instituição sobreviver às expressões das crianças quando estas são agressivas e atacam a instituição. Como fazer uso de um objeto pressupõe uma relação, faz-se necessário que nesse contexto a instituição sobreviva aos ataques da criança, ou seja, não aja com retaliação ou punição aos ataques sofridos.

Vivenciar a experiência de transicionalidade no contexto institucional envolve, sobretudo, a capacidade da instituição em constituir algo junto à criança a partir da ruptura com o ambiente familiar. Permitir à criança a livre expressão de suas experiências passadas e atuais é, muitas vezes, proporcionar a ela um ambiente emocionalmente estável, transmitindo o sentido de acolhimento e facilitando que essas experiências possam ser integradas. Logo, compreendemos que tomar os referidos conceitos como princípios orientadores de uma prática institucional torna-se um desafio diante das inúmeras dificuldades que foram apresentadas pelos educadores/cuidadores no decorrer das entrevistas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de pesquisar crianças em situação de acolhimento institucional é uma proposta bastante estudada, e, nesse sentido, observa-se que diversas perspectivas teóricas são utilizadas como formas de tentar produzir algum conhecimento em relação a esse tema. Muito embora neste estudo, nos detivemos a um ponto específico do acolhimento que é a reintegração da criança acolhida à mesma família da qual foi afastada. E assim, ao pensarmos de forma conjunta ao acolhimento, a possibilidade de reintegração da criança à família de origem como uma proposta do trabalho cuja mediação institucional intervém neste retorno, foi outra característica que compôs os objetivos deste trabalho.

Percebemos que as histórias que antecedem o acolhimento de crianças são permeadas de violência, maus tratos e, de certo modo, abandono afetivo, características que compõem um ambiente pouco acolhedor ou insuficiente às inúmeras demandas que uma criança apresenta. Vimos ainda o quanto um bom ambiente contribui para o desenvolvimento emocional da criança, e quando esse espaço não é oferecido com as devidas características, o quanto essa condição irá afetar o campo afetivo e relacional da criança. Observamos ainda que, embora as histórias e os desenhos das crianças expressassem aspectos desse ambiente pouco acolhedor, o desejo de retornar à convivência nesse espaço esteve presente em todos os desenhos, através dos simbolismos projetados pela criança.

Conforme os autores utilizados como referência nesse estudo – foi fundamentalmente – através Winnicott e Bowlby, que pudemos identificar a função primordial da qualidade dos cuidados maternos para que a criança constitua o sentimento de segurança, elemento facilitador do seu amadurecimento pessoal. Muito embora pudemos verificar que, de acordo com as histórias das quais tivemos acesso, as crianças que participaram dessa pesquisa dificilmente puderam vivenciar ambientes que se adaptassem de forma sensível e contínua às suas necessidades; todas elas expressaram algum afeto pela figura materna, desejando retomar a convivência junto a ela ou ao ambiente familiar do qual fizeram parte.

Consideramos que a medida protetiva em instituição representa uma importante intervenção no sentido de proteger a vida da criança e, de algum modo, romper com o ciclo de violência física e/ou psicológica que, muitas vezes, se instala na dinâmica familiar como uma forma nociva de se dirigir à criança, causando efeitos devastadores. Nessa direção, o espaço

institucional torna-se relevante diante da responsabilidade de oferecer proteção e cuidados a crianças advindas dessa condição.

Os cuidadores/educadores sociais têm uma importante função junto à criança, qual seja, a de mediar o seu retorno da criança à família de origem. Essa complexa tarefa exige, dentre outras características, disponibilidade afetiva e acolhimento tanto à criança quanto a sua história, pois o ambiente institucional se constrói a partir da trama de relações que envolvem os cuidadores e as crianças, ou seja, a dimensão psíquica de ambos. Além disso, faz-se necessário que os cuidadores possam permitir que a criança expresse suas angústias no que diz respeito aos sofrimentos atuais e passados; e isso ainda exige dos cuidadores/educadores que possam sobreviver – não revidar na mesma dimensão – aos ataques das crianças, visto que estes ainda podem ser interpretados como um sinal de esperança em relação às privações passadas.

Porém, as entrevistas e as discussões puderam nos apresentar que os cuidadores/educadores não se percebem no exercício de suas funções, contribuindo efetivamente para o processo de reintegração familiar. Quando falamos em cuidado, alguns associavam sua função aos cuidados mais básicos que uma criança necessita, relacionados à alimentação, saúde, higiene pessoal e acompanhamento nas tarefas diárias. Embora esses cuidados também tenham sua significativa importância nesse contexto, eles se tornam “cuidados auxiliares” quando a necessidade afetiva se faz mais evidente, em função da repercussão dos conflitos no desenvolvimento emocional da criança.

A partir do instante em que o cuidador não consegue perceber essa dimensão da sua função subjetiva junto à criança, função que media o trabalho de reintegração, algo de valioso pode estar sendo perdido no que se refere às possibilidades de intervenção quando a criança expressa algo junto a ele. Cabe mencionar que os educadores/cuidadores trouxeram um importante dado em relação à insuficiência de profissionais para esse trabalho, o que pode refletir de forma direta na atenção requerida para o respectivo trabalho.

Pensamos que os objetivos propostos nesta dissertação foram alcançados, na medida em que pudemos observar as nuances reveladas pelas crianças em relação aos seus respectivos ambientes familiares. Os métodos escolhidos para alcançar os objetivos lançados trouxeram, após serem analisados e discutidos, resultados que foram possíveis de serem articulados às teorias escolhidas para darem sustentação a este estudo. Por outro lado, os

cuidadores/educadores puderam revelar aspectos importantes de serem vistos como uma forma crítica de perceberem-se no espaço de trabalho, a partir do momento em que não se percebem com formação/preparação técnica para exercerem suas respectivas funções.

Ao utilizarmos os documentos que orientam as ações em relação aos direitos de crianças e adolescentes, a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente, das Orientações Técnicas para Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes e os demais que utilizamos como subsídio, percebemos que tais documentos são poucos difundidos entre os cuidadores. Apesar do esforço de alguns profissionais em tentar tornar aquele ambiente mais afetivo e acolhedor, as sucessivas falhas às quais as crianças são expostas, são mais preponderantes que os esforços empreendidos.

Da mesma forma que consideramos o referencial teórico como base significativa para dar sustentação às ideias e reflexões sobre esse tema, as análises, interpretações que representam um mote significativo para as discussões, abrem para a possibilidade de apontarmos as contribuições e a continuidade desta pesquisa.

No que se refere às contribuições que este estudo pode transmitir, inicialmente pensamos que a engrenagem humana disponível, a qual Winnicott destaca como o principal elemento para cuidar de crianças que sofrem de privações, deve ser oferecida com atenção, tanto na qualidade com que o cuidador/educador pode disponibilizar para atender às demandas das crianças com uma presença implicada, ou seja, interessada na existência da criança, quanto na quantidade, na suficiência de pessoas para atendê-las. As funções cuidadoras comportam nuances que não conseguimos defini-las a priori; no entanto, consideramos que, ao menos, a presença viva e interessada de um cuidador junto à criança pode ser um elemento significativo para ela.

Tomando por base o referencial teórico que nos orientou nesse percurso, refletimos que a contribuição possível de ser dada por este estudo como forma de intervenção clínica para o tema em questão se relaciona ao trabalho institucional junto às crianças, como um espaço que permite à criança expressar seus sofrimentos, tanto atuais como passados, em função de sua história de vida. A formação desse espaço também perpassa o acolhimento que é dado à criança no sentido de poder atender e adaptar-se às suas demandas, ou seja, é uma forma de acolhimento que atravessa o discurso e a prática institucional voltada para crianças

que apresentam características típicas devido às histórias familiares, cujo tema principal circula entre relações primárias conflituosas e ambientes familiares insuficientemente bons.

Pensar no espaço institucional como lugar que viabiliza alguma forma de proteção à criança pressupõe repensarmos nesse mesmo espaço institucional como um lugar onde as informações possam circular entre os que se ocupam do cuidado com a criança e, a partir disso, que se criem possibilidades de implicar a família nesse trabalho de reintegração, a partir do seu desejo. As dificuldades de se acessar a história da criança podem trazer implicações diretas neste trabalho, visto que o cuidador/educador não terá elementos mínimos para formular qualquer forma de intervenção junto à criança; assim, nossa proposição segue nesse sentido.

No decorrer da pesquisa, os critérios que apontaram para a inclusão de Júlia, Paula e Olívia, sofreram modificações. Na medida em que o andamento jurídico do processo avançava, eram verificadas as possibilidades de retorno à família de origem. Assim, optamos, neste estudo, por manter as crianças escolhidas inicialmente por duas razões: a primeira, pelo fato da condição judicial das crianças modificar-se quase ao final desta pesquisa; e a outra e quase que paralelamente a esta, entendemos que essa mudança não traria percalços à escrita deste trabalho, ao contrário, optamos por encará-la como um desafio que possibilitaria reflexões para a continuidade desta pesquisa.

Por fim, apontamos que este estudo deixou alguns pontos que podem ser atualizados e utilizados como ponto de reflexão para uma nova proposta de pesquisa. Devido a isso, compreendemos que não nos detivemos a um ponto importante, que se refere a reintegrações que não conseguem ser efetivadas, seja por uma recusa da criança ou da família em dar prosseguimento àquela convivência, como é o caso de Paula, que tem em sua história de vida inúmeras passagens por instituições de acolhimento ou por dificuldades da figura materna. No caso em questão, a mãe dela não consegue sustentar o funcionamento da dinâmica familiar e realiza visitas esporádicas aos filhos na instituição; mesmo assim tivemos fortes indícios de que, caso o retorno à convivência fosse possível, Paula o desejaria. Durante a coleta de dados, em que tivemos a oportunidade de presenciar por um momento o encontro entre Paula, seus irmãos e sua mãe, questionamo-nos sobre a “persistência” de algumas crianças em tentar encontrar um lugar no afeto do outro – da figura materna – cuja recusa em ceder esse lugar à criança também parece persistir. Essas reflexões ainda são muito primárias, mas trata-se de algo que envolve a busca por um lugar imaginado ou desejado pela criança.

Outra questão que também pode servir para futuras reflexões se refere ao caso de Júlia, cuja história à qual nos apresenta que a garota teve a convivência com uma família da qual se constitui como sua referência, muito embora, atualmente, não se consiga acessar nenhum dos membros que a compõem. O que ocorre é que Júlia, atualmente, se recusa de forma contundente a manter qualquer relação com alguém que se proponha a ocupar o lugar de sua família, seja desejando adotá-la ou iniciando qualquer outra forma de relação que demonstre algum indício de contato mais contínuo, a exemplo de apadrinhamento afetivo. Em algumas oportunidades de contato que tivemos durante a coleta de dados, Júlia afirmava “não quero que ninguém me queira, eu vou ficar aqui, no abrigo”; nesse sentido, uma das reflexões possíveis é que talvez o lugar em que Júlia inscreveu a sua primeira família faça com que ela não permita que outros possam se inscrever.

Logo, essas questões que, de algum modo, foram captadas nos instantes da coleta de dados, merecem um debate contínuo que reverberem inclusive em outras pesquisas futuramente. O momento de conclusão desse trabalho abre na verdade inúmeras possibilidades para reflexões que não caberiam aqui, mas que devem ser imprescindíveis para dar um maior relevo ao tema que abordamos, e, por conseguinte, uma maior efetividade para as políticas públicas de atenção e proteção à infância.

Nossa maior pretensão com essa produção acadêmica consiste em tentar colaborar, de algum modo, para a qualificação e fortalecimento do atendimento institucional oferecido às crianças acolhidas que por sua vez devem desfrutar de um ambiente facilitador que possibilite, dentre outros aspectos, as suas mais variadas formas de expressão de sofrimento. Também pensamos que este trabalho pode servir como um norte para discutir as condições dos cuidadores/educadores sociais, no tocante às condições de trabalho que sustentam suas intervenções junto às crianças acolhidas nas instituições.

REFERÊNCIAS

- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo*. Portugal: Edições 70.
- Bowlby, J. (1997). *Formação e rompimento dos laços afetivos* (3a ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Bowlby, J. (1976/1988). *Cuidados Maternos e Saúde Mental*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bowlby, J. (1969/1990). *Apego: A natureza do vínculo*. São Paulo: Martins Fontes.
- Brasil. (2006). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária*. Brasília.
- Brasília. (2009). *Orientações Técnicas: Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes*.
- Brito Dias, M. C. S. (2015). *Avaliação da personalidade infantil*. João Pessoa: Idea.
- Buck, J. N. (2003). *H-T-P: casa-árvore-pessoa, técnica projetiva de desenho: Manual e guia de interpretação*. São Paulo: Vetor.
- Conselho Nacional do Ministério Público. (2013). *Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de criança e adolescente no país*. Brasília.
- Dias, E. O. (2012). *A teoria do amadurecimento pessoal de D. W. Winnicott*. São Paulo: Editorial.
- Dolto, F. (1998). *Destinos de criança: Adoção, famílias de acolhimento, trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes.
- Eiguer, A. (2012). Filiação e adoção: Reflexões cruzadas. In M. Passos, & E. Queiroz (Orgs.), *A clínica da adoção*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.
- Ferenczi, S. (1929). *Obras completas: Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes.
- Ferenczi, S. (1934). Reflexões sobre o trauma. In S. Ferenczi. *Obras Completas: Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Figueiredo, C. L. (2012). *As diversas faces do cuidar: Novos ensaios de psicanálise contemporânea*. São Paulo: Escuta.
- Gulassa, M. L. R. C. (2010). *Novos rumos do acolhimento institucional*. São Paulo: NECA.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2003). *Levantamento Nacional de Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC*. Recuperado em 11 agosto, 2016. http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/infanciahome_c/acolhimento_institucional/Do_utrina_abrigos/IPEA_Levantamento_Nacional_de_abrigos_para_Crianças_e_Adolescentes_da_Rede_SAC.pdf.

- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (2005). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Pernambuco: CEDCA.
- Lei nº 13.257, de 8 março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. Brasília. Recuperado em 20 agosto, 2016: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/L13257.htm
- Negrão, A. V. G. & Constantino, E. P. (2011). *Acolhimento institucional em tempos de mudança: Uma questão em análise*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Passos, M. C. (2012). Reconhecimento, filiação e parentalidade. In M. Passos & E. Queiroz (Orgs.), *A Clínica da adoção*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.
- Rizzinni, I. (2006). *Acolhendo crianças e adolescentes: Experiências de promoção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Rocha, Z. (2012). A função estruturante de cuidado. In M. Passos & E. Queiroz (Orgs.), *A clínica da adoção*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.
- Safra, G. (1999). *A clínica em Winnicott: Natureza humana*, São Paulo, 1, (1), jun 1999. Recuperado em 16 julho, 2016: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151724301999000100006.
- Winnicott, D. (1948). Alojamentos para crianças em tempo de guerra e em tempo de paz. In: D. Winnicott. *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes.
- Winnicott, D. (1950). A criança desapossada e como pode ser compensada pela falta da vida familiar. In: D. Winnicott. *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes.
- Winnicott, D. (1951). Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In: D. Winnicott. *Da Pediatria à psicanálise: Obras escolhidas* (pp. 317-331). Rio de Janeiro: Imago.
- Winnicott, D. (1956). A tendência anti-social. In: D. Winnicott (3a ed.). *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes.
- Winnicott, D. (1960a). A teoria do relacionamento paterno infantil. In: D. Winnicott. *O ambiente e os processos de maturação: Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Winnicott, D. (1960b). O relacionamento inicial entre uma mãe e seu bebê. In: D. Winnicott. *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes.
- Winnicott, D. (1960c). Segurança. In: D. Winnicott. *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes.
- Winnicott, D. (1962). Provisão para a criança na saúde e na crise. In: D. Winnicott. *O ambiente e os processos de maturação: Estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Winnicott, D. (1963). O desenvolvimento da capacidade de envolvimento. In: D. Winnicott (3a ed.). *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes.

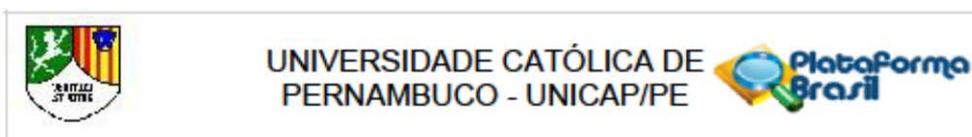
Winnicott, D. (1968). A amamentação como forma de comunicação. In: D. Winnicott (4a ed.). *Os bebês e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes.

Winnicott, D. (1971/1975). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago.

Winnicott, D. (1964). *A criança e o seu mundo*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.

ANEXOS

PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A CRIANÇA EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO POR MEDIDAS PROTETIVAS: A RESTAURAÇÃO DO VÍNCULO MÃE-FILHO PELA MEDIAÇÃO INSTITUCIONAL.

Pesquisador: VERONIQUE DONARD

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 51114215.8.0000.5206

Instituição Proponente: Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP/PE

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.376.427

Apresentação do Projeto:

Está adequadamente respondido.

Objetivo da Pesquisa:

Está descrito com clareza e correção.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Estão adequadamente avaliados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

É de grande valor social e científico.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatório estão corretamente preenchidos.

Recomendações:

Não há recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências apresentadas na primeira versão, no caso, a falta de termo de assentimento e as inadequações no TCLE para adultos foram corrigidas. Portanto não há mais pendências ou lista de inadequações.

Endereço: Rua do Príncipe, nº 526 - Bloco G4 - 7º Andar - Setor A
Bairro: Boa Vista **CEP:** 50.050-900
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2119-4376 **Fax:** (81)2119-4004 **E-mail:** cep_unicap@unicap.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Para o representante da Instituição

1. A instituição da qual você ocupa o cargo de coordenador/gestor está sendo convidada para participar da pesquisa intitulada *“A criança em acolhimento institucional: os cuidados ambientais como mediadores da reconstrução do vínculo mãe-filho”*.
2. A instituição que participará da pesquisa será selecionada a partir do quantitativo de crianças acolhidas e que atendam aos critérios de inclusão apontados por este estudo, visto que a Secretaria Executiva de Assistência Social – através da Gerência de Proteção Social Especial de Alta Complexidade – GPSEAC, disponibilizou as instituições que, de um modo geral, estão sob sua gerência.
3. A disponibilização dos serviços de acolhimento por intermédio da SEAS – Secretaria Executiva de Assistência Social – para a realização desta pesquisa é de fundamental importância, tendo em vista a colaboração deste estudo para o aprimoramento do trabalho dirigido às crianças acolhidas.
4. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a Universidade Católica de Pernambuco.
5. Este estudo tem como objetivo geral: identificar de que modo as crianças representam e expressam o vínculo com a figura materna levando em conta a mediação institucional; e como objetivos específicos: compreender como o trabalho de mediação institucional contribui nas situações em que há possibilidade de reintegração da criança à família de origem, e analisar a vivência da criança com seu cuidador ou profissional de referência no espaço institucional à luz dos conceitos de uso de objeto e transicionalidade de Winnicott e como isso pode contribuir na restauração do vínculo com a figura materna.
6. Sua participação nesta pesquisa consistirá em autorizar que as crianças que estão acolhidas sob medida de proteção com idades entre 8(oito) e 11(onze) anos, sem critério de gênero, e com tempo mínimo de acolhimento de 30(trinta) dias, a realizarem teste projetivo do HTP e a serem observadas em situações do cotidiano da vivência institucional, sobretudo àquelas em

que a restauração do vínculo com a figura materna esteja sendo trabalhada entre a criança e a figura materna, por mediação institucional. A observação será através da técnica da observação participante, ou seja, a pesquisadora não irá intervir ou interferir diretamente junto às pessoas e nas situações observadas, registrando num diário de campo (folhas de papel A4) o que apreende dos fenômenos observados. Posteriormente, o material coletado será guardado com o pesquisador principal, em local seguro, e sem possibilidades de uso por terceiros. Nesse material não haverá identificação das crianças nem dos profissionais da instituição.

7. Os riscos para a criança da participação nesta pesquisa podem ocorrer no sentido de, através do teste, mobilizar sentimentos desconfortantes. Caso isso ocorra, conversaremos com a criança e só prosseguiremos se ela concordar, e nos colocamos à disposição para prestar atendimento psicológico ou encaminhamento para cuidar dos sentimentos mobilizados pela participação nesta pesquisa.

8. Os benefícios relacionados com a participação da instituição neste estudo são o de contribuir para o fortalecimento da rede de proteção e atendimento à criança em situação de violência. Nesse sentido, as instituições podem aprimorar seu trabalho de intervenção junto ao público atendido, no sentido de refinar o trabalho que exige técnica, cuidado e sensibilidade junto à criança e à família.

9. As informações obtidas através desta pesquisa serão confidenciais, e asseguramos o sigilo sobre a participação da instituição, das crianças e dos profissionais envolvidos.

10. Os dados serão divulgados em atividades científicas, mas de tal forma que não possibilitarão a identificação dos participantes ou da instituição, uma vez que será omitido o nome da instituição e alterado o nome dos participantes (utilizaremos nomes fictícios).

11. V.S.a receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

DADOS DO PESQUISADOR PRINCIPAL (ORIENTADOR):

Véronique Donard

Endereço: Universidade Católica de Pernambuco, Rua do Príncipe, 526, Boa Vista, Recife.

Telefone: (81) 2119.4066.

Declaração pós-leitura:

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da participação da instituição e das crianças e profissionais na pesquisa e concordo em participar.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNICAP, que funciona na PRÓ-REITORIA ACADÊMICA da UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO, localizada na RUA ALMEIDA CUNHA, 245 – SANTO AMARO – BLOCO G4 – 8º ANDAR – CEP 50050-480.

RECIFE – PE – BRASIL. TELEFONE (81) 2119.4376 – FAX (81) 2119.4004 –
ENDEREÇO ELETRÔNICO: pesquisa_prac@unicap.br

Recife, ____ de _____ de 2016.

Responsável pela Instituição

TERMO DE ASSENTIMENTO PARA CRIANÇA.

Meu nome é Mariana Paz, sou estudante e pesquisadora da Universidade Católica de Pernambuco. Estou aqui para te convidar a participar da pesquisa: “*“A criança em acolhimento institucional: os cuidados ambientais como mediadores da reconstrução do vínculo mãe-filho”*”. A pesquisa será realizada com crianças de 8 a 11 anos, que moram aqui, e você foi escolhida para ser uma delas. A coordenadora da instituição permitiu que nós pudessemos conversar com você para te fazer esse convite. Caso você não aceite nosso convite, não tem problema, você pode escolher participar ou não. E se quiser conversar com alguém aqui da instituição antes de me responder, você pode.

Vou lhe explicar do que se trata. Esta pesquisa quer compreender como o fato de você estar aqui, passando um período com outras crianças e com os adultos que lhe acompanham, pode lhe ajudar a manter o contato com sua mãe, e, com isso, poder voltar para casa. Vou observar como você vive aqui com os outros. Além de conversar com você, também vou conversar com alguns adultos que trabalham aqui, para saber como eles podem lhe ajudar a voltar a morar com sua família. Então, você me verá por aqui durante um tempo, porque preciso desse tempo para entender o trabalho deles no que diz respeito a você e a sua família.

Precisarei também que você desenhe para mim uma casa, uma árvore e uma pessoa. Para isso, lhe darei folhas de papel em branco. Vou lhe pedir para você desenhar primeiro uma casa, depois uma árvore e depois uma pessoa. Primeiro você faz os desenhos com lápis comum e depois com lápis de cor. Quando você terminar os desenhos, farei algumas perguntas sobre eles. Depois, em outra folha, vou pedir que você desenhe uma família e pinte-a. Quando você terminar de pintar, vou pedir para você me dizer algumas coisas sobre o que desenhou com perguntas. Se, em algum momento, você se sentir triste ou chateado, pode me dizer, que paramos imediatamente e conversamos sobre o que te chateou. Se você não quiser mais participar, não haverá problema. Apenas me diga que não quer mais, e paramos.

Ninguém saberá que você está participando da pesquisa; não diremos a outras pessoas o que conversamos aqui, nem daremos a estranhos as informações que você nos deu. Os resultados da pesquisa vão ser publicados, mas seu nome não vai aparecer.

No fim da pesquisa, o resultado poderá ajudar a melhorar o trabalho das pessoas que acolhem as crianças que precisam ficar longe de casa por um período; pode também ajudar os adultos a entenderem melhor quando as crianças estiverem tristes ou chateadas por estarem longe de casa e de suas famílias. Se você tiver alguma dúvida, pode me perguntar.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Eu _____ aceito participar da pesquisa “A criança em situação de acolhimento por medidas protetivas: a restauração do vínculo mãe-filho pela mediação institucional”. Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir e que ninguém vai ficar furioso. A pesquisadora tirou minhas dúvidas e conversou com os responsáveis pela instituição.

Recebi uma cópia deste termo de assentimento e ouvi e concordo em participar da pesquisa.

Recife, ____ de _____ de _____.

Assinatura da criança

Assinatura da pesquisadora

Telefone da pesquisadora: (81) 9 9243-9719

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OS PROFISSIONAIS

Você está sendo convidado/a para participar da pesquisa intitulada “*A criança em acolhimento institucional: os cuidados ambientais como mediadores da reconstrução do vínculo mãe-filho*” cujo objetivo geral é identificar de que modo as crianças expressam o vínculo com a figura materna levando em conta a mediação institucional. Os objetivos específicos que estão propostos nesta pesquisa são: compreender como o trabalho de mediação institucional contribui nas situações em que há possibilidade de reintegração da criança à família de origem e analisar a vivência da criança com seu cuidador ou profissional de referência no espaço institucional à luz dos conceitos de uso de objeto e transicionalidade de Winnicott. Caso aceite participar da pesquisa, você deverá conceder uma entrevista que será gravada apenas o áudio, composta de questões relacionadas aos objetivos mencionados.

A pesquisa não oferece risco, no entanto, você poderá, porventura, sentir-se constrangido/a com algumas perguntas que serão feitas. Por tratar-se de uma entrevista semiestruturada, a dinâmica estabelecida por esse instrumento permitirá que outras questões possam surgir, podendo, desse modo, contornarmos essa situação. Caso você queira a qualquer momento desistir de participar da entrevista, isso não acarretará qualquer tipo de prejuízo para você, na relação com a pesquisadora ou com a instituição.

Conforme aceite participar, estará contribuindo significativamente para o aprimoramento do trabalho de intervenção realizado com as crianças acolhidas por medidas de proteção, no sentido de viabilizar uma vivência transicional acolhedora, possibilitando a escuta das demandas das crianças e a construção de um lugar para que essas demandas sejam trabalhadas. Os resultados da pesquisa poderão ser apresentados em forma de palestras, rodas de diálogos ou oficinas, cujo objetivo é o de proporcionar uma reflexão que possa contribuir com o trabalho de outros profissionais que trabalhem nesse segmento. Poderemos, no entanto, apresentar este estudo em Congressos e Simpósios sem, no entanto, de nenhum modo, permitir a identificação dos participantes.

Eu, (nome da participante), dou meu consentimento livre e esclarecido para minha participação como voluntária do projeto de pesquisa “*A criança em acolhimento institucional: os cuidados ambientais como mediadores da reconstrução do vínculo mãe-filho*”, sob a

responsabilidade da pesquisadora e professora doutora Véronique Donard, professora da Universidade Católica de Pernambuco.

Assinando este Termo de Consentimento, estou ciente de que minha participação se restringirá a conceder uma entrevista cujo roteiro já me foi apresentado previamente e, além disso, afirmo que:

- 1) Obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre a participação nesta pesquisa; meus dados pessoais serão mantidos em sigilo e os resultados gerais obtidos através da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar o objetivo do trabalho exposto acima, incluindo sua publicação na literatura científica especializada;
- 2) Terei acesso aos resultados da pesquisa, através da pesquisadora responsável pelo projeto, assim que esta tiver sido encerrada;
- 3) Poderei contatar o Comitê de Ética da UNICAP para apresentar recursos ou reclamações em relação à pesquisa, se o achar necessário, o qual encaminhará o procedimento adequado.

Recife, _____ de _____ de 2016.

Eu, _____, RG

nº _____, declaro que entendi os objetivos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa descrito acima.

Telefone da pesquisadora: (81) 9 9243-9719.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UNICAP, que funciona na PRÓ-REITORIA ACADÊMICA da UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO, localizada na RUA ALMEIDA CUNHA, 245 – SANTO AMARO – BLOCO G4 – 8º ANDAR – CEP 50050-480 RECIFE – PE – BRASIL. TELEFONE (81)2119.4376 – FAX (81)2119.4004 – ENDEREÇO ELETRÔNICO: pesquisa_prac@unicap.br. Havendo dúvida/denúncia com relação à condução da pesquisa deverá ser dirigida ao referido CEP no endereço acima citado.

MODELO DA ENTREVISTA

ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

1. Perfil sociodemográfico

Identificação (por letra) _____

Idade _____

Escolaridade _____

Função ocupada na instituição _____

Tempo de trabalho na instituição _____

Quantos dias da semana se dedica ao trabalho na instituição _____

2. Sobre o trabalho de acompanhamento às crianças

O que levou você a trabalhar numa instituição de acolhimento para crianças?

De que modo o seu trabalho contribui para a reintegração da criança (quando existe essa possibilidade) à família de origem?

Quais são as condições identificadas por você que tornam possíveis o retorno da criança para a convivência com a família?

Você percebe que a criança constituiu um vínculo com você? Como você a percebe nesse espaço?

Em sua avaliação, o período de acolhimento institucional favorece à criança um lugar em que ela se sente protegida?

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e as Orientações Técnicas para Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes lhe dão subsídios para o trabalho junto às crianças nesse período de acolhimento?